



PC MG

Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 26/01/2025, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para a **Polícia Civil do Estado de Minas Gerais**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 8 questões passíveis de recurso e/ou que devem ser anuladas, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 04, 12, 18, 24, 30, 40, 60 e 76.

De modo complementar, elaboramos também o **Ranking da PC-MG**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/eb014944-6a71-46cc-ad7f-545110a5502e>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/5cb46573-9535-412e-a54e-bb1638eb7478>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA –

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

QUESTÃO 01. Maria residia em uma comunidade carente e, em um domingo, ao sair para ir à padaria, foi baleada na porta de sua casa. Na ocasião, estava havendo uma operação da polícia para combater o tráfico de drogas na região. No caso em tela, a respeito da responsabilidade civil do Estado, de acordo com o entendimento do STF, assinale a afirmativa correta.

a) O Estado responderá civilmente com base na teoria do risco integral.

b) A demonstração da presença de excludentes de responsabilidade civil é ônus probatório dos parentes de Maria.

c) Haverá responsabilidade civil do Estado somente se restar comprovado que os agentes policiais agiram com dolo ou culpa.

d) A perícia inconclusiva sobre a origem do disparo fatal durante operações policiais e militares é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado.

e) O Estado é responsável, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, em caso de perícia inconclusiva sobre a origem do disparo fatal, nos termos da teoria do risco administrativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema responsabilidade civil do Estado.

No tocante à responsabilidade do Estado por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, o STF fixou o Tema de Repercussão Geral nº 1237, no bojo do julgamento do ARE 1385315. Vejamos: “Tese: (i) O Estado é responsável, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, nos termos da Teoria do Risco Administrativo; (ii) É ônus probatório do ente federativo demonstrar eventuais excludentes de responsabilidade civil; (iii) A perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal durante operações policiais e militares não é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado, por constituir elemento indiciário.”

Portanto, no caso narrado pelo enunciado, o Estado será responsável, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, em caso de perícia inconclusiva sobre a origem do disparo fatal, nos termos da teoria do risco administrativo. Logo, a alternativa correta é a letra E. As demais alternativas ficam automaticamente incorretas, a partir da leitura do entendimento jurisprudencial acima colacionado.

QUESTÃO 02. A respeito do processo administrativo, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

a) A prorrogação do processo administrativo disciplinar enseja a sua nulidade, sendo ínsito o prejuízo consequente dessa prorrogação.

b) O prazo decadencial do art. 54 da Lei nº 9.784/99 não se aplica quando o ato a ser anulado afrontar diretamente a Constituição Federal.

c) A Administração Pública pode revogar seus próprios atos quando estes forem ilegais, independentemente da observância do princípio do contraditório.

d) O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento, da legalidade e do mérito do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

e) A declaração de ilicitude das provas pelo Poder Judiciário, no âmbito do processo judicial, não impede que as mesmas provas sejam valoradas ou aproveitadas em processos administrativos de qualquer espécie, com base no princípio da independência das instâncias judicial e administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema processo administrativo.

A alternativa A está incorreta. De acordo com a jurisprudência do STJ: “A prorrogação do processo administrativo disciplinar, por si, não pode ser reconhecida como causa apta a ensejar nulidade, porque não demonstrado o prejuízo consequente dessa prorrogação.” (STJ. 2ª Turma. AgInt no RMS 69.803-CE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 9/5/2023).

A alternativa B está correta. De acordo com a jurisprudência do STF: “O prazo decadencial do art. 54 da Lei nº 9.784/99 não se aplica quando o ato a ser anulado afronta diretamente a Constituição Federal.” (STF. Plenário. MS 26860/DF, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 2/4/2014).

A alternativa C está incorreta. De acordo com a Súmula 473 STF: “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com a Súmula 665 do STJ sobre o tema: “O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível incursão no mérito administrativo, ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada.” (PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/12/2023, DJe de 14/12/2023).

A alternativa E está incorreta. De acordo com Tema de Repercussão Geral nº 1238 do STF: “São inadmissíveis, em processos administrativos de qualquer espécie, provas consideradas ilícitas pelo Poder Judiciário.” (STF.

Plenário. ARE 1316369/DF, Rel. Min. Edson Fachin, redator do acórdão Min. Gilmar Mendes, julgado em 9/12/2022 (Repercussão Geral – Tema 1238).

QUESTÃO 03. Com base na Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) e no regime jurídico dos integrantes das carreiras policiais civis, assinale a opção que indica um órgão de administração da PCMG.

a) O Hospital da Polícia Civil.

b) A Academia de Polícia Civil.

c) O Instituto de Criminologia.

d) As Delegacias Regionais de Polícia Civil.

e) Os Postos de Perícia Integrada, os Postos Médico-Legais e as Seções Técnicas Regionais de Criminalística.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da estrutura orgânica da PCMG.

A alternativa A está incorreta, pois o Hospital da Polícia Civil é unidade administrativa e não órgão de administração, veja: "Art. 17. São órgãos da PCMG: (...) § 1º Integram, ainda, a estrutura orgânica da PCMG as seguintes unidades administrativas: a) Postos de Identificação; VII - Hospital da Polícia Civil;"

A alternativa B está correta, pois, consoante o art. 17 da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG), a Academia de Polícia Civil integra os órgãos de administração da mesma, vejamos: "Art. 17. São órgãos da PCMG: II - de administração: a) Gabinete da Chefia da PCMG; b) Academia de Polícia Civil; c) (Revogado pela alínea "b" do inciso III do art. 147 da Lei nº 24.313, de 28/4/2023.) Dispositivo revogado: "c) Departamento de Trânsito de Minas Gerais;" d) Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária; e) Superintendência de Informações e Inteligência Policial; f) Superintendência de Polícia Técnico-Científica; g) Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças."

A alternativa C está incorreta, pois, consoante o art. 17 da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG), o Instituto de Criminologia integra a estrutura orgânica enquanto unidade administrativa e não órgão, veja: "Art. 17. São órgãos da PCMG: (...) § 1º Integram, ainda, a estrutura orgânica da PCMG as seguintes unidades administrativas: I - Instituto de Criminologia;"

A alternativa D está incorreta, pois, consoante o art. 17 da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG), as Delegacias Regionais de Polícia Civil são parte das unidades administrativas do Departamento de Polícia Civil, vejamos: "Art. 17. São órgãos da PCMG: § 1º Integram, ainda, a estrutura orgânica da PCMG as seguintes unidades administrativas: I - Instituto de Criminologia; II - Departamentos de Polícia Civil: a) Delegacias Regionais de Polícia Civil:"

A alternativa E está incorreta, pois, consoante art. 17 da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG), os Postos de Perícia Integrada, os Postos Médico-Legais e as Seções Técnicas Regionais de Criminalística integram a estrutura orgânica enquanto unidades administrativas e não órgão, veja: "Art. 17. São órgãos da PCMG: § 1º Integram, ainda, a estrutura orgânica da PCMG as seguintes unidades administrativas: V - Postos de Perícia Integrada, Postos Médico-Legais e Seções Técnicas Regionais de Criminalística;"

QUESTÃO 04. José impetrou mandado de segurança contra ato atribuído ao Chefe Geral de Polícia Civil do Estado Alfa. A respeito do mandado de segurança, de acordo com a legislação e com o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

a) O mandado de segurança não será concedido quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo sem efeito suspensivo.

b) A legitimação processual para recorrer da decisão é da pessoa jurídica de direito público a que pertence o agente supostamente coator.

c) A desistência do mandado de segurança é prerrogativa da parte impetrante, podendo ser manifestada a qualquer tempo, desde que antes da sentença.

d) O termo inicial dos juros de mora, em ação de cobrança de valores pretéritos ao ajuizamento de anterior mandado de segurança que reconheceu o direito, é a data da citação da ação de cobrança.

e) O art. 22, § 2º, da Lei nº 12.016/2009, que exige a oitiva prévia do representante da pessoa jurídica de direito público, como condição para a concessão de liminar em mandado de segurança coletivo, é constitucional.

Comentários

A alternativa apontada pelo gabarito preliminar da banca como correta é a letra E; no entanto, entende-se que, na verdade, a alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema mandado de segurança.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 5º, I, da Lei 12.016/2009: "Art. 5º Não se concederá mandado de segurança quando se tratar: I - de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução;"

A alternativa B, apesar de apontada pelo gabarito preliminar da banca como incorreta, na verdade está correta. De acordo com entendimento do STJ: "Em mandado de segurança, a legitimidade para recorrer é da pessoa jurídica de direito público, sendo dispensável a intimação da autoridade coatora para fins de início da contagem do prazo recursal." (STJ. 2ª Turma. AgInt no AREsp 1.430.628-BA, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 18/08/2022).

A alternativa C está incorreta. De acordo com entendimento do STJ: "A desistência do mandado de segurança constitui prerrogativa da parte impetrante, a qual pode ser manifestada a qualquer tempo antes do trânsito

em julgado da demanda e cuja homologação independe de anuência da parte contrária”. (AgInt do AREsp 2.334.952 – rel. min. Sérgio Kukina – J. 21/10/2024 – DJe 25/10/2024).

A alternativa D está incorreta. De acordo com o Tema 1133 de Recursos Repetitivos do STJ: “O termo inicial dos juros de mora, em ação de cobrança de valores pretéritos ao ajuizamento de anterior mandado de segurança que reconheceu o direito, é a data da notificação da autoridade coatora no mandado de segurança, quando o devedor é constituído em mora (arts. 405 do Código Civil e 240 do CPC).” (STJ. 1ª Seção. REsp 1.925.235-SP, Rel. Min. Assusete Magalhães, julgado em 10/5/2023 (Recurso Repetitivo – Tema 1133)).

A alternativa E, apesar de apontada pelo gabarito preliminar da banca como correta, na verdade está incorreta. Tal dispositivo foi julgado inconstitucional pelo STF: “É inconstitucional o § 2º do art. 22, que exigia a oitiva prévia do representante da pessoa jurídica de direito público como condição para a concessão de liminar em mandado de segurança coletivo. Essa previsão restringia o poder geral de cautela do magistrado.” (STF. Plenário. ADI 4296/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes julgado em 9/6/2021).

QUESTÃO 05. Sobre os princípios administrativos, segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a) A remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização viola a isonomia entre os candidatos em concurso público.

b) Admite-se, com base no princípio da isonomia, o pagamento de remuneração em valor inferior ao do salário-mínimo ao servidor público, desde que labore em jornada reduzida de trabalho.

c) A previsão legal de imposição das sanções administrativas ao condutor de veículo automotor que se recuse à realização dos testes, dos exames clínicos, ou das perícias, voltados a aferir a influência de álcool ou outra substância psicoativa, viola o princípio da não-autoincriminação.

d) O princípio da eficiência admite que se vede a posse em cargo público de candidato(a) aprovado(a) que tenha sido acometido(a) por doença grave, ainda que não apresente sintoma incapacitante nem possua restrição relevante que impeça o exercício da função pretendida.

e) A presença de símbolos religiosos em prédios públicos, pertencentes a qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, desde que tenha o objetivo de manifestar a tradição cultural da sociedade brasileira, não viola os princípios da não discriminação, da laicidade estatal e da impessoalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema princípios administrativos.

A alternativa A está incorreta. Conforme fixado pelo STF no Tema 973 de Repercussão Geral, a partir do julgamento do RE 1058333: “É constitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público.”

A alternativa B está incorreta. Conforme fixado pelo STF no Tema 900 de Repercussão Geral, a partir do julgamento do RE 964659: “É defeso o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário-mínimo ao servidor público, ainda que labore em jornada reduzida de trabalho.”

A alternativa C está incorreta. Conforme fixado pelo STF no Tema 1079 de Repercussão Geral, a partir do julgamento do RE 1224374: “Não viola a Constituição a previsão legal de imposição das sanções administrativas ao condutor de veículo automotor que se recuse à realização dos testes, exames clínicos ou perícias voltadas a aferir a influência de álcool ou outra substância psicoativa (art. 165-A e art. 277, §§ 2º e 3º, todos do Código de Trânsito Brasileiro, na redação dada pela Lei 13.281/2016).”

A alternativa D está incorreta. Conforme fixado pelo STF no Tema 1015 de Repercussão Geral, a partir do julgamento do RE 886131: “É inconstitucional a vedação à posse em cargo público de candidato (a) aprovado(a) que, embora tenha sido acometido(a) por doença grave, não apresenta sintoma incapacitante nem possui restrição relevante que impeça o exercício da função pretendida (CF, arts. 1º, III, 3º, IV, 5º, caput, 37, caput, I e II).”

A alternativa E está correta. Conforme fixado pelo STF no Tema 1086 de Repercussão Geral, a partir do julgamento do ARE 1249095: “A presença de símbolos religiosos em prédios públicos, pertencentes a qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, desde que tenha o objetivo de manifestar a tradição cultural da sociedade brasileira, não viola os princípios da não discriminação, da laicidade estatal e da impessoalidade.”

QUESTÃO 06. Antônia, servidora pública, foi diagnosticada com doença psiquiátrica. Durante o atendimento ao público, Antônia teve um surto psicótico grave e praticou agressões físicas e verbais contra uma pessoa que foi buscar informações. No bojo de ação penal que tratava dos mesmos fatos, foi reconhecido que Antônia estava completamente incapaz de entender e caráter ilícito de suas ações ou de se determinar de acordo com esse entendimento, sendo proferida uma sentença de absolvição imprópria. Sobre a hipótese relatada, com base em entendimento do STJ, assinale a afirmativa correta.

- a) As sanções civis, penais e administrativas não poderão cumular-se, sob pena de incidir em bis in idem.
- b) O princípio da absoluta independência entre as instâncias penal e administrativa vigora em nosso ordenamento jurídico.
- c) A conclusão positiva acerca da carência de discernimento cognitivo no processo penal não impede ulterior revisão ou desconsideração na via administrativa.
- d) A inimputabilidade reconhecida na esfera penal não influencia o processo administrativo disciplinar, já que o ilícito administrativo desconhece a categoria da culpabilidade.
- e) Constatada a prática de falta disciplinar quando o agente estava em surto psicótico e absolutamente incapaz de entender o caráter ilícito do fato cometido, descabe a fixação de sanção administrativa, à luz do princípio constitucional da culpabilidade, o qual exige, para a cominação de qualquer espécie de sanção estatal, a verificação da culpa em sentido lato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema agentes públicos.

Em relação ao caso narrado pelo enunciado, o STJ, no julgamento do RMS 72.642-PR, fixou entendimento no sentido de não ser cabida sanção administrativa caso a prática da falta disciplinar tenha ocorrido quando o agente estava em surto psicótico e absolutamente incapaz de entender o caráter ilícito do fato cometido. Vejamos: “DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONTROLE DE LEGALIDADE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. POSSIBILIDADE. SÚMULA N. 665/STJ. INDEPENDENCIA MITIGADA ENTRE AS INSTÂNCIAS DE RESPONSABILIZAÇÃO. SENTENÇA PENAL ABSOLUTÓRIA IMPRÓPRIA. INIMPUTABILIDADE FUNDADA NO ART. 26 DO CODIGO PENAL. REPERCUSSÃO SOBRE A ESFERA ADMINISTRATIVA DIANTE DE IDÊNTICO QUADRO FÁTICO. CABIMENTO. EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE. INVIABILIDADE DE SUPERPOSIÇÃO DO ENTENDIMENTO ADMINISTRATIVO SOBRE A APURAÇÃO JUDICIAL BASEADA EM COGNIÇÃO EXHAURIENTE. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE OU DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO. (...) IV - Constatada a prática de falta disciplinar quando o agente estava em surto psicótico e absolutamente incapaz de entender o caráter ilícito do fato cometido, descabe a fixação de sanção administrativa, impondo-se à Administração Pública, ao revés, o dever de avaliar a eventual concessão de licença para tratamento de saúde ou de aposentadoria por invalidez, sendo inviável o apenamento de pessoa mentalmente enferma à época da conduta imputada. V – Recurso Ordinário provido.” (STJ. 1ª Turma. RMS 72.642-PR, Rel. Min. Regina Helena Costa, julgado em 1/10/2024).

Portanto, a alternativa correta é a letra E. Tomando por base o entendimento jurisprudencial acima colacionado, as alternativas A, B, C e D ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 07. O Estado Alfa editou nova lei orgânica de sua Polícia Civil prevendo, em determinado dispositivo legal, a supressão remuneratória de policial, nos seguintes termos: “O Corregedor-Geral da Polícia Civil decidirá fundamentadamente pelo afastamento temporário, ou não, do exercício do cargo ou das funções, com supressão das vantagens previstas nesta lei, do servidor Policial Civil processado criminalmente”. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, o mencionado dispositivo que prevê o afastamento temporário do exercício do cargo ou das funções, com supressão das vantagens, do servidor policial civil processado criminalmente é

- a) Inconstitucional, por violar as cláusulas do devido processo legal e da não culpabilidade.**
- b) Constitucional, pelo princípio do não enriquecimento ilícito, pois o policial afastado não prestou serviço à sociedade.**
- c) Objeto de interpretação conforme a Constituição, de maneira a se admitir a supressão de remuneração mediante prévio processo administrativo disciplinar.**
- d) Objeto de interpretação conforme a Constituição, de maneira a se admitir a supressão de remuneração nos casos em que houver sentença penal condenatória.**

e) Objeto de interpretação conforme a Constituição, de maneira a se admitir a supressão de remuneração no caso de ação penal em que é imputada ao policial a prática de crime hediondo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema organização do estado, sob a ótica do entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Em relação ao caso narrado pelo enunciado, o STF, no julgamento da ADI 2926, definiu o seguinte: “EMENTA ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ. ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL. PREJUÍZO PARCIAL. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS EXCLUSIVOS DO ESTADO. EXIGÊNCIA DE LEI COMPLEMENTAR. DESCOMPASSO COM O ART. 144, § 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUBSISTÊNCIA DAS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS N. 89/2011 E 98/2003, REPUTADAS COMO ORDINÁRIAS. PRECEDENTES. PRESENÇA DE REPRESENTANTE DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO NO CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL. POSSIBILIDADE. AFASTAMENTO CAUTELAR DO SERVIDOR EM SEDE DE SINDICÂNCIA. CONSTITUCIONALIDADE. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL NO PROCESSO DISCIPLINAR. HIGIDEZ CONSTITUCIONAL. AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DO EXERCÍCIO DO CARGO OU DAS FUNÇÕES, COM SUPRESSÃO DAS VANTAGENS, DO SERVIDOR PROCESSADO CRIMINALMENTE. CLÁUSULAS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DA PRESUNÇÃO DE NÃO CULPABILIDADE (CF, ART. 5º, LIV E LVII). INCOMPATIBILIDADE. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO. (...) 5. Em abstrato, não destoa do Texto Constitucional norma que prevê a possibilidade de afastamento cautelar do servidor indiciado em sindicância, devendo ser observadas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV). (...) 7. Por violar as cláusulas do devido processo legal e da não culpabilidade (CF, art. 5º, LIV e LIV), é inconstitucional o afastamento temporário do exercício do cargo ou das funções, com supressão das vantagens, do servidor processado criminalmente. (...)”

Portanto, a alternativa correta é a letra A. Tomando por base o entendimento jurisprudencial acima colacionado, as alternativas B, C, D e E ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 08. Sobre o poder de polícia administrativo e a aplicação de multas administrativas, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

a) Não se admite o exercício do poder de polícia por pessoas jurídicas de direito privado.

b) O termo inicial do prazo prescricional para o ajuizamento da ação executória de multa administrativa é a constituição definitiva do crédito, que se dá com a lavratura do auto de infração.

c) A interrupção do prazo decadencial para a constituição do crédito decorrente de infração à legislação administrativa somente se opera pela notificação ou citação do indiciado ou executado, inclusive por meio de edital.

d) É constitucional a taxa de renovação de funcionamento e de localização municipal, desde que efetivo o exercício do poder de polícia, demonstrado pela existência de órgão e estrutura competentes para o respectivo exercício.

e) O poder de polícia é sempre vinculado, não sendo possível reconhecer ao administrador o poder de escolher o melhor momento de sua atuação ou a sanção mais adequada no caso concreto, mesmo quando há previsão legal de duas ou mais sanções para determinada infração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema poderes administrativos, mais precisamente sobre o poder de polícia.

A alternativa A está incorreta. Conforme o Tema de Repercussão Geral nº 532, fixado pelo STF no julgamento do RE 633782: “É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.”

A alternativa B está incorreta. A constituição definitiva do crédito se dá com o término do processo administrativo de apuração da infração e constituição da dívida, conforme o Tema Repetitivo nº 330, fixado pelo STJ no julgamento do REsp 1115078: “O termo inicial do prazo prescricional para o ajuizamento da ação executória 'é a constituição definitiva do crédito, que se dá com o término do processo administrativo de apuração da infração e constituição da dívida'.”

A alternativa C está incorreta. A interrupção também se opera de outras formas, conforme o Tema Repetitivo nº 327, fixado pelo STJ no julgamento do REsp 1115078: “Interrompe-se o prazo decadencial para a constituição do crédito decorrente de infração à legislação administrativa: a) pela notificação ou citação do indiciado ou executado, inclusive por meio de edital; b) por qualquer ato inequívoco, que importe apuração do fato; pela decisão condenatória recorrível; por qualquer ato inequívoco que importe em manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória no âmbito interno da administração pública federal.”

A alternativa D está correta. Conforme o Tema de Repercussão Geral nº 217, fixado pelo STF no julgamento do RE 588322: “É constitucional taxa de renovação de funcionamento e localização municipal, desde que efetivo o exercício do poder de polícia, demonstrado pela existência de órgão e estrutura competentes para o respectivo exercício.

A alternativa E está incorreta. Conforme a doutrina: “Costuma-se afirmar que, em regra, o exercício do poder de polícia caracteriza-se pela liberdade conferida pelo legislador ao administrador para escolher, por exemplo, o melhor momento de sua atuação ou a sanção mais adequada no caso concreto quando há previsão legal de duas ou mais sanções para determinada infração. Todavia, em determinados casos, o legislador não deixa qualquer margem de liberdade para o administrador e a atuação de polícia será vinculada. É o que ocorre, por exemplo, com a licença para construir, que deve ser necessariamente editada para o particular que preencher os requisitos legais.” (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 475).

QUESTÃO 09. O Regime Próprio de Previdência Social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Acerca das previsões do art. 40 da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019, assinale a afirmativa correta.

- a) As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei de caráter nacional.
- b) É permitida a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em Regime Próprio de Previdência Social para ocupantes do cargo de Magistrado.
- c) Deverão ser estabelecidos, por lei complementar de caráter nacional, idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de ocupantes do cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo ou de policial.
- d) Admite-se a criação de mais de um Regime Próprio de Previdência Social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo.
- e) Vedada a instituição de novos regimes próprios de previdência social, lei complementar federal estabelecerá, para os que já existam, normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Regime Próprio de Previdência Social.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 40, § 3º, da CF: “§ 3º As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei do respectivo ente federativo.”

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 40, § 4º, da CF: “§ 4º É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, ressalvado o disposto nos §§ 4º-A, 4º-B, 4º-C e 5º.”

A alternativa C está incorreta. É uma faculdade. De acordo com art. 40, § 4º-B, da CF: “§ 4º-B. Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de ocupantes do cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo ou de policial dos órgãos de que tratam o inciso IV do caput do art. 51, o inciso XIII do caput do art. 52 e os incisos I a IV do caput do art. 144.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 40, § 20, da CF: “§ 20. É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei complementar de que trata o § 22.”

A alternativa E está correta. De acordo com art. 40, § 22, da CF: “§ 22. Vedada a instituição de novos regimes próprios de previdência social, lei complementar federal estabelecerá, para os que já existam, normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão, dispondo, entre outros aspectos, sobre: (...)”.

QUESTÃO 10. Acerca do regime disciplinar previsto na Lei Estadual nº 5.406/1969 - Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (artigos 142/205) assinale a afirmativa correta.

- a) O Corregedor-Geral de Polícia é competente para aplicar a penalidade de demissão ao policial civil.
- b) O espírito de camaradagem e de cooperação, exceto quando estiver de folga o servidor policial, é um princípio básico da disciplina policial.
- c) Os antecedentes pessoais do transgressor não poderão ser considerados para a classificação das transgressões disciplinares em leves, médias e graves.
- d) É vedado ao servidor policial fomentar discussões ou antagonismo entre os integrantes das diferentes carreiras ou corporações policiais, a qualquer pretexto.
- e) Não se considera uma transgressão disciplinar deixar de pagar dívidas legítimas ou assumir compromissos superiores às suas possibilidades financeiras, ainda que comprometa o bom nome da instituição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, mais especificamente sobre os artigos 142/205.

A alternativa A está incorreta, pois a Polícia Civil é subordinada ao Governador do Estado, figura competente para aplicar a penalidade de demissão, conforme art. 161 da Lei nº 5.406/69, veja: "Para a aplicação das penalidades previstas no artigo 154, são competentes: I – o Governador do Estado, em qualquer caso;" e consoante artigo 144, parágrafo sexto, da Constituição Federal: "A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: § 6º As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019)".

A alternativa B está incorreta, pois contraria o art. 144 da Lei nº 5.406/69, que impõe tais condutas inclusive quando de folga o servidor, vejamos: "Além de outros a serem enumerados em regulamentação, são princípios básicos da disciplina policial: VII – espírito de camaradagem e de cooperação, mesmo quando de folga o servidor policial;".

A alternativa C está incorreta, pois contraria o art. 152 da Lei nº 5.406/69, que determina: "A classificação a que se refere o artigo anterior será feita pela autoridade competente para impor a penalidade, tendo em vista o fato, suas condições e os antecedentes pessoais do transgressor."

A alternativa D está correta, pois é o que determina o inciso IV do art. 148 da Lei nº 5.406/69, veja: "Além de outras proibições vigentes ou que constarão de regulamento, é vedado ao servidor policial: IV. fomentar discussões ou antagonismo entre os integrantes das diferentes carreiras ou corporações policiais, a qualquer pretexto;".

A alternativa E está incorreta, pois contraria o art. 150, III da Lei nº 5.406/69, veja: "São transgressões disciplinares, além de outras enumeradas nos regulamentos dos órgãos policiais e das aplicáveis aos servidores públicos em geral: III – deixar de pagar dívidas legítimas ou assumir compromissos superiores às suas possibilidades financeiras, de modo a comprometer o bom nome da instituição;".

QUESTÃO 11. João, Delegado de Polícia, praticou, dolosamente, determinada conduta caracterizadora de transgressão disciplinar. A autoridade administrativa estadual competente, ao tomar ciência dos fatos, determinou a deflagração de um processo administrativo disciplinar. De acordo com a narrativa, considerando as disposições da Lei Estadual nº 5.406/1969, analise as afirmativas a seguir.

I. No processo administrativo disciplinar, será assegurado a João o direito de ampla defesa, podendo, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, acompanhar todos os atos processuais, indicar e inquirir testemunhas, requerer juntada de documentos, vista dos autos em mãos, salvo se o processo tramitar em sigilo.

II. A autoridade processante indicará a Defensoria Pública para atuar em benefício de João, caso este, no prazo legal, não constitua advogado(a).

III. O processo administrativo terá início no prazo de oito dias, contados da data do ato que determinou sua instauração.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e III apenas.

c) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do processo administrativo disciplinar, nos termos da Lei Estadual nº 5.406/1969.

A afirmação I está incorreta, pois contraria o art. 179 da Lei Estadual nº 5.406/1969, que determina: "É assegurado ao funcionário o direito de ampla defesa, podendo, pessoalmente ou por procurador, acompanhar todos os atos processuais, indicar e inquirir testemunhas, requerer juntada de documentos, vista dos autos em mãos da Comissão, e o mais que julgar necessário, observadas as normas processuais estabelecidas nesta lei."

A afirmação II está incorreta, pois contraria o art. 179, § 2º da Lei Estadual nº 5.406/1969, que determina: "É assegurado ao funcionário o direito de ampla defesa, podendo, pessoalmente ou por procurador, acompanhar todos os atos processuais, indicar e inquirir testemunhas, requerer juntada de documentos, vista dos autos em mãos da Comissão, e o mais que julgar necessário, observadas as normas processuais estabelecidas nesta lei. § 2º – A autoridade processante não será obrigada a suprir "ex-officio" a omissão do acusado na fase de que trata o parágrafo anterior."

A afirmação III está correta, por ser o que determina o art. 178 da Lei Estadual nº 5.406/1969, vejamos: "O processo administrativo terá a forma prevista neste capítulo, iniciando-se no prazo de oito dias, contados da data do ato que determinou sua instauração".

Assim sendo, a única alternativa a conter somente a afirmação III é a C, sendo a alternativa correta, estando as demais automaticamente incorretas.

QUESTÃO 12. Após tomar posse no cargo de Delegado de Polícia no Estado de Minas Gerais, Carlos, empolgado com a nova função, resolveu se aprofundar no estudo das legislações aplicáveis aos servidores policiais. Nesse cenário, em tema de vedações funcionais, considerando as disposições da Lei Estadual nº 5.406/1969, analise as afirmativas a seguir.

I. É vedado ao servidor policial censurar, por meio de veículos de divulgação, as autoridades constituídas ou criticar os atos da administração, inclusive em trabalho de cunho doutrinário e que tenha sentido de colaboração e cooperação.

II. É vedado ao servidor policial quebrar sigilo de assuntos policiais, de modo a prejudicar o andamento das investigações ou outros trabalhos policiais.

III. É vedado ao servidor policial recusar-se a aceitar encargos relativos ao cargo ou à função para os quais for designado.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa apontada como correta pela banca é a **letra A**, porém acreditamos que a alternativa correta é a **letra D**. A questão trata das vedações funcionais dos servidores policiais.

A questão solicita a análise das afirmativas apresentadas, com a indicação das que estão corretas. Conforme disposto no artigo 147, incisos III, VI e VII, da Lei Estadual nº 5.406/1969, verifica-se que os itens II e III estão efetivamente corretos, enquanto o item I apresenta incorreção. Dessa forma, a alternativa que contempla a resposta correta é a letra D, divergindo do gabarito preliminar divulgado pela banca examinadora, que aponta a letra A como correta. Tal discrepância merece retificação, uma vez que contraria a literalidade do dispositivo legal mencionado. Vejamos:

A afirmação I está incorreta, por contrariar o que determina a Lei Estadual nº 5.406/1969, em seu art. 148, que ressalva - e não inclui - o trabalho de cunho doutrinário; vejamos: "Além de outras proibições vigentes ou que constarão de regulamento, é vedado ao servidor policial: VI – censurar, através de veículos de divulgação, as autoridades constituídas ou criticar os atos da administração, ressalvado o trabalho de cunho doutrinário e que tenha sentido de colaboração e cooperação com esta;"

A afirmação II está correta, por ser o que determina a Lei Estadual nº 5.406/1969, em seu art. 148, VII vejamos: "Além de outras proibições vigentes ou que constarão de regulamento, é vedado ao servidor policial: VII – quebrar sigilo de assuntos policiais, de modo a prejudicar o andamento das investigações ou outros trabalhos policiais."

A afirmação III está correta, por ser o que determina a Lei Estadual nº 5.406/1969, em seu art. 148, III vejamos: "Além de outras proibições vigentes ou que constarão de regulamento, é vedado ao servidor policial: III – recusar-se a aceitar encargos ao cargo ou função para os quais for designado;"

Assim sendo, a única alternativa a reunir somente os itens II e III é a alternativa D, correta, estando as demais, A, B, C, e E, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 13. À luz das disposições da Lei Complementar Estadual nº 129/2013 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais - PCMG), analise as afirmativas a seguir.

I. À PCMG é assegurada autonomia administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente, elaborar sua programação financeira anual e acompanhar e avaliar sua implantação, segundo as dotações consignadas no orçamento do Estado; executar contabilidade própria; adquirir materiais, viaturas e equipamentos específicos.

II. As atividades de planejamento e orçamento e de administração financeira e contabilidade subordinam-se administrativa e tecnicamente ao Chefe da PCMG.

III. A investigação criminal tem caráter técnico-jurídico-científico e produz, em articulação com o sistema de defesa social, conhecimentos e indicadores sociopolíticos, econômicos e culturais que se revelam no fenômeno criminal.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais - PCMG.

A afirmação I está correta, por ser o que determina o art. 5º, incisos I, II e III da Lei Complementar Estadual nº 129/2013, vejamos: "À PCMG é assegurada autonomia administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente: I - elaborar a sua programação financeira anual e acompanhar e avaliar sua implantação, segundo as dotações consignadas no orçamento do Estado; II - executar contabilidade própria; III - adquirir materiais, viaturas e equipamentos específicos."

A afirmação II está incorreta, pois contraria o art. 5º, p.u. da Lei Complementar Estadual nº 129/2013, vejamos: "À PCMG é assegurada autonomia administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente: (...) Parágrafo único. As atividades de planejamento e orçamento e de administração financeira e contabilidade subordinam-se administrativamente ao Chefe da PCMG e tecnicamente às Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão e de Fazenda, respectivamente."

A afirmação III está correta, por ser o que determina o art. 6º da Lei Complementar Estadual nº 129/2013, veja: "A investigação criminal tem caráter técnico-jurídico-científico e produz, em articulação com o sistema de defesa social, conhecimentos e indicadores sociopolíticos, econômicos e culturais que se revelam no fenômeno criminal."

Assim sendo, a única alternativa a reunir somente itens I e III é a alternativa D, sendo, portanto, a correta, estando as demais, A, B, C e E, automaticamente, incorretas.

QUESTÃO 14. Determinado inquérito policial que estava sob a presidência de João, Delegado de Polícia, titular de uma unidade policial em Belo Horizonte/MG, foi avocado, para fins de correção. Na sequência, houve a conclusão do referido procedimento investigatório por parte do órgão responsável pela avocação. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Complementar Estadual nº 129/2013, é correto afirmar que a referida avocação foi implementada pelo(a)

a) Corregedoria-Geral de Polícia Civil.

b) Conselho Superior da PCMG.

c) Chefia Adjunta da PCMG.

d) Câmara Disciplinar.

e) Chefia da PCMG.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre a avocação, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 129/2013.

A alternativa A está correta, por ser precisamente o que dispõe o art. 33, VI, da Lei Complementar Estadual nº 129/2013, veja: "À Corregedoria-Geral de Polícia Civil compete: VI - avocar inquéritos policiais e outros procedimentos, para fins de correição, podendo concluí-los, se for o caso, ou delegar sua presidência a outra autoridade policial;".

A alternativa B está incorreta, por ser uma atribuição da Corregedoria-Geral de Polícia Civil, nos termos do art. 33, VI, da Lei Complementar Estadual nº 129/2013, veja: "À Corregedoria-Geral de Polícia Civil compete: VI - avocar inquéritos policiais e outros procedimentos, para fins de correição, podendo concluí-los, se for o caso, ou delegar sua presidência a outra autoridade policial;".

A alternativa C está incorreta, por ser uma atribuição da Corregedoria-Geral de Polícia Civil, nos termos do art. 33, VI, da Lei Complementar Estadual nº 129/2013, veja: "À Corregedoria-Geral de Polícia Civil compete: VI - avocar inquéritos policiais e outros procedimentos, para fins de correição, podendo concluí-los, se for o caso, ou delegar sua presidência a outra autoridade policial;".

A alternativa D está incorreta, por ser uma atribuição da Corregedoria-Geral de Polícia Civil, nos termos do art. 33, VI, da Lei Complementar Estadual nº 129/2013, veja: "À Corregedoria-Geral de Polícia Civil compete: VI - avocar inquéritos policiais e outros procedimentos, para fins de correição, podendo concluí-los, se for o caso, ou delegar sua presidência a outra autoridade policial;".

A alternativa E está incorreta, por ser uma atribuição da Corregedoria-Geral de Polícia Civil, nos termos do art. 33, VI, da Lei Complementar Estadual nº 129/2013, veja: "À Corregedoria-Geral de Polícia Civil compete: VI - avocar inquéritos policiais e outros procedimentos, para fins de correição, podendo concluí-los, se for o caso, ou delegar sua presidência a outra autoridade policial;".

QUESTÃO 15. Mário, Delegado de Polícia, tomou conhecimento de que, em razão de conduta ilícita por ele praticada, existem discussões sobre uma eventual remoção por conveniência da disciplina. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Complementar Estadual nº 129/2013, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A remoção ou transferência de lotação de Delegado de Polícia por conveniência da disciplina somente ocorrerá após a Corregedoria-Geral de Polícia Civil, e depois de aprovada a proposta de remoção por maioria simples dos membros do Órgão Especial do Conselho Superior da PCMG, observado o interesse da administração.

() É assegurado ao policial civil, quando comprovar não ter sido o autor da infração disciplinar, o direito de revisão do ato de remoção ou transferência, com a consequente percepção dos auxílios correspondentes, caso requeira, formalmente, a lotação na unidade de origem.

() A remoção por conveniência da disciplina não gera direito para o policial civil à percepção de auxílio ou qualquer outra forma de indenização.

As afirmativas são, respectivamente,

a) V - F - V.

b) F - V - F.

c) F - V - V.

d) V - V - V.

e) V - V - F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da remoção por conveniência da disciplina, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 129/2013.

A afirmação I está correta, por ser o que determina o artigo 53 da Lei Complementar Estadual nº 129/2013, vejamos: "A remoção ou transferência de lotação de Delegado de Polícia por conveniência da disciplina somente ocorrerá após a abertura da sindicância ou processo administrativo que observarão a ampla defesa, cabendo seu processamento à Corregedoria-Geral de Polícia Civil, e depois de aprovada a proposta de remoção por maioria simples dos membros do Órgão Especial do Conselho Superior da PCMG, observado o interesse da administração."

A afirmação II está correta, por ser o que determina o artigo 54 da Lei Complementar Estadual nº 129/2013, vejamos: "É assegurado ao policial civil, quando comprovar não ter sido o autor da infração disciplinar, o direito de revisão do ato de remoção ou transferência, com a consequente percepção dos auxílios correspondentes, nos termos desta Lei Complementar, caso requeira, formalmente, a lotação na unidade de origem."

A afirmação III está correta, por ser o que determina o artigo 52, § 1º da Lei Complementar Estadual nº 129/2013, vejamos: "O policial civil só poderá ser removido de um município para outro, com prévia publicação de edital, observada a existência de vaga no quadro de distribuição de pessoal da PCMG e, ainda, excepcionalmente: (...) § 1º As remoções a que se referem os incisos I, II e V do caput não geram direito para o policial civil à percepção de auxílio ou qualquer outra forma de indenização."

Assim sendo, a única alternativa a reunir os itens I, II e III é a alternativa D, sendo a correta, estando as demais, A, B, C e E, incorretas.

QUESTÃO 16. Na Assembleia Legislativa do Estado Alfa foi apresentada proposição oriunda do exercício do poder constituído decorrente de caráter reformador. Composta por comissão especial para a sua apreciação, instaurou-se um debate em relação aos limites a serem observados no exercício do referido

poder, os quais consubstanciaríamos os limites a serem observados pela proposição apresentada, podendo ensejar a sua submissão ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça, caso não sejam observados. No debate, foi corretamente afirmado que os referidos limites:

a) Apresentam uma relação de total sobreposição com os limites estabelecidos pelo poder constituinte originário e pelo poder constituído derivado reformador.

b) Estão previstos apenas nas normas que encontram sua origem no exercício do poder constituído decorrente e no poder constituído decorrente de caráter reformador.

c) Apresentam uma relação de total sobreposição com os denominados princípios constitucionais sensíveis, oriundos do poder constituinte originário e do poder constituído derivado reformador.

d) Podem estar presentes em normas oriundas do exercício do poder constituinte originário, mesmo que não tenham sido expressamente incorporadas ao texto editado pelo poder constituído decorrente.

e) Estão concentrados nos princípios constitucionais estabelecidos, desde que incorporados às normas editadas pelo poder constituído decorrente e pelo poder constituído decorrente de caráter reformador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do poder constituinte.

A alternativa A está incorreta. Os limites do poder constituído decorrente de caráter reformador não se sobrepõem totalmente aos limites estabelecidos pelo poder constituinte originário. Na verdade, é o contrário, pois o poder originário é a própria Constituição; é o poder que instaura nova ordem jurídica. Conforme leciona o professor Pedro Lenza: “O poder constituinte originário (também denominado inicial, inaugural, genuíno ou de 1º grau) é aquele que instaura uma nova ordem jurídica, rompendo por completo com a ordem jurídica precedente. O objetivo fundamental do poder constituinte originário, portanto, é criar um novo Estado, diverso do que vigorava em decorrência da manifestação do poder constituinte precedente.” (LENZA, Pedro. Direito Constitucional esquematizado / Pedro Lenza. - Coleção esquematizado / coordenador Pedro Lenza - 24. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p-211).

A alternativa B está incorreta. Não são “apenas” estes os limites. Conforme exposto na explicação da alternativa A, também é necessário respeitar os limites impostos pelo poder constituinte originário.

A alternativa C está incorreta. Não há de se falar em “completa sobreposição”. Os princípios constitucionais sensíveis estão instituídos na Constituição e devem ser respeitados. De acordo com art. 34, VII, da CF: “Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático; b) direitos da pessoa humana; c) autonomia municipal; d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta. e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.”

A alternativa D está correta. Os limites do poder constituído decorrente de caráter reformador podem estar presentes, mesmo que não tenham sido expressamente incorporadas ao texto editado pelo poder

constituído decorrente. Como exemplo, cite-se as normas de reprodução obrigatória da Constituição Federal que devem ser seguidas ainda que não estejam presentes no texto expresso da Constituição Estadual. É este, inclusive, o entendimento firmado pelo STF: “EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUCIONAL. ART. 189 DA CONSTITUIÇÃO DO MATO GROSSO. INTERVENÇÃO ESTADUAL EM MUNICÍPIO. DESNECESSIDADE DE REPRODUÇÃO EXPRESSA NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DOS PRINCÍPIOS SENSÍVEIS PREVISTOS NO INC. VII DO ART. 34 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. NORMA DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA PELOS ESTADOS. AÇÃO DIRETA JULGADA IMPROCEDENTE. (...) 3. É de observância obrigatória pelos Estados o rol taxativo de princípios constitucionais sensíveis previstos no inc. VII do art. 34 da Constituição da República, sendo desnecessária a reprodução literal na Constituição estadual como condição autorizativa para a intervenção do Estado em seus Municípios, por inexistir autonomia para modificá-lo. (...)”. (STF. ADI 7359. Tribunal Pleno. Min. Rel. Carmen Lúcia. Julgamento: 13/05/2024. Publicação: 08/08/2024.)

A alternativa E está incorreta. Conforme exposto na explicação da alternativa D, não é necessária tal incorporação às normas editadas.

QUESTÃO 17. No Estado Alfa, constatou-se que um dos óbices à ampliação do número de habitações atendidas pelo saneamento básico decorria do elevado custo envolvido, que não era suportado por muitos municípios. Por essa razão, foram iniciados estudos, pelo Poder Executivo do referido ente federativo com o objetivo de identificar se Alfa poderia, ou não, editar um padrão normativo que, de alguma maneira, disciplinasse a sua participação no processo decisório relacionado à exploração do referido serviço. Ao fim dos estudos, constatou-se corretamente que:

a) É competência privativa da União legislar sobre águas; logo, o objetivo alvitado não pode ser alcançado por norma estadual.

b) É possível que uma lei complementar estadual congregue os entes federativos municipais em uma estrutura territorial, com órgãos próprios, de adesão facultativa e maioria de votos de Alfa.

c) É possível a edição de lei ordinária estadual que crie uma estrutura territorial, com órgãos próprios, à qual os municípios limítrofes possam voluntariamente aderir, que passará a gerir o serviço.

d) O serviço de saneamento consubstancia típico interesse local; logo, é matéria de competência privativa dos municípios, que não lhes pode ser subtraída, sob pena de afronta à sua autonomia política.

e) É possível a edição de norma estadual específica, que imponha a adesão dos municípios limítrofes a uma estrutura territorial, com órgãos próprios, nos quais Alfa, embora possa participar, não deve contar com a maioria dos votos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema organização do Estado.

Sobre o saneamento básico, em específico, o STF, no julgamento da ADI 1842/RJ, decidiu o seguinte: “(...) 4. Aglomerações urbanas e saneamento básico. O art. 23, IX, da Constituição Federal conferiu competência comum à União, aos estados e aos municípios para promover a melhoria das condições de saneamento

básico. Nada obstante a competência municipal do poder concedente do serviço público de saneamento básico, o alto custo e o monopólio natural do serviço, além da existência de várias etapas – como captação, tratamento, adução, reserva, distribuição de água e o recolhimento, condução e disposição final de esgoto – que comumente ultrapassam os limites territoriais de um município, indicam a existência de interesse comum do serviço de saneamento básico. A função pública do saneamento básico frequentemente extrapola o interesse local e passa a ter natureza de interesse comum no caso de instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, nos termos do art. 25, § 3º, da Constituição Federal. Para o adequado atendimento do interesse comum, a integração municipal do serviço de saneamento básico pode ocorrer tanto voluntariamente, por meio de gestão associada, empregando convênios de cooperação ou consórcios públicos, consoante o arts. 3º, II, e 24 da Lei Federal 11.445/2007 e o art. 241 da Constituição Federal, como compulsoriamente, nos termos em que prevista na lei complementar estadual que institui as aglomerações urbanas. A instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas ou microrregiões pode vincular a participação de municípios limítrofes, com o objetivo de executar e planejar a função pública do saneamento básico, seja para atender adequadamente às exigências de higiene e saúde pública, seja para dar viabilidade econômica e técnica aos municípios menos favorecidos. Repita-se que este caráter compulsório da integração metropolitana não esvazia a autonomia municipal.” Portanto, conforme se depreende da jurisprudência acima colacionada, a alternativa correta é a letra E: É possível a edição de norma estadual específica, que imponha a adesão dos municípios limítrofes a uma estrutura territorial, com órgãos próprios, nos quais Alfa, embora possa participar, não deve contar com a maioria dos votos.

QUESTÃO 18. Após o devido processo legal, João foi condenado, em sentença transitada em julgado, pela prática de crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes no território italiano. Na época do seu nascimento, fato ocorrido no território brasileiro, seu pai, italiano, e sua mãe, espanhola, encontravam-se no Brasil a serviço da embaixada da Espanha. Dois anos após o nascimento, o casal e João passaram a morar na Itália, situação que permaneceu inalterada por trinta anos, perdurando até três meses atrás, quando João passou a residir no território brasileiro. Por essa razão, o governo italiano requereu a sua extradição à República Federativa do Brasil. A extradição requerida, após as medidas possíveis a cargo de João, deve ser:

- a) Deferida, o que decorre da natureza do crime pelo qual João foi condenado, conclusão que independe de o extraditando ser brasileiro, ou não.**
- b) Deferida, considerando que João é estrangeiro e somente pode adquirir a nacionalidade brasileira pelo processo regular de naturalização.**
- c) Indeferida, considerando que João é brasileiro nato, em razão do critério do jus soli, não podendo ser extraditado.**
- d) Indeferida, caso João tenha sido registrado em repartição brasileira antes de se mudar para a Itália.**
- e) Deferida, salvo se João optar pela nacionalidade brasileira, o que a obstará.**

Comentários

A alternativa apontada pelo gabarito preliminar da banca como correta é a letra C; no entanto, entende-se que, na verdade, a alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema nacionalidade.

O artigo 12, I, “a”, da Constituição Federal assevera que são brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país. A seguir: “Art. 12. São brasileiros: I - natos: a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;”. Da leitura do dispositivo, extrai-se o seguinte: quem nasce no Brasil é brasileiro nato, salvo se preencher dois requisitos cumulativos: 1) pai e mãe são estrangeiros; 2) pelo menos um dos pais (basta um) estar a serviço de seu país. Assim sendo, no caso narrado pelo enunciado, tem-se que João não é brasileiro, mas sim estrangeiro, pois mesmo tendo nascido no Brasil, sua mãe, espanhola, estava a serviço de seu país (Espanha). Logo, os dois requisitos para exclusão do critério *ius solis* como definidor de nacionalidade primária foram preenchidos: 1) pai e mãe são estrangeiros; 2) a mãe, espanhola, estava a serviço da Espanha. Assim, João não é brasileiro nato. Vale ressaltar que, embora o pai de João seja italiano e esteja a serviço da Espanha, fato que, por si só, não excluiria a aplicação do critério *ius solis* (porque não estava a serviço de seu país), a mãe é espanhola e estava a serviço da Espanha, situação que se amolda à exceção prevista no artigo 12, I, da CF. Comprovado que João não é brasileiro nato e que não consta na questão nenhuma informação de sua naturalização, ele poderá, sim, ser extraditado. Dessa forma, apesar de o gabarito preliminar da banca ter apontado como correta a alternativa C, a partir da explicação acima, entende-se que, na verdade, a alternativa correta é a letra B.

QUESTÃO 19. A Emenda Constitucional nº X (EC X) disciplinou determinada temática em norma de eficácia limitada. Essa norma, conforme o entendimento predominante, seria dissonante de uma norma de eficácia plena e aplicabilidade imediata, de natureza infraconstitucional, que fora editada em momento anterior. Com isso, instaurou-se uma grande celeuma em relação à possibilidade, ou não, de, na atualidade, ser aplicada a norma infraconstitucional. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) A norma infraconstitucional de eficácia plena somente será revogada pela norma infraconstitucional que regulamentar a EC X.
- b) Apesar de a norma de eficácia limitada carecer de regulamentação, ela revogou a norma infraconstitucional de eficácia plena.
- c) Caso a norma de eficácia limitada seja de princípio programático, a norma infraconstitucional de eficácia plena continuará a ser aplicada até a regulamentação daquela.
- d) A norma de eficácia limitada, apesar de carente de regulamentação, deve influir na interpretação da norma infraconstitucional de eficácia plena, mas não acarreta a sua revogação.
- e) Somente as normas constitucionais de eficácia plena produzem efeitos, não as normas de eficácia limitada e contida; logo, não há conflito entre a EC X e a norma infraconstitucional de eficácia plena.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema hermenêutica constitucional.

Observe que inicialmente, foi produzida uma lei infraconstitucional regulamentando o texto constitucional vigente. Posteriormente, a Constituição foi modificada por Emenda Constitucional, o que tornou a referida lei infraconstitucional incompatível com o novo texto. Neste caso, quando se tem novo regramento constitucional, a lei infraconstitucional que for incompatível não será considerada inconstitucional (já que no nosso ordenamento não se tem inconstitucionalidade superveniente), mas sim revogada. Conforme leciona a professor Nelma Fontana: “Inconstitucionalidade originária e superveniente: O primeiro ponto que devemos deixar claro é o seguinte: nem tudo o que contraria a Constituição é inconstitucional. A definição de uma lei ou ato normativo como inconstitucional pressupõe a observância do elemento contemporaneidade, uma vez que não se adota no Brasil a teoria da inconstitucionalidade superveniente. O direito pré-constitucional quanto não compatível com a Constituição superveniente não pode ser considerado inconstitucional. Se a norma anterior à Constituição for materialmente compatível com a nova Carta será recepcionada, mas se for materialmente incompatível, será revogada (ou não recepcionada como preferem alguns autores). Se a lei for anterior à Constituição, só poderá ser considerada inconstitucional em face daquela que valia quando de sua criação.” (Curso Interativo de Direito Constitucional PG-MG - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 23.1 Espécies de Inconstitucionalidade - Livro Digital Interativo). Portanto, a alternativa correta é a letra B. As alternativas A e D ficam, de logo, automaticamente incorretas.

Ressalte-se, ainda, que o fato de a Emenda Constitucional ser de eficácia limitada em nada influencia no explicado acima, pois uma norma constitucional de eficácia limitada também produz efeitos jurídicos e pode ser utilizada como parâmetro de controle de constitucionalidade, mesmo que ainda não regulamentada. Conforme doutrina da professora Nelma Fontana: “Para fecharmos esse tema, convém enfatizar: todas as normas constitucionais são dotadas de eficácia jurídica. As normas constitucionais de eficácia limitada, quer sejam de princípios institutivos ou de princípios programáticos, mesmo que não regulamentadas, possuem eficácia jurídica, pois revogam dispositivos anteriores e impedem que sejam produzidas normas posteriores que contrariem os seus propósitos.” (Curso Interativo de Direito Constitucional PG-MG - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 5.2.1. Classificação de José Afonso da Silva - Livro Digital Interativo). Portanto, as alternativas C e E também ficam incorretas.

QUESTÃO 20. Durante evento ocorrido nas ruas do Município Alfa, um candidato à eleição que seria realizada no mês seguinte para Prefeito Municipal falou com outras três pessoas sobre as medidas que estava adotando para burlar as restrições impostas pela legislação eleitoral em relação à captação de recursos financeiros. A conversa foi gravada por um dos participantes sem que os demais tivessem conhecimento e foi apresentada como prova em uma ação ajuizada perante a Justiça Eleitoral para cassar o registro do candidato. Nesse caso, à luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- a) A gravação ambiental não pode ser utilizada, pois não foi precedida de autorização judicial.
- b) A gravação ambiental, entre interlocutores específicos, somente pode ser utilizada como meio de prova caso seja autorizada por todos os envolvidos.
- c) A gravação ambiental consubstancia grave violação a intimidade e à privacidade, não sendo admitida para fins outros que não a investigação e o processo penal.

d) A gravação ambiental, desde que realizada por um dos interlocutores, independentemente do local em que seja realizada, não carece de autorização judicial; logo, pode ser utilizada.

e) Em razão das características do local em que a gravação foi realizada por um dos interlocutores, é possível a sua utilização como prova, mesmo sem ter sido antecedida de autorização judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Sobre a temática de gravação ambiental, tratada no enunciado, o STF fixou o Tema de Repercussão Geral nº 979, quando do julgamento do RE 1040515, para dizer o seguinte: “No processo eleitoral, é ilícita a prova colhida por meio de gravação ambiental clandestina, sem autorização judicial e com violação à privacidade e à intimidade dos interlocutores, ainda que realizada por um dos participantes, sem o conhecimento dos demais. A exceção à regra da ilicitude da gravação ambiental feita sem o conhecimento de um dos interlocutores e sem autorização judicial ocorre na hipótese de registro de fato ocorrido em local público desprovido de qualquer controle de acesso, pois, nesse caso, não há violação à intimidade ou quebra da expectativa de privacidade.” Como, no caso hipotético narrado, a conversa foi grava num local público, “durante evento ocorrido nas ruas do Município Alfa”, é possível a utilização da gravação como prova, mesmo sem ter sido antecedida de autorização judicial. Portanto, a alternativa correta é a letra E.

QUESTÃO 21. O Governador do Estado Alfa encaminhou projeto de lei à Assembleia Legislativa criando uma nova taxa, o que foi feito com o delineamento dos seus distintos aspectos, como fato gerador, contribuintes, base de cálculo e alíquota. No Poder Legislativo, um grupo de parlamentares apresentou emenda aditiva a essa proposição, na qual foi alterado o fato gerador da referida taxa, de modo a ampliar o seu alcance, o que veio a ser aprovado. Após a aprovação, o projeto foi vetado pelo Governador do Estado sob o argumento de ser incompatível com a Constituição da República de 1988, mas o veto foi derrubado pela Assembleia Legislativa, daí resultando a promulgação da Lei nº X. De acordo com as informações acima, é correto afirmar que a Lei nº X é:

a) Inconstitucional, pois é competência privativa da União legislar sobre direito tributário.

(b) Inconstitucional, pois foi aprovada uma emenda ao projeto de lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

c) Inconstitucional, pois a emenda ao projeto de lei, que restou aprovada, não apresentou pertinência temática.

d) Constitucional, pois o poder de emenda é da essência da atividade legislativa, não sendo limitado pela Constituição.

e) Constitucional, pois Alfa tem competência para legislar sobre a matéria, que não é de iniciativa privativa do Executivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema processo legislativo.

A alternativa A está incorreta. Os Estados também podem legislar sobre direito tributário, pois conforme art. 24, I, da CF, se trata de competência concorrente. Vejamos: “Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;”.

A alternativa B está incorreta. Não há nenhuma previsão constitucional nesse sentido. A regra do artigo 61, parágrafo 1º, inciso II, b, ao dizer que são de iniciativa do Presidente da República leis tributárias, referem-se apenas aos Territórios Federais. Vejamos: “§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: II - disponham sobre: b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;”.

A alternativa C está incorreta. Há total pertinência temática. O projeto de lei criou uma taxa, bem como delineou seu fato gerador, contribuintes, base de cálculo e alíquota. E a emenda ampliou justamente o fato gerador da referida taxa.

A alternativa D está incorreta. O poder de emenda é limitado pelo Constituição. A emenda proposta, além de ter pertinência temática, também não pode acarretar aumento de despesas. É o que determina art. 63, I, da CF, vejamos: “Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista: I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;”.

A alternativa E está correta. Conforme Tema de Repercussão Geral nº 682 do STF: “Inexiste, na Constituição Federal de 1988, reserva de iniciativa para leis de natureza tributária, inclusive para as que concedem renúncia fiscal.”

QUESTÃO 22. Ao prestar informações com o objetivo de trancar um inquérito policial conduzido pela Polícia Civil, no qual se alegava o descumprimento de norma constitucional, o Delegado de Polícia, para sustentar a juridicidade das investigações, esclareceu que o significado a ser atribuído ao significante interpretado apresentava vicissitudes conforme a alteração dos circunstancialismos subjacentes à sua aplicação, não se harmonizando com uma lógica estática de argumentação jurídica. Nesse caso, as informações apresentadas pelo Delegado de Polícia:

a) Se harmonizam com a concepção de que o intérprete, ao resolver as conflitualidades intrínsecas que se apresentam durante a interpretação, deve ser sensível ao contexto, mas sem participar do processo de criação normativa.

b) Se distanciam das construções baseadas no realismo jurídico, considerando que a identificação do real significado da norma pode não atender ao referencial de justiça subjacente ao momento de sua aplicação.

c) Se harmonizam com a reconstrução do iter argumentativo que direcionou a atuação do poder constituinte no delineamento do texto constitucional, de modo a preservar os objetivos almejados.

d) Não encampam a concepção teórica que busca justificar o desenvolvimento da interpretação constitucional a partir dos referenciais de programa da norma e âmbito da norma.

e) Se distanciam da lógica puramente cognitivista que permeia a atividade interpretativa conduzida a partir de premissas de ordem originalista.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema hermenêutica constitucional.

A alternativa A está incorreta. A primeira parte da alternativa está correta, pois se coaduna com a matriz interpretativa do contextualismo. De acordo com doutrina do professor Gustavo Binbenbojm: “O contextualismo consiste na postura de se valorizar a experiência prática - social, política, histórica, econômica e cultural - na investigação filosófica, como método que nos liberta de abstrações atemporais, senão porque extraídas de alguma doutrina fundacional, então porque elas costumam situar-se em algum ponto arquimediano a-histórico, desenraizado das circunstâncias inerentes ao contexto. Por evidente, se as proposições precisam ser confrontadas com a diferença que fazem na prática, o método pragmático não pode desconsiderar o contexto real e deve levar sempre em conta a intersubjetividade que lhe confere sentido e valor.” (BINENBOJM, Gustavo. Poder de Polícia, Ordenação, Regulação: Transformações Político-jurídicas, Econômicas e Institucionais do Direito Administrativo Ordenador. – 2ª. ed. - Fórum, 2017, p-54).

No entanto, a alternativa fica incorreta em razão de sua última parte, pois o intérprete participa sim do processo de criação normativa. De acordo com a doutrina: “Kelsen está preocupado em distinguir a autonomia do pensamento jurídico face a outras funções mentais. O pensamento jurídico é interpretação, e a interpretação é totalmente cognitiva. É apenas jurídica – interessando, assim, à ciência do direito – a atividade racional de determinar o significado de um texto de uma norma a ser aplicada. Escolher não é uma questão de inteligência. No entanto, o trabalho da autoridade jurídica não cessa aí: ela deve criar a nova regra, dentre aquelas possibilidades, e assim resolver o caso.” (COELHO, Nuno Manuel Morgadinho dos Santos. TROGO, Sebastião. Hans Kelsen e Paul Scholten: Sobre emoção e razão na solução de casos jurídicos. DIKÉ: Revista Eletrônica de Direito, Filosofia e Política do Curso de Direito da Unipac Itabirito. Ano 8, nº XI, 2º semestre de 2015; p-27).

A alternativa B está incorreta. Se aproximam das construções baseadas no realismo jurídico. De acordo com a doutrina: “Percebe-se, facilmente, que os realistas operaram uma verdadeira revolução na concepção do Direito, subvertendo os termos da equação dos exegetas. Enquanto para esses o ato de decidir resulta da aplicação de normas obrigatoriamente vinculantes à hipótese sob exame, para aqueles, de seu turno, o ato de decidir resulta da escolha do juiz no momento da decisão, optando por uma das várias alternativas que se apresentam possíveis. Assim, o que se passa é que o juiz, ante o leque de alternativas que tem diante de si, escolherá sempre aquela que a ele, enquanto homem, parecer mais conveniente de ser adotada. É curioso observar que, embora não seja uma corrente de pensamento que se possa dizer atual, é muito comum, nos dias de hoje, encontrar pessoas que - talvez sem o saber - proclamam como verdades algumas das teses do realismo jurídico. Isso é bastante frequente no foro, onde a mancheias advogados, procuradores, estudantes etc., sustentam que a sentença adveio de uma clara eleição prévia do julgador, que, após fazê-la, foi buscar o seu fundamento no ordenamento. Nós mesmos assistimos ao atual Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dr. Marco Aurélio Melo - que sabe o que diz - em entrevista a uma rede de televisão, há poucos meses, declarar que o juiz primeiro decide no seu íntimo e só depois vai buscar os fundamentos de sua decisão.” (RIBEIRO, Fabio Túlio Correia. COSTA, Henrique Costa. Revista da Escola Superior da Magistratura de Sergipe, nº 07. 2004; p. 304-305).

A alternativa C está incorreta. A ideia não é reconstrução com base no sentido originário. Do ponto de vista interpretativo, há diversas interpretações, a depender do contexto. Logo, a alternativa fica incorreta porque, segundo o caso concreto narrado, o delegado quer afastar a literalidade do texto. De acordo com a doutrina: “A leitura do texto constitucional, muitas vezes, leva à seguinte reflexão: “como devem ser interpretadas as normas constitucionais? Há prevalência de um dispositivo sobre outro? Existe hierarquia entre normas constitucionais?”. É certo que as Constituições devem ser interpretadas, mas deverá o exegeta buscar o real significado dos dispositivos constitucionais, a fim de que estes tenham o maior alcance e a maior efetividade possíveis. Cabe ao intérprete demonstrar o verdadeiro significado do texto constitucional, a partir do contexto histórico e da realidade socioeconômica de um povo. A identificação da abrangência de uma lei infraconstitucional depende da definição do real alcance da Constituição, tendo em vista que a validade daquelas depende da Lei Maior, que é o fundamento de validade do ordenamento jurídico. (Curso Interativo de Direito Constitucional PC-MG - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 5.5. Hermenêutica Constitucional - Livro Digital Interativo).

A alternativa D está incorreta. Há sim essa encampação. A interpretação constitucional a partir do programa normativo e do âmbito normativo é feita por meio do método normativo-estruturante. De acordo com a doutrina: “Esse método parte da premissa de que existe uma relação necessária entre o texto e a realidade, entre preceitos jurídicos e os fatos que eles intentam regular. Não é possível isolar a norma jurídica da realidade, razão por que se deve falar em concretização da Constituição e não de interpretação. Na tarefa de concretizar (ou interpretar) a norma constitucional, o intérprete-aplicador deve considerar tanto os elementos resultantes da interpretação do texto como os decorrentes da investigação da realidade. A norma não se confunde com o texto normativo. Afirma Müller (2000) que o texto é apenas a “ponta do iceberg”; mas a norma não compreende apenas o texto, pois abrange também “um pedaço de realidade social”, sendo esta talvez a parte mais significativa que o intérprete aplicador deve levar em conta para realizar o direito. Desde o momento da elaboração do texto até o instante de sua aplicação, a norma é determinada histórica e socialmente. Logo, quando o jurista cogita dos elementos e situações do mundo sobre os quais recai determinada norma, não se refere a um tema metajurídico. A norma é composta pela história, pela cultura e pelas demais características da sociedade no âmbito da qual se aplica.” (Curso Interativo de Direito Constitucional PC-MG - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 5.5.2. Métodos de Interpretação da Constituição - Livro Digital Interativo).

A alternativa E está correta. O cognitivismo, também conhecido por formalismo, refere-se à concepção segundo a qual o intérprete apenas revela o sentido inerente ao texto legal, pois o ato de interpretar é mero ato de conhecimento. Portanto, de fato, no caso hipotético narrado, o delegado busca o distanciamento da lógica puramente cognitivista. De acordo com a doutrina: “Kelsen tem uma concepção estritamente racional-cognitiva sobre a interpretação. Decerto disto ele pode ser acusado, mas não de reduzir o processo de aplicação do direito uma atividade unilateralmente racional. A interpretação é uma atividade intelectual que deve determinar o significado das normas a serem aplicadas, mas isto não compreende toda a sua descrição da aplicação do direito. Como a interpretação conduz a uma pluralidade de significados do texto, ela não compreende o processo todo de decisão. Mais do que o intelecto, a aplicação do direito mobiliza outras faculdades psíquicas do julgador: não apenas o intelecto, mas também o desejo. Kelsen leva muito a sério a natureza decisional da aplicação do direito, e reconhece que ela não é redutível a um esquema lógico.” (COELHO, Nuno Manuel Morgadinho dos Santos. TROGO, Sebastião. Hans Kelsen e Paul Scholten: Sobre emoção e razão na solução de casos jurídicos. DIKÉ: Revista Eletrônica de Direito, Filosofia e Política do Curso de Direito da Unipac Itabirito. Ano 8, nº XI, 2º semestre de 2015; p-24).

QUESTÃO 23. João, oficial da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, foi convidado para exercer uma função temporária em um órgão da Administração Pública indireta que explora atividade econômica em sentido amplo. Por considerar que poderia contribuir com sua experiência para a realização do interesse público, João analisou a Constituição do Estado de Minas Gerais com o objetivo de verificar a possibilidade, ou não, de aceitar o convite, bem como as consequências que daí adviriam para a sua carreira. Ao fim de sua análise, João concluiu corretamente que:

- a) É vedado ao militar da ativa aceitar convites como o descrito na narrativa.
- b) Caso aceite o convite, será agregado, podendo ser promovido somente por antiguidade.
- c) Caso aceite o convite e conte com menos de dez anos de serviço, será transferido para a reserva.
- d) Caso aceite o convite e conte com menos de dez anos de serviço, será agregado, não podendo ser promovido.
- e) Caso aceite o convite, deve ser transferido para a inatividade, se o seu tempo de serviço o permitir, ou exonerado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Constituição Estadual de Minas Gerais, mais especificamente sobre os militares.

Acerca do militar em atividade que aceita cargo público temporário, o art. 39, § 4º, da CE/MG assim determina: “§ 4º – O militar da ativa que aceitar cargo, emprego ou função públicos temporários, não eletivos, ainda que de entidade da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e, enquanto permanecer nessa situação, somente poderá ser promovido por antiguidade, terá seu tempo de serviço contado apenas para aquela promoção e transferência para a reserva e será, depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a inatividade.” Portanto, no caso narrado pelo enunciado, caso João aceite exercer função pública temporária, será agregado, podendo ser promovido somente por antiguidade. Logo, a alternativa correta é a letra B.

QUESTÃO 24. Em um processo em tramitação perante o Juízo competente de primeira instância, foi discutida, no âmbito do controle difuso de constitucionalidade, a compatibilidade da Lei Federal nº X com a Constituição da República de 1988. Ao prolatar a sentença, o referido juízo entendeu que esse diploma normativo não apresentava qualquer vício de constitucionalidade. Esse entendimento foi considerado inadequado por uma das partes, que pretendia submeter a questão constitucional ao Supremo Tribunal Federal, de modo que este tribunal reformasse a sentença. Considerando as regras de competência estabelecidas na Constituição da República de 1988, pergunta-se: “Há alguma situação que admita a realização do objetivo almejado pela parte?”. A resposta correta é:

- a) Sim, com a interposição de recurso ordinário.
- b) Sim, com a interposição de recurso de apelação.

c) Sim, com a interposição de recurso extraordinário.

d) Não, pois a interposição de recurso extraordinário exige o esgotamento das instâncias ordinárias.

e) Não, pois seria necessário o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade, modalidade de controle concentrado de constitucionalidade.

Comentários

A alternativa apontada pelo gabarito preliminar da banca como correta é a letra A; no entanto, entende-se que, na verdade, a alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema controle de constitucionalidade.

Observe que, na hipótese narrada, o processo tramita perante o juízo de primeira instância, e a parte deseja submeter a questão diretamente ao Supremo Tribunal Federal, para que reforme a sentença de primeiro grau. No entanto, não existe situação que admita a realização do objetivo almejado pela parte, já que, para tal, seria necessário interpor um recurso extraordinário, o qual exige o esgotamento prévio das instâncias ordinárias. É este, inclusive, o entendimento sumulado do STF: “Súmula 281 STF: É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.” Neste mesmo sentido, é o art. 102, III, da CF: “Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: (...)”. Veja que o texto constitucional fala em “única ou última instância”, ou seja, após o esgotamento das instâncias ordinárias. Portanto, apesar de o gabarito preliminar da banca ter apontado como correta a letra A, entende-se que, na verdade, alternativa correta é a letra D. E, automaticamente, a alternativa C fica incorreta.

A alternativa A está incorreta porque o recurso ordinário ao STF somente é cabível em 2 situações, dispostas no art. 102, II da CF. Vejamos: “Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: II - julgar, em recurso ordinário: a) o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão; b) o crime político;”.

A alternativa B está incorreta. A apelação não é competência do Supremo.

A alternativa E está incorreta. O próprio enunciado da questão diz se tratar de controle difuso de constitucionalidade, e não de controle direto. Logo, não há de se falar em ação direta de inconstitucionalidade.

QUESTÃO 25. Após reunião de cúpula entre autoridades do Poder Executivo do Estado Alfa, decidiu-se pela necessidade de ser adotada política pública direcionada a um grupo específico, com histórico de exclusão social. Na ocasião, o assessor de um dos presentes sustentou que a referida política pública:

I. deveria ser instituída de modo contínuo;

II. não poderia importar em discriminação reversa;

III. poderia se distanciar da igualdade formal.

A esse respeito, está correto o que se afirma em

a) I, II e III.

b) I, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) II e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema direitos e garantias fundamentais, mais precisamente sobre o direito à igualdade.

O Item I está incorreto. A ação afirmativa do Estado não pode ser contínua; pelo contrário, ela deve estar associada ao prejuízo sofrido. Conforme entendimento fixado pelo STF no julgamento da ADPF 186: “(...) VII – No entanto, as políticas de ação afirmativa fundadas na discriminação reversa apenas são legítimas se a sua manutenção estiver condicionada à persistência, no tempo, do quadro de exclusão social que lhes deu origem. Caso contrário, tais políticas poderiam converter-se benesses permanentes, instituídas em prol de determinado grupo social, mas em detrimento da coletividade como um todo, situação – é escusado dizer – incompatível com o espírito de qualquer Constituição que se pretenda democrática, devendo, outrossim, respeitar a proporcionalidade entre os meios empregados e os fins perseguidos. (...)”. (STF. Plenário. ADPF 186/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 25 e 26/4/2012).

O Item II está incorreto. Tomando por base o mesmo entendimento jurisprudencial acima colacionado, percebe-se que, de fato, as políticas públicas podem importar discriminação reversa, desde que sua manutenção esteja condicionada à persistência, no tempo, do quadro de exclusão social que lhes deu origem. No mesmo sentido, a professora Nelma Fontana: “As ações afirmativas, em geral, são temporárias, têm prazo de duração. A partir de um estudo denso em que se constate a impossibilidade de, num espaço curto de tempo, um determinado grupo conseguir a sua inserção social, o Poder Público promove as suas ações. É de se notar que tal temporariedade tem o propósito de impedir que se promova a discriminação reversa, isto é, prejudicar o direito dos que não foram contemplados pelas ações do Estado.” (Curso Interativo de Direito Constitucional PC-MG - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 7.1.2. Princípio da Igualdade - Livro Digital Interativo).

O Item III está correto. As ações afirmativas se aproximam da igualdade material. Conforme a doutrina: “ (...) A igualdade material vincula não apenas o legislador, que deve estabelecer no texto da lei idêntico tratamento a todos os que se encontram na mesma situação, mas também o aplicador e o intérprete da lei, que devem oferecer tratamento igual aos que a lei considerou iguais. Assim, a igualdade material não apenas assegura a igualdade perante a lei (destinada ao legislador), mas também a igualdade na lei (destinada ao intérprete).” (Curso Interativo de Direito Constitucional PC-MG - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 7.1.2. Princípio da Igualdade - Livro Digital Interativo).

QUESTÃO 26. Leia o seguinte trecho do voto do Ministro Luís Felipe Salomão nº 1.415.727-SC, julgado pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça.

(...) E mais, o direito de receber doação (art. 542 do Código Civil), de ser curatelado (art. 1.779 do Código Civil), a especial proteção conferida à gestante, assegurando-se lhe atendimento pré-natal (art. 8º do ECA, o qual, ao fim e ao cabo, visa a garantir o direito à vida e à saúde do nascituro), e recentemente a edição da Lei nº 11.804/2008, que positivou os chamados alimentos gravídicos, cuja titularidade é, na verdade, do nascituro e não da mãe. Porém, a par dos citados exemplos, parece ser no direito penal que a condição de pessoa viva do nascituro - embora não nascida - é afirmada sem a menor cerimônia. É que o crime de aborto (arts. 124 a 127 do CP) sempre esteve alocado no título referente a "crimes contra a pessoa" e especificamente no capítulo "dos crimes contra a vida" (...).

A linha argumentativa adotada defende a teoria

a) concepcionista.

b) natalista.

c) da personalidade condicionada.

d) dos sujeitos de direito sem personalidade.

e) natalista mitigada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Personalidade.

A alternativa A está correta. De acordo com a Teoria Conceptionista, a personalidade começa com a concepção. Assim, tão logo concebido o nascituro, já é considerado pessoa para todos os fins, exceto determinados direitos que dependem de seu nascimento com vida. Assim, o nascituro é considerado titular de direitos desde a concepção. Esses direitos incluem, por exemplo, alimentos gravídicos (Lei nº 11.804/2008) e proteção à saúde e vida (art. 8º do ECA). o trecho citado do voto do Ministro Luis Felipe Salomão, observa-se a clara defesa dessa teoria ao destacar que o nascituro possui direitos próprios, como alimentos gravídicos, que não pertencem à mãe, mas sim a ele, bem como que o direito penal reconhece o nascituro como pessoa viva, já que protege sua vida contra o aborto, alocando o crime de aborto no capítulo dos "crimes contra a vida".

A alternativa B está incorreta. A Teoria Natalista é aquela que maior parte da doutrina brasileira é adepta. Sustenta que o nascituro só adquire personalidade jurídica e direitos após o nascimento com vida. Quando há dúvida, para se aferir se o nascituro nasceu ou não com vida faz-se o Exame de Docimasia Hidrostática de Galeno. Esse entendimento não se aplica ao voto, que claramente reconhece direitos ao nascituro desde a concepção.

A alternativa C está incorreta. A Teoria da Personalidade Condicionada afirma que o nascituro possui direitos desde a concepção, mas condicionados ao nascimento com vida. É, a rigor, uma perspectiva híbrida da Teoria

Natalista e da Teoria Concepcionista. O voto do Ministro, porém, não condiciona os direitos do nascituro ao nascimento com vida, sendo, portanto, incompatível com essa teoria.

A alternativa D está incorreta. A Teoria dos Sujeitos de Direito Sem Personalidade teve origem nos escritos de Tércio Sampaio Ferraz Júnior e foi aprimorada pelo professor mineiro Cláudio Henrique Ribeiro da Silva. Ela parte da distinção entre pessoas e sujeitos de direitos: enquanto toda pessoa é um sujeito de direitos, nem todo sujeito de direitos é uma pessoa. Existem situações em que o ordenamento jurídico concede direitos a entes que não possuem personalidade jurídica, como o nascituro e a herança jacente, sem lhes atribuir personalidade. Esses entes são, portanto, sujeitos de direitos sem personalidade. Essa teoria é menos aceita no ordenamento jurídico brasileiro e o voto não faz menção a essa visão.

A alternativa E está incorreta. É uma variação da Teoria Natalista. O voto analisado não alcança essa abordagem.

QUESTÃO 27. João passeava com seu filho Pedrinho em um shopping, quando a criança, desavisadamente, sentou-se para descansar em uma mesa reservada à família de Gerônimo que ali jantaria. Quando Gerônimo viu a cena, fez um escândalo, inclusive xingando João de omissos e de péssimo pai. A cena foi gravada por um terceiro que a divulgou na internet.

O vídeo se tornou viral, mas a maioria dos que o acessavam davam razão a João que, por isso mesmo, passou a participar de programas de televisão e a ser chamado para alguns trabalhos publicitários. Mesmo assim, João acionou Gerônimo requerendo indenização por danos morais.

Nesse caso, os pedidos devem ser julgados

- a) procedentes, diante da violação aos direitos da personalidade.**
- b) improcedentes, diante da ausência de danos efetivos, considerando que a exposição acabou sendo benéfica, inclusive financeiramente.**
- c) improcedentes, por ausência de ato ilícito no exercício regular da liberdade de expressão.**
- d) improcedentes, por ausência de nexo causal imputável ao réu, uma vez que a divulgação do vídeo foi obra de terceiro.**
- e) improcedentes, porque o réu agiu em legítima defesa.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema direitos da personalidade.

A alternativa A está correta. Gerônimo, ao ofender publicamente João e desqualificá-lo como pai, praticou ato ilícito ao violar os direitos de personalidade de João, gerando um dano moral, o que justifica a indenização. Tal premissa tem fundamentos nos artigos 12, 186 e 927, todos do Código Civil: “Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo

de outras sanções previstas em lei”; “Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito” e “Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”.

A alternativa B está incorreta. O dano moral é configurado no momento em que ocorre a violação aos direitos de personalidade, independentemente de eventuais consequências positivas para a vítima. O benefício financeiro posterior não elimina a violação da honra e dignidade de João, ocorrida no momento das ofensas públicas.

A alternativa C está incorreta. A liberdade de expressão é limitada pelos direitos de terceiros. O uso da liberdade de expressão para proferir ofensas públicas contra João extrapola os limites do exercício regular de um direito, configurando ato ilícito.

A alternativa D está incorreta. Onexo causal no caso está relacionado às ofensas proferidas por Gerônimo, que deram origem à gravação e divulgação do vídeo. Mesmo que a divulgação tenha sido feita por um terceiro, o fato gerador do dano foi a conduta ofensiva de Gerônimo.

A alternativa E está incorreta. A legítima defesa pressupõe uma situação de ataque injusto, o que não ocorreu no caso. O fato de Pedrinho se sentar em uma mesa reservada não constitui qualquer agressão ou perigo que justificasse a reação de Gerônimo.

QUESTÃO 28. Em um grande condomínio de Belo Horizonte/MG, existe apenas a marcação de uma vaga "prioridades" entre as mais de 100 existentes no estacionamento. Em um dia de grande movimento, dois carros chegaram mais ou menos ao mesmo tempo àquela vaga e se instaurou forte discussão sobre quem teria a preferência. Isto porque, em um dos carros, havia Pablo, pessoa com deficiência que contava 62 anos; no outro, João Marcos, aos 82 anos.

Nesse caso, à luz exclusivamente do Estatuto do Idoso, avalie as afirmativas a seguir.

I. Pablo ainda não atingiu a idade mínima para fazer jus às vagas de idoso (65 anos).

II. A preferência, a que ambos fazem jus, será determinada por ordem de chegada, já que ambos são idosos.

III. Embora ambos façam jus à reserva, João Marcos terá prioridade sobre Pablo, ainda que tenha chegado depois.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e III, apenas.

e) II e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do Estatuto do Idoso.

O Item I está incorreto. O art. 1º e art. 41, ambos do Estatuto do Idoso, estabelecem que pessoas com 60 anos ou mais têm direito à reserva de vagas em estacionamentos públicos e privados. Logo, Pablo, com 62 anos, faz jus ao benefício, mesmo que não tenha completado 65 anos. Nesse sentido: “Art. 1º É instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” e “Art. 41. É assegurada a reserva para as pessoas idosas, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade à pessoa idosa”.

O Item II está incorreto. O art. 3º, §2º, do Estatuto do Idoso garante prioridade especial aos idosos com 80 anos ou mais, ou seja, João Marcos tem prioridade sobre Pablo, independentemente da ordem de chegada. A simples condição de ter 82 anos confere a João Marcos um direito preferencial. Vejamos: “§ 2º Entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de 80 (oitenta) anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas”.

O Item III está correto. Conforme o art. 3º, §2º, a prioridade especial conferida aos idosos com 80 anos ou mais prevalece sobre outros idosos que ainda não atingiram essa faixa etária. Assim, mesmo que João Marcos chegue depois, ele tem preferência sobre Pablo. Confira-se: “§ 2º Entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de 80 (oitenta) anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas”.

QUESTÃO 29. Um crime que tenha por objeto coisa alheia móvel, remetendo à definição do Código Civil, não poderá incidir sobre

a) a viga de aço extraída de ponte que fora implodida.

b) veículo integrante de herança ainda não partilhada.

c) o direito de crédito garantido por garantia imobiliária.

d) a árvore de elevado valor econômico plantada no quintal.

e) o material destinado à construção de um edifício, durante o transporte e depois da afetação à finalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da classificação dos bens em móveis e imóveis.

Segundo o artigo 79 Código Civil, “são bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente”. No que tange aos bens móveis, dispõe o referido diploma: “Art. 82. São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social”. “Art. 83. Consideram-se móveis para os efeitos legais: I - as energias que tenham valor econômico; II - os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes; III - os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações”. “Art. 84. Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis; readquirem essa qualidade os provenientes da demolição de algum prédio”. Depreende-se, portanto, que, para ser considerado imóvel, o bem deve estar permanentemente ligado ao solo ou incorporado a ele. Bens que não atendem a essa definição são considerados móveis, sendo suscetíveis à prática de crimes envolvendo "coisa alheia móvel".

A alternativa A está incorreta. Após a implosão da ponte, a viga de aço se torna um bem móvel, pois perdeu sua ligação com o solo. Assim, ela pode ser objeto de crime contra coisa alheia móvel.

A alternativa B está incorreta. O veículo é um bem móvel, ainda que pertença a uma herança. Isso não altera sua natureza, permitindo que seja objeto de crime contra coisa alheia móvel.

A alternativa C está incorreta. O direito de crédito é móvel, em que pese a garantia imobiliária seja imóvel.

A alternativa D está correta. Conforme o art. 79 do Código Civil, a árvore plantada no solo é considerada bem imóvel, pois está incorporada ao terreno. Por ser um bem imóvel, ela não pode ser objeto de crimes que tenham como alvo "coisa alheia móvel".

A alternativa E está incorreta. Durante o transporte, o material de construção é considerado bem móvel e, portanto, pode ser alvo de crimes contra coisa alheia móvel. Após sua afetação à construção e incorporação ao edifício, ele se torna parte do bem imóvel, mas até lá, mantém sua natureza de bem móvel.

QUESTÃO 30. Confira o trecho do voto do Ministro Gilson Dipp, no REsp nº 564.960/SC julgado pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, ao tratar da responsabilidade penal das pessoas jurídicas. A responsabilização penal da pessoa jurídica pela prática de delitos ambientais surge, assim, como forma não apenas de punição das condutas lesivas ao meio ambiente, mas como forma mesmo de prevenção da prática de tais crimes, função essencial da política ambiental, que clama por preservação. (...)

A responsabilização penal da pessoa jurídica, sendo decorrente de uma opção eminentemente política, conforme referido, depende, logicamente, de uma modificação da dogmática penal clássica para sua implementação e aplicação.

A imputação penal às pessoas jurídicas encontra barreiras, assim, na suposta incapacidade de praticarem uma ação de relevância penal, de serem culpáveis e de sofrerem penalidades.

Assinale a opção que indica a abordagem que remete à teoria explicativa da pessoa jurídica.

a) Negativista, adotada pelo Código Civil.

b) Equiparação, adotada pelo Código Civil.

d) Ficção jurídica, não adotada pelo Código Civil.

d) Realidade objetiva, adotada pelo Código Civil.

e) Realidade técnica, não adotada pelo Código Civil.

Comentários

Nenhuma alternativa correta. A questão trata das teorias explicativas da pessoa jurídica, porém é passível de recurso. Isso porque a Teoria da Realidade Técnica é a teoria adotada pelo Código Civil Brasileiro de 2002 (CC/2002), bem como incorporou a Teoria da Realidade Orgânica/Objetiva.

Aduz que a pessoa jurídica resulta de um processo técnico, a personificação, que depende da lei. Assim, a pessoa jurídica é uma realidade, ainda que técnica, produzida pelo Direito, a partir de uma forma jurídica. Em que pese ser adotada pelo CC/02, a questão não trouxe alternativa correta nesse sentido. A alternativa E dispõe que a teoria da realidade técnica não foi adotada pelo CC/02.

A alternativa A está incorreta. A Teoria Negativista não foi adotada pelo Código Civil.

A alternativa B está incorreta. A Teoria da Equiparação não foi adotada pelo Código Civil.

A alternativa C está incorreta. A Teoria da Ficção Jurídica não foi adotada pelo Código Civil e a abordagem da questão não remete a essa teoria.

A alternativa D está incorreta. A Teoria da Realidade Objetiva foi incorporada à Teoria da Realidade Técnica, porém não foi diretamente adotada pelo CC/02.

A alternativa E está incorreta. A Teoria da Realidade Técnica é a teoria adotada pelo CC/2002. Aduz que a pessoa jurídica resulta de um processo técnico, a personificação, que depende da lei. Assim, a pessoa jurídica é uma realidade, ainda que técnica, produzida pelo Direito, a partir de uma forma jurídica.

QUESTÃO 31. João, primário, com bons antecedentes, no dia do seu aniversário de 20 anos de idade, foi capturado em flagrante após tentar subtrair, sem êxito, o telefone celular de Maria, mediante grave ameaça, com o emprego de um revólver, calibre .38, arma de fogo de uso permitido.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal e o entendimento dominante dos Tribunais Superiores, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() João, além da pena privativa de liberdade, estará sujeito à pena de multa, que consiste no pagamento ao fundo penitenciário da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa, sendo, no mínimo, de 10 e, no máximo, de 360 dias-multa.

() João, ainda que as sanções aplicadas sejam inferiores a oito anos de reclusão, será submetido, inicialmente, ao regime fechado de cumprimento de pena, em razão da gravidade em abstrato do crime, que envolveu o emprego de arma de fogo.

() João, à época do crime, tinha menos de 21 anos de idade, o que ensejará a redução da pena na terceira fase do processo dosimétrico.

As afirmativas são, respectivamente:

a) V – F – V.

b) F – V – F.

c) V – F – F.

d) V – V – V.

e) F – F – V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre os aspectos do crime de roubo majorado, a aplicação da pena e as circunstâncias de redução ou agravamento, conforme previsto no Código Penal e na jurisprudência.

Afirmativa I: Verdadeira. De acordo com o art. 157 do Código Penal, o crime de roubo é punido com pena privativa de liberdade e pena de multa. A multa consiste no pagamento ao fundo penitenciário de uma quantia fixada em dias-multa, sendo o mínimo de 10 dias-multa e o máximo de 360 dias-multa, conforme art. 49, *caput* e §1º, do Código Penal. Esse critério é aplicável ao caso de João.

Afirmativa II: Falsa. Apesar da gravidade do crime de roubo majorado pelo uso de arma de fogo, o regime inicial de cumprimento de pena não é fixado automaticamente como fechado, pois depende das circunstâncias judiciais analisadas pelo juiz (art. 33, §2º, do Código Penal). O Supremo Tribunal Federal (STF), por meio da Súmula 718, determina que a gravidade abstrata do crime não pode ser o único fundamento para impor o regime inicial mais severo, devendo-se observar a individualização da pena.

Afirmativa III: Falsa. A circunstância de João ter menos de 21 anos à época do crime não gera redução da pena na terceira fase da dosimetria. Essa condição é considerada como uma atenuante genérica, prevista no art. 65, inciso I, do Código Penal, e aplicada na segunda fase da dosimetria. Além disso, a idade inferior a 21 anos reduz os prazos prescricionais (art. 115, do CP), mas não interfere diretamente na terceira fase do cálculo da pena.

QUESTÃO 32. Durante um pacífico protesto realizado no interior do Município Alfa, Caio, destoando do público presente e agindo com dolo, lançou uma pedra em direção ao pequeno estabelecimento comercial

de João, gerando, em razão dos bens móveis destruídos, prejuízo considerável para a vítima. Na sequência, Caio jogou diversos paralelepípedos contra a sede da municipalidade, deteriorando o bem público.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio responderá, em concurso, pelos crimes de:

a) Dano qualificado em detrimento de João e dano qualificado por ter deteriorado bem público, hipóteses em que se procede mediante ação penal pública incondicionada.

b) Dano qualificado em detrimento de João, hipótese em que somente se procede mediante representação do ofendido, e dano qualificado por ter deteriorado bem público.

c) Dano simples em detrimento de João e dano simples por ter deteriorado bem público, hipóteses em que se procede mediante ação penal pública incondicionada.

d) Dano qualificado em detrimento de João, hipótese em que somente se procede mediante queixa, e dano qualificado por ter deteriorado bem público.

e) Dano simples em detrimento de João, hipótese em que somente se procede mediante queixa, e dano qualificado por ter deteriorado bem público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre dano previsto no art. 163 do Código Penal, bem como as hipóteses de qualificação e o respectivo procedimento processual para cada caso.

A alternativa A está incorreta. Embora o dano ao bem público seja corretamente qualificado (art. 163, parágrafo único, inciso III, do CP) e de ação penal pública incondicionada, o dano ao patrimônio de João, com destruição significativa dos bens móveis, não se trata de hipótese em que a ação penal é pública incondicionada. Em casos de dano qualificado contra patrimônio privado, o procedimento é mediante ação penal privada (queixa-crime), conforme o art. 167 do CP.

A alternativa B está incorreta. Aqui, há um erro ao afirmar que o dano ao bem privado depende de representação do ofendido. Nos casos de dano contra particulares, mesmo qualificado, a ação penal não é pública condicionada à representação, mas sim privada (queixa). O dano ao bem público, por outro lado, é corretamente tratado como qualificado, com ação penal pública incondicionada.

A alternativa C está incorreta. O dano ao bem público jamais será classificado como simples, pois é automaticamente qualificado nos termos do art. 163, parágrafo único, inciso III, do Código Penal. Ademais, o dano ao bem privado descrito na questão (prejuízo considerável) também não se enquadra como dano simples.

A alternativa D está correta. Caio responde por dano qualificado ao bem privado, devido ao prejuízo considerável (art. 163, parágrafo único, inciso IV, do CP), sendo que a ação penal é de iniciativa privada (queixa-crime), conforme art. 167 do CP. Já o dano ao bem público (art. 163, parágrafo único, inciso III, do CP) é qualificado e se processa mediante ação penal pública incondicionada.

A alternativa E está incorreta. Embora a hipótese de ação penal privada no dano contra o bem privado esteja correta, o dano ao bem público é qualificado, e não simples. Assim, o erro está na classificação do delito em relação ao patrimônio público.

QUESTÃO 33. Dionísio, agindo com dolo de matar, efetuou seis disparos de arma de fogo em detrimento de Lucas, atingindo-o em partes variadas do corpo, dando azo ao óbito deste. Diversas pessoas testemunharam os fatos, de forma que as autoridades públicas iniciaram, de pronto, buscas pelo autor do delito.

Nesse contexto, Dionísio compareceu ao sítio de Bruno, seu irmão, que não tinha qualquer conhecimento anterior sobre o crime praticado. O autor do delito contou o ocorrido e pediu auxílio para que ele pudesse se subtrair à ação dos policiais que o procuravam, obtendo a aquiescência do seu parente.

Considerando as disposições do Código Penal, a conduta de Bruno caracteriza o crime de:

- a) Favorecimento pessoal, mas, por ser irmão do autor do delito, ele fica isento de pena.
- b) Favorecimento real, mas, por ser irmão do autor do delito, ele fica isento de pena.
- c) Tergiversação, mas, por ser irmão do autor do delito, ele fica isento de pena.
- d) Favorecimento real, não havendo hipótese de isenção de pena.
- e) Favorecimento pessoal, não havendo hipótese de isenção de pena.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o crime de favorecimento pessoal previsto no artigo 348 do Código Penal, além da isenção de pena quando o auxílio é prestado por ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do autor do crime.

A alternativa A está correta. A conduta de Bruno caracteriza o crime de favorecimento pessoal, pois ele auxiliou Dionísio a se subtrair à ação das autoridades, ciente do crime cometido. Contudo, por ser irmão do autor do delito, ele está isento de pena, conforme o art. 348, § 2º, do Código Penal, que estabelece a isenção de pena para familiares próximos (ascendentes, descendentes, cônjuge e irmãos).

A alternativa B está incorreta. O crime de favorecimento real (art. 349 do CP) consiste em auxiliar o criminoso a assegurar a vantagem ou proveito do crime, e não em ajudá-lo a escapar da ação policial. A conduta de Bruno enquadra-se no favorecimento pessoal, e não no favorecimento real. Ademais, a hipótese de isenção de pena para familiares só se aplica ao favorecimento pessoal.

A alternativa C está incorreta. A tergiversação (art. 355 do CP) refere-se ao ato do advogado que defende, simultaneamente, interesses conflitantes de partes no mesmo processo. Não há relação entre esse crime e a conduta de Bruno.

A alternativa D está incorreta. O favorecimento real não corresponde à conduta de Bruno, já que ele não buscou assegurar o proveito do crime praticado por Dionísio, mas sim ajudá-lo a escapar da ação policial. Além disso, mesmo que fosse favorecimento real, a hipótese de isenção de pena prevista no § 2º do art. 348 não seria aplicável.

A alternativa E está incorreta. Embora a conduta de Bruno seja corretamente classificada como favorecimento pessoal, a alternativa ignora a regra do art. 348, § 2º, do CP, que isenta de pena os familiares próximos do autor do crime (como no caso de Bruno, irmão de Dionísio).

QUESTÃO 34. Durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão, Marcos, Delegado de Polícia, foi atingido por um golpe de faca efetuado por Dexter, que buscava se evadir. Em razão dos eventos, a autoridade policial sofreu debilidade permanente de membro. Registre-se, ainda, que, após investigações, apurou-se que Dexter agiu com dolo de lesionar, não havendo intenção de matar o referido agente público.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Dexter responderá pelo crime de lesão corporal:

a) Simples, com incidência de duas causas de aumento de pena, em razão da debilidade permanente de membro e pelo fato de que a conduta foi praticada contra um Delegado de Polícia no exercício da função.

b) Qualificada, em razão da debilidade permanente de membro, com a incidência de uma causa de aumento de pena, pois a conduta foi praticada contra um Delegado de Polícia no exercício da função.

c) Qualificada, por ter sido praticada contra um Delegado de Polícia no exercício da função, com a incidência de uma causa de aumento de pena em razão da debilidade permanente de membro.

d) Duplamente qualificada, em razão da debilidade permanente de membro e pelo fato de que a conduta foi praticada contra um Delegado de Polícia no exercício da função.

e) Qualificada, em razão da debilidade permanente de membro, sem causas de aumento de pena.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o crime de lesão corporal qualificada, suas circunstâncias agravantes e a aplicação de causa de aumento de pena.

A alternativa A está incorreta. Embora a conduta de Dexter tenha resultado em debilidade permanente de membro, que qualifica a lesão corporal conforme o art. 129, § 1º, III, do Código Penal, não se trata de uma causa de aumento de pena, mas de uma qualificadora. A causa de aumento de pena, prevista no art. 129, § 12, do Código Penal, incide porque a vítima é Delegado de Polícia no exercício de sua função. Assim, há uma qualificadora (debilidade permanente) e apenas uma causa de aumento de pena, e não duas.

A alternativa B está correta. Dexter responderá por lesão corporal qualificada, em razão da debilidade permanente de membro (art. 129, § 1º, III), com a aplicação de uma causa de aumento de pena devido à prática do crime contra um Delegado de Polícia no exercício da função (art. 129, § 12).

A alternativa C está incorreta. A lesão corporal não é qualificada por ter sido praticada contra um Delegado de Polícia no exercício da função. Essa circunstância é tratada como uma causa de aumento de pena (art. 129, § 12) e não como qualificadora. Portanto, a classificação aqui está equivocada.

A alternativa D está incorreta. Não há previsão de dupla qualificadora para o crime de lesão corporal. A debilidade permanente configura uma qualificadora, enquanto o fato de a conduta ser praticada contra uma autoridade pública no exercício da função é uma causa de aumento de pena, não sendo possível acumular duas qualificadoras nesse caso.

A alternativa E está incorreta. Embora a debilidade permanente de membro qualifique o crime, essa alternativa desconsidera a causa de aumento de pena prevista no art. 129, § 12, que é aplicada em razão da função da vítima (Delegado de Polícia no exercício da função).

QUESTÃO 35. Lucas, mediante escalada e durante o repouso noturno, ingressou na residência de Joana, subtraindo, sem violência ou grave ameaça, diversos bens móveis. Na sequência, o agente, adotando idêntico *modus operandi*, ingressou no domicílio de Maria, vizinha da primeira ofendida, subtraindo diversos pertences. Por fim, Lucas, agindo da mesma forma, adentrou no imóvel de Carolina, situado no final da rua, ocasião em que se apossou de diversos bens, evadindo-se em seguida.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que as infrações penais foram perpetradas em:

a) Continuidade delitiva, de forma que será aplicada a pena de um só dos crimes, se idênticos, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um quinto.

b) Continuidade delitiva, de forma que será aplicada a pena de um só dos crimes, se idênticos, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um quarto.

c) Continuidade delitiva, de forma que será aplicada a pena de um só dos crimes, se idênticos, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto.

d) Concurso formal, de forma que será aplicada a pena de um só dos crimes, se idênticos, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um quinto.

e) Concurso formal, de forma que será aplicada a pena de um só dos crimes, se idênticos, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um quarto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre crime continuado e a aplicação do aumento de pena previsto no art. 71 do Código Penal.

A alternativa A está correta. O caso configura continuidade delitiva, uma vez que Lucas praticou três furtos em condições similares de tempo, lugar e *modus operandi*, preenchendo os requisitos do art. 71 do Código Penal. Nesse contexto, aplica-se a pena de um só dos crimes, se idênticos, ou a mais grave, se diversos, com

o acréscimo de um quinto, conforme orientação da Súmula 659 do STJ, que estabelece frações de aumento proporcionais ao número de delitos praticados.

Súmula 659 – A fração de aumento em razão da prática de crime continuado deve ser fixada de acordo com o número de delitos cometidos, aplicando-se 1/6 pela prática de duas infrações, 1/5 para três, 1/4 para quatro, 1/3 para cinco, 1/2 para seis e 2/3 para sete ou mais infrações.

A alternativa B está incorreta. A fração de aumento de um quarto é aplicada para a prática de quatro infrações, conforme a Súmula 659 do STJ. No caso em análise, foram cometidos três crimes, de modo que o aumento correto é de um quinto.

A alternativa C está incorreta. O aumento de um sexto se aplica à prática de duas infrações, conforme a Súmula 659 do STJ. No caso, foram cometidos três furtos, o que exige o aumento de um quinto.

A alternativa D está incorreta. Não se trata de concurso formal (art. 70 do Código Penal), pois os crimes foram praticados em momentos distintos, ainda que com idêntico *modus operandi*. O concurso formal exige que o agente, mediante uma única conduta, pratique dois ou mais crimes, o que não ocorreu aqui.

A alternativa E está incorreta. Assim como na alternativa D, o caso não configura concurso formal, mas sim continuidade delitiva. Além disso, a fração de aumento de um quarto não corresponde à quantidade de delitos cometidos (três furtos).

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C, D e E.

QUESTÃO 36. Mateus, maior e capaz, e Maria, com 16 anos de idade, são amigos de longa data, dividindo um único apartamento em Belo Horizonte/MG.

Em determinado momento, Maria, por motivos pessoais, resolveu praticar atos de prostituição para aumentar sua renda mensal. Nesse contexto, ao perceber que Maria estava obtendo retorno financeiro, Mateus, agindo com dolo, passou a tirar proveito da prostituição dela. Cansada da situação posta, Maria se encaminhou a uma Delegacia de Polícia, buscando auxílio.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Mateus responderá pelo crime de:

a) casa de prostituição, na modalidade qualificada, pois a vítima é menor de 18 e maior de 14 anos.

b) rufianismo, na modalidade qualificada, pois a vítima é menor de 18 e maior de 14 anos.

c) importunação sexual, na modalidade simples.

d) casa de prostituição, na modalidade simples.

e) rufianismo, na modalidade simples.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o crime de rufianismo, definido no art. 230 do Código Penal.

A alternativa A está incorreta. O crime de casa de prostituição (art. 229 do CP) trata da manutenção de um local destinado à prática da prostituição ou exploração sexual de forma organizada, o que não se aplica à situação descrita, em que Mateus tira proveito individual da prostituição de Maria. Além disso, o elemento qualificante da menoridade está relacionado ao rufianismo, não à casa de prostituição.

A alternativa B está correta. A conduta de Mateus se enquadra no crime de rufianismo, previsto no art. 230 do Código Penal, pois ele tirou proveito financeiro da prostituição de Maria. A qualificadora decorre do fato de a vítima ser menor de 18 anos e maior de 14 anos, conforme o disposto no §1º do artigo. Nesse caso, a pena é aumentada para reclusão de 3 a 6 anos, e multa.

A alternativa C está incorreta. O crime de importunação sexual (art. 215-A do CP) envolve atos de natureza libidinosos praticados sem o consentimento da vítima, o que não condiz com a situação apresentada, onde Mateus não praticou diretamente qualquer ato sexual ou constrangeu Maria nesse sentido.

A alternativa D está incorreta. O crime de casa de prostituição (art. 229 do CP) não se aplica ao caso, pois não há indícios de que Mateus mantinha um local destinado à prostituição, mas sim tirava proveito dos ganhos financeiros de Maria, configurando o crime de rufianismo.

A alternativa E está incorreta. Embora Mateus tenha cometido o crime de rufianismo, ele não se dá na modalidade simples, mas sim qualificada, devido à menoridade da vítima (entre 14 e 18 anos), conforme o §1º do art. 230 do Código Penal.

QUESTÃO 37. Mário, líder de uma organização criminosa que atua em todo o Estado de Minas Gerais, cumpre pena, em definitivo, pela prática de diversos delitos, cujas sanções somadas totalizam 92 anos de reclusão. Sendo assim, o apenado, em conversa com seu advogado, buscou informações sobre os limites das penas no Brasil, recebendo a adequada consultoria jurídica. Registre-se que todas as condenações, transitadas em julgado, são frutos de condutas praticadas nos anos de 2021 e 2022.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Código Penal, analise as afirmativas a seguir:

I. O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 40 anos.

II. Quando o agente for condenado a penas privativas de liberdade, cuja soma seja superior a 40 anos, elas devem ser unificadas para atender ao limite máximo disposto em lei.

III. Sobrevindo condenação por fato posterior ao início do cumprimento da pena, far-se-á nova unificação, desprezando-se, para esse fim, o período de pena já cumprido.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre os limites temporais para o cumprimento das penas privativas de liberdade no Brasil.

Afirmativa I: Verdadeira. De acordo com o art. 75, *caput*, do Código Penal, o tempo máximo de cumprimento das penas privativas de liberdade é de 40 anos, independentemente da soma das penas impostas em diferentes condenações. Isso reflete o princípio da humanidade e da proporcionalidade das penas.

Afirmativa II: Verdadeira. O § 1º do art. 75 do Código Penal determina que, quando a soma das penas privativas de liberdade ultrapassar 40 anos, elas deverão ser unificadas para que o cumprimento respeite o limite legal de tempo. A unificação é uma medida obrigatória para respeitar o teto máximo estabelecido pela legislação.

Afirmativa III: Verdadeira. Conforme o § 2º do art. 75 do Código Penal, caso surja nova condenação por fato praticado após o início do cumprimento da pena, será necessária uma nova unificação das penas. Nessa hipótese, o período de pena já cumprido será desprezado para fins de cálculo da unificação, garantindo que o total a ser cumprido respeite o limite de 40 anos.

QUESTÃO 38. Após a observância do contraditório e da ampla defesa, como consectários do devido processo legal, Carlos foi absolvido impropriamente, com a aplicação de medida de segurança, em razão da prática de conduta que, em tese, caracteriza crime contra a dignidade sexual.

Nesse contexto, a mãe de Carlos buscou, na Defensoria Pública, informações sobre o instituto em referência.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Código Penal, analise as afirmativas a seguir:

I. A internação, ou o tratamento ambulatorial, será por tempo indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada, mediante perícia médica, a cessação de periculosidade. O prazo mínimo deverá ser de um a três anos.

II. A perícia médica será realizada ao término do prazo mínimo fixado para a medida de segurança e deverá ser repetida semestralmente, ou a qualquer tempo, conforme determinação do juiz da execução.

III. A desinternação, ou a liberação, será sempre condicional, devendo ser restabelecida a situação anterior se o agente, antes do decurso de um ano, pratica fato indicativo de persistência de sua periculosidade.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o regime jurídico das medidas de segurança aplicadas aos inimputáveis.

Afirmativa I: Verdadeira. Segundo o art. 97, § 1º do Código Penal, a internação ou o tratamento ambulatorial será por tempo indeterminado, enquanto não se averiguar a cessação da periculosidade do agente. O prazo mínimo deve ser de um a três anos, período ao final do qual a cessação da periculosidade será avaliada por meio de perícia médica.

Afirmativa II: Falsa. De acordo com o art. 97, § 2º do Código Penal, a perícia médica será realizada ao término do prazo mínimo fixado, mas deverá ser repetida de ano em ano, e não semestralmente, como afirmado na questão. Esse prazo pode ser antecipado apenas se houver determinação do juiz da execução.

Afirmativa III: Verdadeira. Conforme o art. 97, § 3º do Código Penal, a desinternação ou liberação do agente será sempre condicional. Caso o indivíduo pratique, antes de completar um ano, conduta indicativa de persistência de sua periculosidade, a situação anterior (internação ou tratamento) será restabelecida.

QUESTÃO 39. Carolina, Delegada de Polícia, visando à otimização dos trabalhos em sua unidade policial, dividiu os inquéritos policiais por temáticas. Na corrente data, houve o indiciamento de três indivíduos que teriam, em tese, praticado crimes contra a fé pública.

Caio é investigado por ter inserido, em documento público, declaração falsa, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Ele é agente público e teria praticado a conduta prevalecendo-se do cargo ocupado. Por outro lado, Marcos teria falsificado, em parte, um testamento particular. A seu turno, Túlio é acusado de falsificar, no todo, um cartão de crédito. Vale destacar que todos os agentes agiram com dolo.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa:

() Caio responderá pelo crime de falsidade ideológica, na modalidade simples.

() Marcos responderá pelo crime de falsificação de documento público, na modalidade simples.

() Túlio responderá pelo crime de falsificação de documento particular, na modalidade simples.

As afirmativas são, respectivamente:

a) F – V – V.

b) V – V – F.

c) F – V – F.

d) V – F – V.

e) F – F – F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre os crimes contra a fé pública.

Afirmativa I: Falsa. Caio responderá pelo crime de falsidade ideológica (art. 299, CP), mas na modalidade qualificada e não simples. A qualificadora ocorre porque ele, sendo agente público, prevaleceu-se do cargo para inserir declaração falsa em documento público. Conforme o parágrafo único do art. 299, nesse caso, a pena é aumentada de sexta parte.

Afirmativa II: Verdadeira. Marcos responderá pelo crime de falsificação de documento público, na modalidade simples. O art. 297 do Código Penal considera o testamento particular como documento público para fins penais (§ 2º), aplicando-se a pena de reclusão de dois a seis anos e multa.

Afirmativa III: Verdadeira. Túlio responderá pelo crime de falsificação de documento particular, na modalidade simples (art. 298, CP). O parágrafo único do art. 298 equipara o cartão de crédito a documento particular para efeitos penais. A pena prevista é de reclusão de um a cinco anos e multa.

A alternativa A está correta. As afirmativas estão na seguinte ordem: falsa, verdadeira, verdadeira, o que

QUESTÃO 40. Maria, Delegada de Polícia, concluiu inquérito policial, remetendo-o ao Ministério Público, com o indiciamento de Carlos pela prática de crime no contexto da Lei Maria da Penha.

Recebida a denúncia pelo juízo competente, o advogado constituído pelo acusado lhe afirmou que, em caso de condenação, consideradas as circunstâncias do caso apresentado, possivelmente haverá a suspensão condicional da pena.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Código Penal, analise as afirmativas a seguir:

I. No primeiro ano do prazo, deverá o condenado prestar serviços à comunidade ou submeter-se à limitação de fim de semana. Contudo, se o agente houver reparado o dano, salvo impossibilidade de fazê-lo, e se as circunstâncias judiciais lhe forem inteiramente favoráveis, o juiz poderá substituir a referida exigência pelas seguintes condições, aplicadas cumulativa ou alternativamente: proibição de frequentar determinados lugares; proibição de ausentar-se da comarca em que reside sem autorização do juiz; comparecimento pessoal e obrigatório ao juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

II. A sentença poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do condenado.

III. A suspensão será revogada se, no curso do período de prova, o beneficiário for condenado, em sentença irrecorrível, por crime doloso ou culposo, facultando-se a revogação do benefício em caso de condenação irrecorrível por contravenção penal.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A banca apontou como alternativa correta a **letra B**, contudo, tendo em vista os fundamentos a seguir, a única alternativa correta é a **letra D**. Sendo assim, a questão é passível de recurso para que ocorra a troca de gabarito. A questão trata sobre requisitos e condições da suspensão condicional da pena.

A alternativa A está incorreta. A afirmativa I está correta, pois está em conformidade com o art. 78, §§ 1º e 2º, do Código Penal, que estabelece que, durante o primeiro ano do período de prova, o condenado deve prestar serviços à comunidade ou submeter-se à limitação de fim de semana. Caso tenha reparado o dano e as circunstâncias judiciais (art. 59 do CP) sejam inteiramente favoráveis, o juiz pode substituir essas exigências por outras condições, como a proibição de frequentar determinados lugares, não se ausentar da comarca sem autorização judicial e comparecer mensalmente ao juízo. Contudo, essa alternativa está incorreta porque a afirmativa II também é correta.

A alternativa B está incorreta. A afirmativa II está correta, conforme o art. 79 do Código Penal, que permite ao juiz especificar outras condições para a suspensão condicional da pena, desde que sejam proporcionais ao fato e adequadas às condições pessoais do condenado. Esse dispositivo dá flexibilidade ao juiz para adaptar as condições às particularidades do caso concreto, fortalecendo a finalidade de ressocialização. Contudo, essa alternativa está incorreta porque a afirmativa I também é verdadeira.

A alternativa C está incorreta. A afirmativa III está errada porque o art. 81 do Código Penal determina que a suspensão será obrigatoriamente revogada apenas em caso de condenação irrecorrível por crime doloso. Não há previsão de revogação obrigatória por crimes culposos, e, no caso de condenação por contravenção penal, o juiz tem a faculdade de decidir pela revogação, avaliando as circunstâncias do caso concreto. A inclusão de crimes culposos como causa obrigatória de revogação torna a afirmativa incorreta.

A alternativa D está correta. Ambas as afirmativas I e II estão corretas, pois refletem fielmente as disposições do Código Penal: A afirmativa I está de acordo com o art. 78, que prevê as condições impostas no primeiro ano da suspensão condicional da pena e as possíveis substituições mediante o reparo do dano e circunstâncias favoráveis. A afirmativa II é fundamentada no art. 79, que permite ao juiz especificar outras condições, desde que proporcionais e adequadas à situação do condenado.

A alternativa E está incorreta. Embora as afirmativas I e II estejam corretas, a afirmativa III apresenta erro, pois o art. 81 do Código Penal não prevê a revogação obrigatória do *sursis* em caso de condenação por crime culposo ou contravenção penal. A revogação é obrigatória apenas no caso de condenação definitiva por crime doloso, sendo facultativa nos demais casos.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra D, estando incorretas as alternativas A, B, C e E.

QUESTÃO 41. Célio, agente público, concorreu culposamente, mediante conduta negligente, para que João, funcionário público, se apropriasse, em proveito próprio e agindo com dolo, de bens móveis públicos de que tinha a posse em razão do cargo ocupado.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Célio responderá pelo crime de:

a) *corrupção passiva*, sendo certo que a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade do agente.

b) *corrupção passiva*, sendo certo que a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, reduz pela metade a pena imposta.

c) *corrupção ativa*, sendo certo que a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade do agente.

d) *peculato culposo*, sendo certo que a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade do agente.

e) *peculato culposo*, sendo certo que a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, reduz pela metade a pena imposta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a responsabilidade penal de agentes públicos.

A alternativa A está incorreta. Corrupção passiva (art. 317 do Código Penal) exige que o agente público solicite ou receba vantagem indevida ou aceite promessa de tal vantagem, o que não é o caso de Célio. Sua conduta foi culposa, concorrendo de forma negligente para o peculato praticado por João. Além disso, a reparação do dano não extingue a punibilidade no crime de corrupção passiva.

A alternativa B está incorreta. Esta alternativa também atribui a Célio o crime de corrupção passiva, o que está equivocado, pois sua conduta culposa não se enquadra nos elementos subjetivos exigidos para tal crime. Ademais, no crime de peculato culposo, a reparação do dano pode extinguir a punibilidade, mas isso não é aplicável à corrupção passiva.

A alternativa C está incorreta. Corrupção ativa (art. 333 do Código Penal) ocorre quando o agente oferece ou promete vantagem indevida a funcionário público, o que também não se aplica a Célio, que apenas agiu de forma negligente, sem dolo. Além disso, a reparação do dano não extingue a punibilidade nesse crime.

A alternativa D está correta. Célio concorreu culposamente para o crime de peculato doloso praticado por João, enquadrando-se no art. 312, § 2º, do Código Penal, que prevê o peculato culposo. Nesse caso, a reparação do dano antes da sentença irrecorrível extingue a punibilidade do agente, conforme expressamente disposto nesse artigo.

A alternativa E está incorreta. Embora Célio responda por peculato culposo, a reparação do dano antes da sentença irrecorrível extingue a punibilidade, e não reduz a pena pela metade. A redução da pena só ocorre quando a reparação do dano ocorre após a sentença irrecorrível, conforme o art. 312, § 3º, do Código Penal.

QUESTÃO 42. A Lei nº 11.343/2006 instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, prescreveu medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, estabeleceu normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e definiu crimes, além de estabelecer outras providências.

Nesse contexto, à luz das disposições da Lei nº 11.343/2006, assinale a afirmativa incorreta:

a) É isento de pena o agente que, em razão da dependência ou sob o efeito de droga, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

b) O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços.

c) Na sentença condenatória, o juiz, com base em avaliação que ateste a necessidade de encaminhamento do agente para tratamento, realizada por profissional de saúde com competência específica na forma da lei, determinará que a tal se proceda, observado o disposto em lei.

d) As multas que, em caso de concurso de crimes, serão impostas sempre cumulativamente, podem ser aumentadas até o décuplo se, em virtude da situação econômica do acusado, considerá-las o juiz ineficazes, ainda que aplicadas no máximo.

e) O juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre as circunstâncias judiciais estabelecidas no Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, os antecedentes do agente e as consequências do crime.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão trata sobre disposições da Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas).

A alternativa A está correta. Essa disposição está prevista no art. 45, parágrafo único, da Lei nº 11.343/2006, que segue a lógica do art. 28 do Código Penal, ao prever a inimputabilidade do agente em caso de total incapacidade de discernimento, desde que causada por caso fortuito ou força maior. Assim, se o agente estava sob efeito de droga em razão de uma dessas circunstâncias, ele será isento de pena.

A alternativa B está correta. Previsto no art. 41 da Lei nº 11.343/2006, o benefício da redução de pena busca incentivar a colaboração com as investigações e a recuperação do produto do crime. Essa redução varia de um terço a dois terços, dependendo da relevância da colaboração, sendo a afirmativa compatível com a norma.

A alternativa C está correta. De acordo com o art. 45, *caput*, da Lei nº 11.343/2006, o juiz pode determinar o encaminhamento do agente para tratamento de dependência química, desde que tal necessidade seja confirmada por avaliação técnica. Essa medida reflete o caráter ressocializador da Lei de Drogas.

A alternativa D está correta. Essa previsão está contida no art. 43, § 2º, da Lei nº 11.343/2006, que permite o aumento da multa até o décuplo caso a situação econômica do acusado torne sua aplicação ineficaz. Além disso, o concurso de crimes exige a aplicação cumulativa das multas, conforme a lei.

A alternativa E está incorreta. A natureza e a quantidade da substância ou do produto são realmente critérios com preponderância sobre as circunstâncias judiciais do Código Penal, conforme o art. 42 da Lei nº 11.343/2006. No entanto, os antecedentes do agente e as consequências do crime não têm essa preponderância, sendo analisados como circunstâncias gerais na primeira fase da dosimetria da pena, segundo o art. 59 do Código Penal. A inclusão desses critérios como preponderantes torna a afirmativa incorreta.

QUESTÃO 43. Carolina, Delegada de Polícia em uma unidade policial especializada em Belo Horizonte/MG, tomou as declarações, evitando-se a revitimização de uma mulher vítima de violência doméstica. A ofendida narrou que, em um primeiro momento, o seu companheiro lhe causou dano emocional e diminuição de autoestima, mediante constrangimento e manipulação. Na sequência, o agressor reteve os seus documentos pessoais, sempre agindo com dolo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.340/2006, a conduta de causar dano emocional e diminuição de autoestima, mediante constrangimento e manipulação, caracteriza violência _____; por sua vez, a retenção de documentos pessoais configura violência _____.

As lacunas são corretamente preenchidas, respectivamente, por:

a) física / patrimonial

b) psicológica / patrimonial

c) moral / física

d) patrimonial / moral

e) psicológica / moral

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre as formas de violência doméstica previstas na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

A alternativa A está incorreta. A violência física é definida no art. 7º, I, como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher. No entanto, o dano emocional e a manipulação descritos no caso narrado caracterizam violência psicológica, e não física. A retenção de documentos pessoais configura violência patrimonial, conforme o art. 7º, IV, mas essa combinação não corresponde à pergunta, tornando a alternativa errada.

A alternativa B está correta. A violência psicológica está prevista no art. 7º, II, da Lei Maria da Penha, e inclui qualquer conduta que cause dano emocional, diminuição da autoestima ou que vise controlar ou manipular a vítima, como no caso narrado. Já a retenção de documentos pessoais caracteriza violência patrimonial, nos termos do art. 7º, IV, que abrange condutas como subtração, destruição ou retenção de bens, objetos ou documentos da vítima. Essa alternativa reflete corretamente os conceitos legais.

A alternativa C está incorreta. A violência moral, conforme o art. 7º, V, refere-se a condutas como calúnia, difamação e injúria, o que não é descrito no caso apresentado. Além disso, a violência física envolve ofensa à integridade ou saúde corporal, o que também não se aplica à retenção de documentos pessoais.

A alternativa D está incorreta. A retenção de documentos pessoais configura violência patrimonial, conforme o art. 7º, IV, mas o dano emocional e a manipulação descritos na narrativa não caracterizam violência moral (calúnia, difamação ou injúria). O correto seria enquadrar a primeira conduta como violência psicológica, tornando essa alternativa incorreta.

A alternativa E está incorreta. Embora o dano emocional e a manipulação se enquadrem como violência psicológica, a retenção de documentos pessoais não constitui violência moral, mas sim patrimonial, conforme o art. 7º, IV, da Lei Maria da Penha.

QUESTÃO 44. João, Delegado de Polícia, deflagrou investigação para apurar suposto delito de trânsito em relação ao qual inexistem qualificadoras ou causas de aumento de pena previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 9.503/1997, sobre as circunstâncias que agravam as penalidades dos crimes de trânsito, analise as afirmativas a seguir:

I. O condutor do veículo cometeu a infração com dano potencial para duas ou mais pessoas ou com grande risco de grave dano patrimonial a terceiros.

II. O condutor do veículo cometeu a infração sobre faixa de trânsito temporária ou permanentemente destinada a pedestres.

III. O condutor do veículo cometeu a infração sem possuir permissão para dirigir ou carteira de habilitação.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre circunstâncias que agravam as penalidades dos crimes de trânsito.

Afirmativa I: Correta. Está em conformidade com o art. 298, I, do CTB, que considera como circunstância agravante a prática da infração com dano potencial para duas ou mais pessoas ou com grande risco de grave dano patrimonial a terceiros. Assim, a descrição apresentada reflete o texto da lei.

Afirmativa II: Correta. Essa circunstância está prevista no art. 298, VII, do CTB, que considera agravante cometer infração sobre faixas de trânsito temporárias ou permanentes destinadas a pedestres. Essa previsão reforça a proteção à integridade dos pedestres, um dos pilares do Código de Trânsito Brasileiro.

Afirmativa III: Correta. Conforme o art. 298, III, do CTB, é circunstância agravante cometer infração de trânsito sem possuir Permissão para Dirigir ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH). A ausência de habilitação eleva o risco de acidentes, justificando a gravidade da conduta.

QUESTÃO 45. Marcos, sócio da sociedade empresária XYZ, tomou ciência de que tramita, junto à Delegacia de Polícia de Mariana/MG, inquérito policial em detrimento da referida pessoa jurídica, em razão da suposta prática de crime ambiental. Preocupado com as possíveis consequências, Marcos procurou o auxílio de um advogado, o qual lhe prestou os devidos esclarecimentos, inclusive em relação às penas restritivas de direito aplicáveis, em tese, às pessoas jurídicas.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 9.605/1998, analise as afirmativas a seguir:

I. A suspensão de atividades será aplicada quando o estabelecimento, obra ou atividade estiver funcionando sem a devida autorização, ou em desacordo com a concedida, ou com violação de disposição legal ou regulamentar.

II. A interdição será aplicada quando as atividades não estiverem obedecendo às disposições legais ou regulamentares, relativas à proteção do meio ambiente.

III. A proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações não poderá exceder o prazo de dez anos.

Nesse cenário, está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre penas restritivas de direito aplicáveis às pessoas jurídicas, conforme a Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais).

Afirmativa I: Incorreta. O art. 22, § 1º, da Lei nº 9.605/1998 estabelece que a suspensão de atividades será aplicada quando essas não estiverem obedecendo às disposições legais ou regulamentares relativas à proteção do meio ambiente. Essa redação não abrange a falta de autorização ou funcionamento em desacordo com a autorização concedida, situações previstas no § 2º, que trata da interdição temporária, e não da suspensão de atividades.

Afirmativa II: Incorreta. Conforme o art. 22, § 2º, da Lei nº 9.605/1998, a interdição temporária aplica-se quando o estabelecimento, obra ou atividade estiver funcionando sem a devida autorização, em desacordo com a concedida, ou com violação de disposição legal ou regulamentar. A afirmativa confunde a interdição com a suspensão de atividades, cuja previsão está no § 1º.

Afirmativa III: Correta. O art. 22, § 3º, da Lei nº 9.605/1998 determina que a proibição de contratar com o Poder Público ou obter subsídios, subvenções ou doações terá o limite máximo de dez anos. Essa previsão objetiva penalizar pessoas jurídicas que praticam crimes ambientais, restringindo o acesso a benefícios públicos.

QUESTÃO 46. Acerca das disposições do Código de Processo Penal sobre o inquérito policial, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa:

() Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência, o nome e o contato do eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

() Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos atos, desde que essa não contrarie a moralidade ou a ordem pública.

() Nos crimes em que não couber ação penal de iniciativa pública, os autos do inquérito permanecerão na Delegacia de Polícia, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

As afirmativas são, respectivamente:

a) V – F – V.

b) F – V – F.

c) V – V – F.

d) F – F – F.

e) V – V – V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre disposições relacionadas ao inquérito policial.

Afirmativa I: Verdadeira. Conforme o art. 6º, inciso X, do CPP, logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá colher informações sobre a existência de filhos da pessoa presa, suas idades, possíveis deficiências, e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados desses filhos. Essa medida tem como objetivo resguardar o bem-estar de crianças ou dependentes em situação de vulnerabilidade.

Afirmativa II: Verdadeira. De acordo com o art. 7º do CPP, a autoridade policial poderá realizar a reprodução simulada dos fatos para verificar a possibilidade de a infração ter sido praticada de determinado modo. No

entanto, essa medida não pode contrariar a moralidade ou a ordem pública, garantindo que o procedimento respeite os limites éticos e legais.

Afirmativa III: Falsa. Conforme o art. 19 do CPP, nos crimes em que não couber ação penal de iniciativa pública, os autos do inquérito não permanecem na Delegacia de Polícia. Eles devem ser remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal. Alternativamente, podem ser entregues ao requerente, mediante traslado, se solicitado.

QUESTÃO 47. Após encerrar o curso de formação na Academia de Polícia, Jonas foi designado para atuar como Delegado de Polícia na unidade policial de Viçosa/MG.

Ao chegar ao local, o referido agente público constatou a existência de inquéritos policiais em curso que versavam sobre os mais variados delitos, a saber: associação criminosa simples, incêndio simples, tráfico de drogas, extorsão simples e roubo simples. Analisando, separadamente, os autos, Jonas concluiu que a decretação da prisão temporária dos investigados, em cada um dos inquéritos policiais, mostra-se imprescindível para as investigações, além de existirem fundadas razões de autoria nos crimes elencados.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.960/1989, a decretação da prisão temporária não caberá para o crime de:

- a) associação criminosa simples.**
- b) tráfico de drogas.**
- c) extorsão simples.**
- d) incêndio simples.**
- e) roubo simples.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a prisão temporária, regulamentada pela Lei nº 7.960/1989.

A alternativa A está incorreta. A associação criminosa simples (art. 288 do Código Penal) é um dos crimes para os quais a prisão temporária é expressamente cabível, conforme o art. 1º, III, "I", da Lei nº 7.960/1989. Assim, sendo um delito expressamente listado, a prisão temporária pode ser decretada, desde que preenchidos os demais requisitos legais.

A alternativa B está incorreta. O tráfico de drogas (art. 33 da Lei nº 11.343/2006, correspondente ao art. 12 da antiga Lei nº 6.368/1976) também é expressamente contemplado no art. 1º, III, "n", da Lei nº 7.960/1989. A gravidade e o impacto social do tráfico justificam a previsão de prisão temporária nesse caso. Portanto, a prisão temporária é cabível.

A alternativa C está incorreta. A extorsão simples (art. 158 do Código Penal) é mencionada no art. 1º, III, "d", da Lei nº 7.960/1989, como uma das hipóteses autorizadoras de prisão temporária. Essa previsão considera a necessidade de garantir a eficácia das investigações, dada a natureza do crime. Assim, a prisão temporária é cabível.

A alternativa D está correta. O incêndio simples (art. 250 do Código Penal) não está listado entre os crimes que autorizam a decretação de prisão temporária no art. 1º, III, da Lei nº 7.960/1989. Embora seja um crime grave, a lei não prevê expressamente a prisão temporária para essa infração.

A alternativa E está incorreta. O roubo simples (art. 157, caput, do Código Penal) está expressamente previsto no art. 1º, III, "c", da Lei nº 7.960/1989. Essa previsão se estende a todas as formas do crime de roubo, incluindo as qualificadas e com resultado morte, devido à gravidade do delito e à necessidade de medidas investigativas adequadas. A prisão temporária é cabível nesse caso.

QUESTÃO 48. Caetano, primário e portador de bons antecedentes, capturado em flagrante pela prática do crime de furto simples, foi levado à presença de Sophia, Delegada de Polícia de plantão, ocasião em que o advogado constituído solicitou à autoridade policial a concessão de fiança em favor do seu cliente.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa:

() Para determinar o valor da fiança, a autoridade terá em consideração a natureza da infração, as condições pessoais de fortuna e vida pregressa do acusado, as circunstâncias indicativas de sua periculosidade, bem como a importância provável das custas do processo, até o final do julgamento.

() O réu afiançado não poderá, sob pena de cassação da fiança, mudar de residência, sem prévia permissão da autoridade processante, ou ausentar-se por mais de quinze dias de sua residência, sem comunicar aquela autoridade o lugar onde será encontrado.

() A fiança tomada por termo obrigará o afiançado a comparecer perante a autoridade, todas as vezes que for intimado para atos do inquérito e da instrução criminal e para o julgamento. Quando o réu não comparecer, a fiança será havida como quebrada.

As afirmativas são, respectivamente:

a) V – F – V.

b) F – V – F.

c) V – V – V.

d) F – F – V.

e) V – F – F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a concessão de fiança.

Afirmativa I: Verdadeira. O art. 326 do CPP estabelece os critérios para a fixação do valor da fiança, levando em consideração a natureza da infração, as condições econômicas e pessoais do acusado, a sua vida pregressa e o grau de periculosidade, bem como o provável custo do processo até o julgamento. O objetivo é equilibrar o montante da fiança de forma proporcional, considerando tanto a gravidade do delito quanto a capacidade econômica do acusado.

Afirmativa II: Falsa. O art. 328 do CPP prevê que o réu afiançado não poderá mudar de residência sem autorização prévia da autoridade processante, nem se ausentar de sua residência por mais de oito dias, e não quinze, sem comunicar o local onde poderá ser encontrado. Assim, a afirmativa está incorreta, pois extrapola o prazo estabelecido pela legislação.

Afirmativa III: Verdadeira. Conforme o art. 327 do CPP, o afiançado assume o compromisso de comparecer perante a autoridade quando for intimado, seja durante o inquérito, a instrução ou o julgamento. Caso o réu não compareça, a fiança será considerada quebrada, com as consequências legais previstas, como o confisco do valor pago.

QUESTÃO 49. Maria, Delegada de Polícia, foi convidada a palestrar sobre os aspectos legais inerentes aos pedidos de restituição das coisas apreendidas, de forma a contribuir com o curso de formação dos novos investigadores de polícia da PCMG.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir:

I. A restituição, quando cabível, poderá ser ordenada pela autoridade policial ou juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.

II. Se duvidoso o direito do reclamante, o pedido de restituição será autuado em apartado, assinando-se ao requerente o prazo de dez dias para a prova. Em tal caso, só o juiz criminal poderá decidir o incidente.

III. Sobre o pedido de restituição, serão sempre ouvidos a autoridade policial e o Ministério Público.

Nesse cenário, está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre as disposições legais relativas à restituição de coisas apreendidas.

Afirmativa I: Verdadeira. O art. 120, caput, do CPP prevê que a restituição de bens apreendidos pode ser realizada tanto pela autoridade policial quanto pelo juiz, desde que não haja dúvida sobre o direito do reclamante. Essa regra se aplica às situações em que o objeto apreendido não está relacionado diretamente com a prática do crime ou quando o reclamante apresenta provas suficientes de sua titularidade e direito.

Afirmativa II: Falsa. Conforme o art. 120, § 1º, do CPP, se houver dúvida sobre o direito do reclamante, o pedido de restituição será autuado em apartado. Contudo, o prazo para o requerente produzir provas é de cinco dias, e não dez. Além disso, nessa hipótese, somente o juiz criminal tem competência para decidir o incidente.

Afirmativa III: Falsa. De acordo com o art. 120, § 3º, do CPP, é obrigatório ouvir o Ministério Público sobre o pedido de restituição, mas não há previsão legal para que a autoridade policial também seja ouvida de forma obrigatória. Assim, a afirmativa está incorreta, pois inclui uma exigência que não consta do texto normativo.

QUESTÃO 50. Após a realização de grande operação policial, que ensejou o cumprimento de mandados de prisão preventiva em detrimento de diversas pessoas, o juízo competente da Comarca de Vespasiano/MG recebeu requerimentos objetivando a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar.

Dessa forma, o referido agente público buscou, junto à legislação processual, as hipóteses que legitimam, em tese, o acolhimento das postulações.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, não poderá o Juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

- a) homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até doze anos de idade incompletos.**
- b) imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de doze anos de idade ou com deficiência.**
- c) mulher com filho de até doze anos de idade incompletos.**
- d) extremamente debilitado por motivo de doença grave.**
- e) maior de oitenta anos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar.

A alternativa A está incorreta. Conforme o art. 318, inciso VI, do CPP, é possível substituir a prisão preventiva por prisão domiciliar quando o homem for o único responsável pelos cuidados de filho de até 12 anos de idade incompletos. Essa hipótese tem como fundamento a proteção integral da criança, prevista no art. 227 da Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A alternativa B está correta. A substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar é permitida quando o agente for imprescindível aos cuidados de pessoa menor de 6 anos ou com deficiência, conforme o art. 318, inciso III, do CPP. O enunciado da alternativa apresenta um erro ao ampliar o limite etário para 12 anos, o que não está previsto na norma.

A alternativa C está incorreta. O art. 318, inciso V, do CPP prevê que a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar é cabível para mulheres com filhos de até 12 anos incompletos. Esse dispositivo busca assegurar a convivência entre mãe e filho, respeitando o princípio da proteção integral da criança.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o art. 318, inciso II, do CPP, a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar é cabível quando o agente estiver extremamente debilitado por motivo de doença grave. A norma visa garantir que o direito à saúde seja resguardado, uma vez que o ambiente carcerário pode agravar a condição do preso.

A alternativa E está incorreta. O art. 318, inciso I, do CPP também permite a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar para o agente maior de 80 anos, considerando as limitações decorrentes da idade avançada e o princípio da dignidade da pessoa humana.

QUESTÃO 51. Marcos, Delegado de Polícia no Estado *Alfa*, representou pela expedição de mandado de busca e apreensão a ser cumprido no endereço de uma das lideranças da organização criminosa XYZ.

Obtida a autorização judicial, realizou-se a diligência policial, sendo certo que Marcos, fortuitamente, encontrou indícios de participação nos crimes perpetrados pelo grupo criminoso de Carlos, Delegado de Polícia do Estado *Alfa*, de Mário, Juiz Estadual vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado *Alfa*, e de Eduardo, membro do Ministério Público da União que oficia perante o Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que:

a) Carlos não possui foro por prerrogativa de função, devendo ser processado e julgado em primeira instância. Por sua vez, Eduardo tem prerrogativa de foro perante o Superior Tribunal de Justiça. A seu turno, Mário faz jus a julgamento originário no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado *Alfa*.

b) Carlos não possui foro por prerrogativa de função, devendo ser processado e julgado em primeira instância. Por sua vez, Eduardo e Mário têm prerrogativa de foro perante o Tribunal de Justiça do Estado *Alfa*.

c) Carlos não possui foro por prerrogativa de função, devendo ser processado e julgado em primeira instância. Por sua vez, Eduardo e Mário têm prerrogativa de foro perante o Superior Tribunal de Justiça.

d) Carlos possui foro por prerrogativa de função junto ao Tribunal de Justiça do Estado Alfa. Por sua vez, Eduardo e Mário têm prerrogativa de foro perante o Superior Tribunal de Justiça.

e) Carlos, Eduardo e Mário possuem foro por prerrogativa de função junto ao Tribunal de Justiça do Estado Alfa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o foro por prerrogativa de função, regulado pela Constituição Federal de 1988, e analisa as competências dos tribunais em relação a crimes praticados por autoridades específicas.

A alternativa A está correta. Carlos, Delegado de Polícia, não possui foro por prerrogativa de função e será processado em primeira instância. Eduardo, membro do Ministério Público da União, tem foro no Superior Tribunal de Justiça, conforme o artigo 105, I, "a", da Constituição Federal. Mário, Juiz Estadual, possui prerrogativa de foro no Tribunal de Justiça do Estado Alfa, conforme o artigo 96, III, da Constituição.

A alternativa B está incorreta. Embora seja correto que Carlos não tenha foro por prerrogativa de função, Eduardo, como membro do Ministério Público da União, tem foro no STJ, e não no Tribunal de Justiça Estadual. Já Mário, como juiz estadual, tem foro no Tribunal de Justiça do Estado Alfa. A confusão sobre o foro de Eduardo torna esta alternativa errada.

A alternativa C está incorreta. Carlos será processado em primeira instância, o que está correto. Porém, Eduardo tem foro no STJ, enquanto Mário, como juiz estadual, possui foro no Tribunal de Justiça do Estado Alfa, e não no STJ.

A alternativa D está incorreta. Carlos, como Delegado de Polícia, não possui foro por prerrogativa de função e será processado em primeira instância. Eduardo está corretamente indicado com foro no STJ, mas Mário, como juiz estadual, deve ser processado no Tribunal de Justiça do Estado Alfa, e não no STJ, como afirma a alternativa.

A alternativa E está incorreta. A afirmação de que Carlos, Eduardo e Mário possuem foro no Tribunal de Justiça do Estado Alfa é errada. Carlos não tem prerrogativa de foro e será julgado em primeira instância, Eduardo tem foro no STJ, e somente Mário, como juiz estadual, possui foro no Tribunal de Justiça do Estado Alfa.

QUESTÃO 52. Frederico, Delegado de Polícia, lavrou auto de prisão em flagrante delito em detrimento de Daniel, capturado pela prática do crime de extorsão mediante o emprego de arma de fogo.

Por ocasião da audiência de custódia, o Ministério Público manifestou-se no sentido da homologação da prisão flagrancial, seguida da conversão dessa em prisão preventiva. Contudo, o Juízo, seguindo a linha intelectual da Defensoria Pública, relaxou a prisão em flagrante. Insatisfeito com a decisão judicial e por entender que a prisão flagrancial é hígida, o órgão ministerial pretende recorrer da decisão prolatada.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, o Ministério Público poderá interpor:

a) embargos infringentes e de nulidade.

b) recurso em sentido estrito.

c) agravo em execução.

d) recurso de apelação.

e) recurso inominado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o recurso cabível contra a decisão de relaxamento de prisão em flagrante.

A alternativa A está incorreta. Os embargos infringentes e de nulidade são previstos no Código de Processo Penal para decisões de segunda instância não unânimes que reformam ou anulam a sentença em benefício do réu, conforme o art. 609, parágrafo único, do CPP. Não se aplicam ao caso de relaxamento de prisão em flagrante.

A alternativa B está correta. O relaxamento da prisão em flagrante está previsto no art. 581, inciso V, do CPP como hipótese de interposição de recurso em sentido estrito. Esse recurso é cabível contra decisões que concedem ou revogam prisão preventiva, concedem liberdade provisória ou relaxam prisão em flagrante, exatamente como ocorre no caso apresentado.

A alternativa C está incorreta. O agravo em execução, previsto no art. 197 da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), aplica-se às decisões judiciais proferidas na fase de execução penal. Como o caso envolve a fase de investigação e flagrante, esse recurso não é cabível.

A alternativa D está incorreta. O recurso de apelação, previsto no art. 593 do CPP, é cabível contra sentenças definitivas ou decisões que encerram a fase cognitiva do processo. O relaxamento de prisão em flagrante é uma decisão interlocutória e, portanto, não comporta apelação.

A alternativa E está incorreta. O recurso inominado é exclusivo dos Juizados Especiais Criminais para crimes de menor potencial ofensivo. No caso, o crime de extorsão com arma de fogo possui pena superior a dois anos, sendo inaplicável esse recurso. O correto seria o recurso em sentido estrito (art. 581, V, CPP).

QUESTÃO 53. Tício e Mévio foram encaminhados à presença da autoridade policial responsável pelo plantão da Delegacia de Polícia de Santa Luzia/MG, em razão da prática, pelo primeiro, de um crime contra a honra do último, caracterizado como infração penal de menor potencial ofensivo.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, analise as afirmativas a seguir:

I. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

II. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao Juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.

III. Comparecendo o autor do fato e a vítima, e não sendo possível a realização imediata da audiência preliminar, será designada data próxima, da qual ambos sairão cientes. Na falta do comparecimento de qualquer dos envolvidos, a Secretaria providenciará sua intimação, se for o caso, do responsável civil, na forma da lei.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre os procedimentos aplicáveis às infrações de menor potencial ofensivo, conforme previstos na Lei nº 9.099/1995.

Afirmativa I: Correta. A autoridade policial deve lavrar termo circunstanciado e encaminhá-lo ao Juizado Especial Criminal, acompanhado do autor do fato e da vítima, além de providenciar os exames periciais necessários. Essa disposição está expressamente prevista no art. 69 da Lei nº 9.099/1995, que regula o procedimento inicial de infrações penais de menor potencial ofensivo.

Afirmativa II: Correta. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao Juizado ou assumir o compromisso de comparecer, não será imposta prisão em flagrante, nem será exigida fiança. Essa regra está prevista no parágrafo único do art. 69 da Lei nº 9.099/1995 e visa garantir a simplicidade e celeridade do rito nos Juizados Especiais.

Afirmativa III: Correta. Quando o autor do fato e a vítima comparecem e a audiência preliminar não pode ser realizada de imediato, deve ser designada uma nova data próxima, da qual ambos sairão cientes. Caso alguma das partes não compareça, a Secretaria providenciará a intimação, e, se necessário, do responsável civil. Essa regra está prevista nos arts. 70 e 71 da Lei nº 9.099/1995.

QUESTÃO 54. Matheus, Delegado de Polícia, foi ouvido em uma ação penal em curso no âmbito da qual Márcio figura como réu.

Durante o depoimento, a autoridade policial tratou de uma complexa investigação realizada pela PCMG, em razão da prática de crimes violentos contra o patrimônio, no Centro de Belo Horizonte/MG. Posteriormente, a defesa técnica de Márcio requereu a acareação entre Matheus, ouvido na qualidade de testemunha, e o acusado Márcio, em razão de divergências em suas declarações sobre circunstâncias relevantes para a relação processual.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta:

a) A acareação entre acusado e testemunha é cabível, sendo certo que os acareados serão reperguntados, para que expliquem os pontos de divergências, reduzindo-se a termo o ato de acareação.

b) A acareação entre acusado e testemunha é cabível, sendo certo que, persistindo a divergência relevante, o Juiz descartará as declarações dos acareados por ocasião da formação da sua convicção.

c) A acareação envolvendo pessoa acusada da prática de crime não é cabível, por não prestar o compromisso legal de dizer a verdade.

d) A acareação entre acusado e testemunha não é cabível, mas somente entre testemunhas.

e) A acareação entre acusado e testemunha não é cabível, mas somente entre acusados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a acareação no âmbito do processo penal.

A alternativa A está correta. A acareação entre acusado e testemunha é permitida pelo art. 229 do CPP, sempre que houver divergências relevantes em seus depoimentos. O parágrafo único do artigo determina que os acareados serão reperguntados, e o ato será formalizado em termo escrito. Assim, o objetivo do procedimento é esclarecer os pontos de discordância para auxiliar na formação da convicção do juiz.

A alternativa B está incorreta. Embora a acareação seja cabível entre acusado e testemunha, o CPP não prevê que o juiz descarte automaticamente as declarações de ambos, caso a divergência persista. O magistrado deve avaliar todas as provas e declarações no conjunto probatório, formando sua convicção com base no princípio do livre convencimento motivado.

A alternativa C está incorreta. A acareação é cabível entre acusado e testemunha, conforme o art. 229 do CPP, independentemente de o acusado não prestar compromisso de dizer a verdade. Esse fato não inviabiliza o uso do procedimento, pois o objetivo da acareação é esclarecer as contradições e não depende do compromisso legal da testemunha.

A alternativa D está incorreta. O art. 229 do CPP não limita a acareação apenas entre testemunhas. O dispositivo expressamente admite a acareação entre acusados, entre testemunhas, entre acusado e testemunha, entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida, ou entre as próprias vítimas, desde que as declarações diverjam sobre fatos relevantes.

A alternativa E está incorreta. O CPP não restringe a acareação apenas entre acusados. Como descrito no art. 229, ela é aplicável em diversas combinações de envolvidos, incluindo acusados, testemunhas e vítimas, sempre que houver contradições relevantes que justifiquem o esclarecimento por meio desse ato processual.

QUESTÃO 55. Após a conclusão do inquérito policial deflagrado para apurar suposto crime de estelionato praticado por Mário, ensejando prejuízo de cinco mil reais à vítima, o Ministério Público ofereceu ao suposto autor do fato a celebração de um acordo de não persecução penal.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir:

I. Se o Juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, remeterá os autos ao órgão superior do Ministério Público, com concordância do investigado e seu defensor.

II. Para a homologação do acordo de não persecução penal, será realizada audiência na qual o Juiz deverá verificar a sua voluntariedade, por meio da oitiva do investigado na presença do seu defensor, e sua legalidade.

III. A vítima será intimada da homologação do acordo de não persecução penal e de seu descumprimento.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre os requisitos e disposições legais relativas ao acordo de não persecução penal (ANPP).

Afirmativa I: Incorreta. Conforme o art. 28-A, § 5º do CPP, se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, ele deverá devolver os autos ao Ministério Público, para que seja reformulada a proposta. Não há previsão de remeter os autos diretamente ao órgão superior do Ministério Público nessa hipótese.

Afirmativa II: Correta. O art. 28-A, § 4º do CPP prevê que, para homologar o acordo de não persecução penal, o juiz deve realizar uma audiência. Nessa ocasião, o magistrado verificará a voluntariedade do investigado, por meio de sua oitiva na presença do defensor, e também a legalidade do acordo. Isso assegura que o instrumento consensual respeite os direitos e garantias do investigado.

Afirmativa III: Correta. O art. 28-A, § 9º do CPP determina que a vítima deve ser intimada tanto da homologação do acordo quanto do seu eventual descumprimento. Essa regra reforça o papel da vítima no processo penal, garantindo que ela tenha ciência dos desdobramentos do caso e possa participar dos atos subsequentes, caso necessário.

QUESTÃO 56. Matheus, Delegado de Polícia, se deparou com situação concreta em que, na sua percepção, se fazia necessária a utilização do instituto da ação controlada.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.850/2013, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa:

() Consiste a ação controlada em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações.

() O retardamento da intervenção policial ou administrativa será previamente autorizado pelo Juiz competente, que estabelecerá os seus limites e comunicará ao Ministério Público.

() Se a ação controlada envolver transposição de fronteiras, o retardamento da intervenção policial ou administrativa somente poderá ocorrer com a cooperação das autoridades dos países que figurem como provável itinerário ou destino do investigado, de modo a reduzir os riscos de fuga e extravio do produto, objeto, instrumento ou proveito do crime.

As afirmativas são, respectivamente:

a) V – V – V.

b) V – F – V.

c) F – V – F.

d) V – F – F.

e) F – F – F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o conceito e os requisitos para a aplicação do instituto da ação controlada, conforme disposto na Lei nº 12.850/2013, que trata sobre o combate às organizações criminosas.

Afirmativa I: Verdadeiro. Conforme o art. 8º da Lei nº 12.850/2013, a ação controlada consiste em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada. O objetivo é acompanhar e observar a situação, permitindo que a intervenção ocorra no momento mais eficaz para a formação de provas e obtenção de informações. Isso é fundamental para desarticular organizações criminosas de maneira estratégica.

Afirmativa II: Falso. O retardamento da intervenção policial ou administrativa não depende de autorização judicial prévia, mas sim de comunicação ao juiz competente, conforme o art. 8º, § 1º da Lei nº 12.850/2013. Nesse caso, o juiz pode, se for necessário, estabelecer limites e comunicar o Ministério Público, mas a autorização não é uma exigência inicial.

Afirmativa III: Verdadeiro. De acordo com o art. 9º da Lei nº 12.850/2013, se a ação controlada envolver transposição de fronteiras, o retardamento da intervenção só poderá ocorrer com a cooperação das autoridades dos países envolvidos no provável itinerário ou destino do investigado. Essa regra busca minimizar os riscos de fuga e extravio de bens relacionados ao crime.

QUESTÃO 57. Em outubro de 2024, João, primário e portador de bons antecedentes, foi preso em flagrante, no Município de Belo Horizonte/MG, após praticar o crime de roubo mediante o emprego de arma de fogo de uso restrito.

Findo o processo deflagrado em seu desfavor, João foi condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade em regime inicialmente fechado. Registre-se que, durante a execução, o apenado demonstrou boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento e pelos resultados do exame criminológico.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei de Execução Penal, é correto afirmar que João progredirá de regime quando tiver cumprido ao menos:

- a) cinquenta por cento da pena.**
- b) quarenta por cento da pena.**
- c) sessenta por cento da pena.**
- d) setenta por cento da pena.**
- e) trinta por cento da pena.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre as regras de progressão de regime previstas na Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal - LEP).

A alternativa A está incorreta. A exigência de cumprimento de 50% da pena aplica-se a apenados primários condenados por crime hediondo ou equiparado com resultado morte, àqueles que comandam organizações criminosas estruturadas ou que constituem milícia privada, conforme o art. 112, VI da LEP. Como o roubo com emprego de arma de fogo de uso restrito não teve resultado morte e João não exerce comando de organização criminosa, essa regra não se aplica ao caso.

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 112, V da LEP, para progressão de regime, o apenado primário condenado por crime hediondo ou equiparado deve cumprir 40% da pena. Sendo João primário e condenado por roubo com uso de arma de fogo de uso restrito, que é equiparado a crime hediondo, ele terá direito à progressão de regime após o cumprimento desse percentual.

A alternativa C está incorreta. O cumprimento de 60% da pena é exigido apenas para apenados reincidentes em crimes hediondos ou equiparados, conforme o art. 112, VII da LEP. João, no entanto, é primário, não se enquadrando nessa exigência mais rigorosa.

A alternativa D está incorreta. A exigência de cumprimento de 70% da pena aplica-se exclusivamente aos apenados reincidentes em crimes hediondos ou equiparados com resultado morte, conforme o art. 112, VIII da LEP. O crime praticado por João não teve esse resultado, tornando inaplicável esse percentual.

A alternativa E está incorreta. O percentual de 30% se aplica a apenados reincidentes condenados por crimes cometidos com violência ou grave ameaça, conforme o art. 112, IV da LEP. João, sendo primário, deve cumprir 40% da pena, e não 30%.

QUESTÃO 58. Carolina é titular da Delegacia de Polícia especializada no atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar, deparando-se, diuturnamente, com situações que envolvem violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 11.340/2006, avalie se no atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deve, entre outras, adotar as seguintes providências:

I. Acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar, se necessário.

II. Fornecer transporte à ofendida e aos seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida.

III. Encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal (IML).

Está correto o que se apresenta em:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre as providências obrigatórias a serem adotadas pela autoridade policial no atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar, conforme a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Afirmativa I: Correta. A Lei Maria da Penha, no art. 11, IV, prevê que a autoridade policial deve acompanhar a mulher em situação de violência para garantir que ela possa retirar seus pertences de forma segura, evitando novos episódios de violência ou constrangimento.

Afirmativa II: Correta. Também de acordo com o art. 11, III, a autoridade policial deve assegurar transporte à vítima e seus dependentes para abrigos ou locais seguros, caso haja risco à vida, reforçando a proteção imediata e prioritária.

Afirmativa III: Correta. O art. 11, II dispõe que a autoridade policial deve garantir o encaminhamento da vítima a serviços médicos, como hospitais ou postos de saúde, para tratamento das lesões, e ao Instituto Médico Legal para realização de exames necessários à investigação.

QUESTÃO 59. Lucas, Delegado de Polícia, realizou operação policial em conjunto com servidores públicos que atuam na proteção do meio ambiente no Estado de Minas Gerais, logrando constatar, em uma fazenda localizada no interior do referido ente federativo, a prática de crime ambiental.

Registre-se que os agentes públicos verificaram a existência de diversas irregularidades envolvendo produtos e subprodutos da fazenda, animais vítimas de maus-tratos, produtos perecíveis e madeiras, além de encontrarem os instrumentos utilizados na prática da infração penal.

Nesse cenário, no contexto da apreensão e destinação do produto ou do instrumento de infração administrativa ou de crime ambiental, considerando as disposições da Lei nº 9.605/1998, é **incorreto** afirmar que:

a) os animais serão prioritariamente entregues a jardins zoológicos, fundações, ou entidades assemelhadas, para guarda e cuidados sob a responsabilidade de técnicos habilitados ou, sendo tal medida inviável ou não recomendável por questões sanitárias, libertados em seu *habitat*.

b) tratando-se de produtos perecíveis ou madeiras, serão esses avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes.

c) os produtos e subprodutos não perecíveis da fauna serão estudados ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais.

d) os instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem.

e) verificada a infração, serão apreendidos os seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**. A questão trata sobre a apreensão e a destinação de produtos e instrumentos relacionados a infrações administrativas ou crimes ambientais, conforme disposto na Lei nº 9.605/1998.

A alternativa A está incorreta. O art. 25, § 1º, da Lei nº 9.605/1998 estabelece que os animais devem ser prioritariamente libertados em seu *habitat*. Somente se essa medida for inviável ou não recomendável por razões sanitárias, eles podem ser entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades semelhantes, sob a responsabilidade de técnicos habilitados. A alternativa apresenta a ordem de prioridade invertida, tornando-a incorreta.

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 25, § 3º, produtos perecíveis ou madeiras devem ser avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes, conforme especificado na legislação. A destinação é voltada para garantir que esses bens sejam utilizados de maneira útil e adequada.

A alternativa C está correta. Conforme o art. 25, § 4º, os produtos e subprodutos não perecíveis da fauna podem ser destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais. Essa disposição visa assegurar o aproveitamento ou descarte adequado dos materiais.

A alternativa D está correta. Segundo o art. 25, § 5º, os instrumentos utilizados na prática de infrações ambientais devem ser vendidos, com a devida descaracterização por meio da reciclagem. Isso reduz o risco de reutilização inadequada desses instrumentos.

A alternativa E está correta. O *caput* do art. 25 determina que, quando constatada uma infração, os produtos e instrumentos relacionados devem ser apreendidos, com a lavratura dos respectivos autos. Esse procedimento é essencial para documentar formalmente a infração e os bens apreendidos.

QUESTÃO 60. Lucas, autoridade policial responsável pela Delegacia de Polícia especializada no combate ao narcotráfico, em Belo Horizonte/MG, realizou grande operação policial que resultou na apreensão de diversos veículos automotores, além de outros maquinários.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 11.343/2006, analise as afirmativas a seguir:

I. A apreensão de veículos, embarcações, aeronaves e quaisquer outros meios de transporte e dos maquinários, utensílios, instrumentos e objetos de qualquer natureza utilizados para a prática, habitual ou não, dos crimes definidos na Lei de Drogas será comunicada, em vinte e quatro horas, pela autoridade de polícia judiciária responsável pela investigação ao juízo competente.

II. Comprovado o interesse público na utilização de quaisquer dos bens apreendidos, os órgãos de polícia judiciária, militar e rodoviária poderão deles fazer uso, sob sua responsabilidade e com o objetivo de sua conservação, mediante autorização judicial, ouvido o Ministério Público e garantida a prévia avaliação dos respectivos bens.

III. O juiz deve cientificar o Ministério Público para que, em dez dias, avalie a existência de interesse público na utilização dos bens apreendidos, indicando o órgão que deve recebê-los.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.343/2006, está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A banca apontou como alternativa correta a **letra D**, contudo, tendo em vista os fundamentos a seguir, a única alternativa correta é a **letra B**. Sendo assim, a questão é passível de recurso para que ocorra a troca de gabarito.

A questão trata sobre as disposições da Lei nº 11.343/06 (Lei de Drogas) relacionadas à apreensão e destinação de bens utilizados na prática de crimes de tráfico de drogas.

Afirmativa I: Incorreta. O art. 61 da Lei nº 11.343/2006 exige que a comunicação ao juízo competente sobre a apreensão de veículos, maquinários, utensílios e outros bens seja feita imediatamente pela autoridade policial responsável pela investigação, e não no prazo de vinte e quatro horas, como mencionado na assertiva.

Afirmativa II: Correta. Conforme o art. 62 da Lei nº 11.343/2006, os órgãos de polícia judiciária, militar e rodoviária podem utilizar os bens apreendidos, desde que comprovado o interesse público e respeitados requisitos legais. Essa utilização requer autorização judicial, oitiva do Ministério Público e a prévia avaliação dos bens, para garantir a transparência e a regularidade do procedimento.

Afirmativa III: Incorreta. De acordo com o art. 62, § 1º-A, o juízo competente deve cientificar o órgão gestor do Funad (Fundo Nacional Antidrogas), e não o Ministério Público, para que, no prazo de dez dias, avalie a existência de interesse público na utilização dos bens apreendidos e indique qual órgão deve recebê-los.

A alternativa A está incorreta. A afirmativa I está errada, pois a comunicação ao juízo competente deve ser imediata e não no prazo de vinte e quatro horas.

A alternativa B está correta. A afirmativa II está correta, atendendo às exigências do art. 62 da Lei nº 11.343/2006, que permite o uso de bens apreendidos por órgãos de polícia, mediante autorização judicial e outros requisitos.

A alternativa C está incorreta. A afirmativa III está incorreta, pois o órgão gestor do Funad, e não o Ministério Público, deve ser cientificado para avaliar o interesse público na destinação dos bens.

A alternativa D está incorreta. A afirmativa I está errada.

A alternativa E está incorreta. Apenas a afirmativa II está correta.

QUESTÃO 61. Sobre a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, assinale a afirmativa correta.

a) As vagas que ocorrerem na Comissão que não se devam à expiração normal do mandato serão preenchidas por pessoa indicada pelo Presidente da Comissão, desde que tenha reconhecido saber em matéria de direitos humanos.

b) Pode fazer parte da Comissão mais de um nacional de um mesmo país, desde que indicado por mais de um dos governos dos Estados-membros.

c) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos compor-se-á de onze membros, que deverão ser pessoas de alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos.

d) Os membros da Comissão serão eleitos por quatro anos e só poderão ser reeleitos uma vez, porém o mandato de três dos membros designados na primeira eleição expirará ao cabo de dois anos.

e) Cada um dos governos dos Estados-membros pode propor até cinco candidatos, nacionais do Estado que os propuser ou de qualquer outro Estado-membro da Organização dos Estados Americanos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

A alternativa A está incorreta. Dispõe o artigo 38 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos: “As vagas que ocorrerem na Comissão, que não se devam à expiração normal do mandato, serão preenchidas pelo Conselho Permanente da Organização, de acordo com o que dispuser o Estatuto da Comissão”.

A alternativa B está incorreta. A redação do artigo 37.2 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos é clara ao afirmar que não pode integrar a Comissão mais de um nacional de um mesmo Estado.

A alternativa C está incorreta. O artigo 34 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos estabelece que a Comissão será composta por sete membros, e não onze, como afirma a alternativa. Vejamos: “A Comissão

Interamericana de Direitos Humanos compor-se-á de sete membros, que deverão ser pessoas de alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos”.

A alternativa D está correta. O artigo 37.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos confirma que os membros têm mandato de quatro anos, podendo ser reeleitos uma única vez. Também determina que, na primeira eleição, o mandato de três membros expirará após dois anos. Confira-se: “Os membros da Comissão serão eleitos por quatro anos e só poderão ser reeleitos uma vez, porém o mandato de três dos membros designados na primeira eleição expirará ao cabo de dois anos. Logo depois da referida eleição, serão determinados por sorteio, na Assembleia Geral, os nomes desses três membros”.

A alternativa E está incorreta. Prevê o artigo 36.2 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos: “Cada um dos referidos governos pode propor até três candidatos, nacionais do Estado que os propuser ou de qualquer outro Estado membro da Organização dos Estados Americanos. Quando for proposta uma lista de três candidatos, pelo menos um deles deverá ser nacional de Estado diferente do proponente”.

QUESTÃO 62. De acordo com a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher é incorreto afirmar que, a fim de impedir a discriminação contra a mulher por razões de casamento ou maternidade e assegurar a efetividade de seu direito a trabalhar, os Estados-partes tomarão as medidas adequadas para

a) proibir, sob sanções, a demissão por motivo de gravidez ou licença-maternidade e a discriminação nas demissões motivadas pelo estado civil.

b) implantar a licença-maternidade, com salário pago ou benefícios sociais comparáveis, sem perda do emprego anterior, antiguidade ou benefícios sociais.

c) estimular o fornecimento de serviços sociais de apoio necessários para permitir que os pais combinem as obrigações para com a família com as responsabilidades do trabalho e a participação na vida pública, especialmente mediante fomento da criação e desenvolvimento de uma rede de serviços destinados ao cuidado das crianças.

d) dar proteção especial às mulheres durante a gravidez nos tipos de trabalho comprovadamente prejudiciais para elas.

e) implantar a licença de lactação após a licença-maternidade, com salário pago ou benefícios sociais comparáveis, sem perda do emprego anterior, antiguidade ou benefícios sociais.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão avalia o conhecimento sobre a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, com foco nas medidas destinadas a proteger os direitos trabalhistas das mulheres, especialmente em relação à gravidez, maternidade e condições de trabalho.

A alternativa A está correta. Segundo o artigo 11.2, “a” da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher: “2. A fim de impedir a discriminação contra a mulher por razões de casamento ou maternidade e assegurar a efetividade de seu direito a trabalhar, os Estados-Partes tomarão as medidas adequadas para: a) Proibir, sob sanções, a demissão por motivo de gravidez ou licença de maternidade e a discriminação nas demissões motivadas pelo estado civil; [...] “

A alternativa B está correta. Segundo o artigo 11.2, “b” da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher: “2. A fim de impedir a discriminação contra a mulher por razões de casamento ou maternidade e assegurar a efetividade de seu direito a trabalhar, os Estados-Partes tomarão as medidas adequadas para: [...] b) Implantar a licença de maternidade, com salário pago ou benefícios sociais comparáveis, sem perda do emprego anterior, antigüidade ou benefícios sociais; ”

A alternativa C está correta. Segundo o artigo 11.2, “c” da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher: “ 2. A fim de impedir a discriminação contra a mulher por razões de casamento ou maternidade e assegurar a efetividade de seu direito a trabalhar, os Estados-Partes tomarão as medidas adequadas para: [...] c) Estimular o fornecimento de serviços sociais de apoio necessários para permitir que os pais combinem as obrigações para com a família com as responsabilidades do trabalho e a participação na vida pública, especialmente mediante fomento da criação e desenvolvimento de uma rede de serviços destinados ao cuidado das crianças; “

A alternativa D está correta. Segundo o artigo 11.2, “d” da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher: “ 2. A fim de impedir a discriminação contra a mulher por razões de casamento ou maternidade e assegurar a efetividade de seu direito a trabalhar, os Estados-Partes tomarão as medidas adequadas para: [...] d) Dar proteção especial às mulheres durante a gravidez nos tipos de trabalho comprovadamente prejudiciais para elas. “

A alternativa E está incorreta. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher não menciona explicitamente a necessidade de licença para lactação após a licença-maternidade. A convenção trata de licença-maternidade e medidas relacionadas ao período da gravidez e maternidade, mas não inclui a previsão específica de licença remunerada para lactação.

QUESTÃO 63. A Corte Interamericana de Direitos Humanos tem competência para conhecer de qualquer caso relativo à interpretação e aplicação das disposições da Convenção Americana de Direitos Humanos que lhe seja submetido, desde que os Estados-partes no caso tenham reconhecido ou reconheçam a referida competência, seja por declaração especial, seja por convenção especial.

Diante do exposto, é correto afirmar que a Corte compor-se-á de

a) sete juízes, nacionais dos Estados-membros da Organização, eleitos a título pessoal entre juristas da mais alta autoridade moral, de reconhecida competência em matéria de direitos humanos, que reúnam as condições requeridas para o exercício das mais elevadas funções judiciais, de acordo com a lei do Estado do qual sejam nacionais, ou do Estado que os propuser como candidatos.

b) onze juízes, nacionais dos Estados-membros da Organização, eleitos a título pessoal entre juristas da mais alta autoridade moral, de reconhecida competência em matéria de direitos humanos, que reúnam as

condições requeridas para o exercício das mais elevadas funções judiciais, de acordo com a lei do Estado do qual sejam nacionais.

c) quinze juízes, nacionais dos Estados-membros da Organização, eleitos a título pessoal entre juristas da mais alta autoridade moral, de reconhecida competência em matéria de direitos humanos, que reúnam as condições requeridas para o exercício das mais elevadas funções judiciais, de acordo com a lei do Estado que os propuser como candidatos.

d) dez juízes, nacionais dos Estados-membros da Organização, eleitos a título pessoal entre juristas da mais alta autoridade moral, de reconhecida competência em matéria de direitos humanos, que reúnam as condições requeridas para o exercício das mais elevadas funções judiciais, de acordo com a lei do Estado do qual sejam nacionais, ou do Estado que os propuser como candidatos.

e) nove juízes, nacionais dos Estados-membros da Organização, eleitos a título pessoal entre juristas da mais alta autoridade moral, de reconhecida competência em matéria de direitos humanos, que reúnam as condições requeridas para o exercício das mais elevadas funções judiciais, de acordo com a lei do Estado que os propuser como candidatos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda a composição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, de acordo com o texto da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH).

O artigo 52.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos estabelece: “A Corte compor-se-á de sete juízes, nacionais dos Estados membros da Organização, eleitos a título pessoal dentre juristas da mais alta autoridade moral, de reconhecida competência em matéria de direitos humanos, que reúnam as condições requeridas para o exercício das mais elevadas funções judiciais, de acordo com a lei do Estado do qual sejam nacionais, ou do Estado que os propuser como candidatos”.

A alternativa A está correta. É exatamente o que prevê o artigo 52.1 da CADH.

A alternativa B está incorreta. O número de juízes está errado. O artigo 52.1 da CADH estabelece que a Corte é composta por sete juízes e não onze.

A alternativa C está incorreta. Assim como na alternativa anterior, o número de juízes está incorreto. O artigo 52.1 prevê que sejam sete juízes e não quinze.

A alternativa D está incorreta. O correto é “sete juízes” e não dez, como aponta a alternativa, tudo conforme o artigo 52.1 da CADH.

A alternativa E está incorreta. A CADH prevê sete juízes na Corte, como consta no artigo 52.1, e não nove, como dispõe a assertiva.

QUESTÃO 64. As opções a seguir apresentam casos brasileiros analisados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, à exceção de um. Assinale-o.

a) Caso Amrhein.

b) Caso Escher.

c) Caso Ximenes Lopes.

d) Caso Nogueira de Carvalho.

e) Caso Herzog.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Histórico do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A alternativa A está correta. O Caso Amrhein trata de um caso envolvendo a Costa Rica (Caso Amrhein e outros vs. Costa Rica), sem relação com o Brasil.

A alternativa B está incorreta. O Caso Escher e outros vs. Brasil (2009) abordou a interceptação telefônica ilegal de pessoas envolvidas em contexto de conflito social relacionado com a reforma agrária em vários estados de Brasil, entre eles o Paraná, violando os direitos à privacidade e à liberdade.

A alternativa C está incorreta. O Caso Ximenes Lopes vs. Brasil (2006) tratou da morte de Damião Ximenes Lopes, portador de deficiência mental, em uma clínica psiquiátrica no Ceará, devido a negligência no atendimento.

A alternativa D está incorreta. O Caso Nogueira de Carvalho e outro vs. Brasil (2006) tratou da falta de devida diligência no processo de investigação dos fatos e punição dos responsáveis pela morte de Francisco Gilson Nogueira de Carvalho.

A alternativa E está incorreta. O Caso Vladimir Herzog e outros vs. Brasil (2018) abordou a tortura e execução do jornalista Vladimir Herzog durante a ditadura militar, além da ausência de investigação, julgamento e sanção dos responsáveis pelos crimes.

QUESTÃO 65. Segundo a legislação brasileira, será reconhecido como refugiado todo indivíduo que, devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Diante do exposto e de acordo com a ordem jurídica brasileira, é correto afirmar que poderão se beneficiar da condição de refugiado os indivíduos que

a) sejam cônjuges, ascendentes e descendentes ou demais membros do grupo familiar que do refugiado reconhecido dependerem economicamente, desde que se encontrem em território nacional.

b) já desfrutem de proteção ou assistência por parte de organismo ou instituição das Nações Unidas que não o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

c) sejam residentes no território nacional e tenham direitos e obrigações relacionados com a condição de nacional brasileiro.

d) tenham cometido crime contra a paz, crime de guerra, crime contra a humanidade, crime hediondo, participado de atos terroristas ou tráfico de drogas.

e) sejam considerados culpados de atos contrários aos fins e princípios das Nações Unidas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do Estatuto dos Refugiados.

A alternativa A está correta. É a expressa redação do artigo 2º da Lei nº 9.474/1997, segundo o qual “Art. 2º Os efeitos da condição dos refugiados serão extensivos ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar que do refugiado dependerem economicamente, desde que se encontrem em território nacional”.

A alternativa B está incorreta. Hipótese em que não haverá o reconhecimento da condição de refugiado, conforme o artigo 3º, inciso I da Lei nº 9.474/1997: “Art. 3º Não se beneficiarão da condição de refugiado os indivíduos que: I - já desfrutem de proteção ou assistência por parte de organismo ou instituição das Nações Unidas que não o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR;”.

A alternativa C está incorreta. Hipótese em que não haverá o reconhecimento da condição de refugiado, conforme o artigo 3º, inciso II da Lei nº 9.474/1997: “Art. 3º Não se beneficiarão da condição de refugiado os indivíduos que: [...] II - sejam residentes no território nacional e tenham direitos e obrigações relacionados com a condição de nacional brasileiro;”.

A alternativa D está incorreta. Hipótese em que não haverá o reconhecimento da condição de refugiado, conforme o artigo 3º, inciso III da Lei nº 9.474/1997: “Art. 3º Não se beneficiarão da condição de refugiado os indivíduos que: [...] III - tenham cometido crime contra a paz, crime de guerra, crime contra a humanidade, crime hediondo, participado de atos terroristas ou tráfico de drogas;”.

A alternativa E está incorreta. Hipótese em que não haverá o reconhecimento da condição de refugiado, conforme o artigo 3º, inciso da Lei nº 9.474/1997: “Art. 3º Não se beneficiarão da condição de refugiado os indivíduos que: [...] IV - sejam considerados culpados de atos contrários aos fins e princípios das Nações Unidas”.

QUESTÃO 66. Acerca da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, assinale a afirmativa correta.

a) A Agenda 2030 da ONU é um plano de ação global que reúne 20 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 50 metas com foco na erradicação da pobreza e na promoção de uma vida digna a todos nos países africanos.

a) A Agenda 2030 é um compromisso territorial construído pelos países do G20 intitulada "Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia".

c) A Agenda 2030 da ONU é um plano de ação global que reúne 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas com foco na erradicação da pobreza e na promoção de uma vida digna a todos.

d) A Agenda 2030 é um compromisso nacional construído pelo Brasil intitulada "Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável".

e) A Agenda 2030 da ONU é um plano de ação regional dos países das Américas que reúne 10 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 70 metas com foco na erradicação da pobreza e na promoção de uma vida digna a todos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do conceito Agenda 2030.

A alternativa A está incorreta. A Agenda 2030 não tem "20 Objetivos" ou "50 metas". Ela reúne 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, e seu foco é global, não limitado aos países africanos.

A alternativa B está incorreta. A Agenda 2030 não foi construída pelos países do G20, mas pelos 193 Estados-membros da ONU, abrangendo todos os países e regiões. Além disso, não é limitada à Amazônia.

A alternativa C está correta. Essa é a descrição exata da Agenda 2030. Ela é um plano de ação global, estabelecendo 17 ODS e 169 metas, com foco na erradicação da pobreza, na sustentabilidade e na promoção de uma vida digna para todos.

A alternativa D está incorreta. A Agenda 2030 não é um compromisso exclusivamente nacional do Brasil, mas sim um plano global construído por todos os Estados-membros da ONU.

A alternativa E está incorreta. A Agenda 2030 não é regional, mas global, e não contém "10 Objetivos" ou "70 metas". Ela tem 17 ODS e 169 metas.

QUESTÃO 67. O Programa Nacional de Direitos Humanos será implementado de acordo com os eixos orientadores e respectivas diretrizes listado, nas opções a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

a) Eixo Direito à Memória e à Verdade.

b) Eixo Universalizar direitos em um contexto de desigualdades.

c) Eixo Interação democrática entre Estado e sociedade civil.

d) Eixo promoção integral da saúde pública.

e) Eixo Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate Violência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) - Decreto nº 7.037/2009.

A alternativa A está incorreta. O Eixo Direito à Memória e à Verdade é mencionado no artigo 2º, inciso VI do PNDH-3. Vejamos: “Art. 2º O PNDH-3 será implementado de acordo com os seguintes eixos orientadores e suas respectivas diretrizes: [...] VI - Eixo Orientador VI: Direito à Memória e à Verdade: a) Diretriz 23: Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado; b) Diretriz 24: Preservação da memória histórica e construção pública da verdade; e c) Diretriz 25: Modernização da legislação relacionada com promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia”.

A alternativa B está incorreta. O Eixo Universalizar direitos em um contexto de desigualdades é mencionado no artigo 2º, inciso III do PNDH-3. Vejamos: “Art. 2º O PNDH-3 será implementado de acordo com os seguintes eixos orientadores e suas respectivas diretrizes: [...] III - Eixo Orientador III: Universalizar direitos em um contexto de desigualdades: a) Diretriz 7: Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena; b) Diretriz 8: Promoção dos direitos de crianças e adolescentes para o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando seu direito de opinião e participação; c) Diretriz 9: Combate às desigualdades estruturais; e d) Diretriz 10: Garantia da igualdade na diversidade;”.

A alternativa C está incorreta. O Eixo Interação democrática entre Estado e sociedade civil é mencionado no artigo 2º, inciso I do PNDH-3. Vejamos: “Art. 2º O PNDH-3 será implementado de acordo com os seguintes eixos orientadores e suas respectivas diretrizes: I - Eixo Orientador I: Interação democrática entre Estado e sociedade civil: a) Diretriz 1: Interação democrática entre Estado e sociedade civil como instrumento de fortalecimento da democracia participativa; b) Diretriz 2: Fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática; e c) Diretriz 3: Integração e ampliação dos sistemas de informações em Direitos Humanos e construção de mecanismos de avaliação e monitoramento de sua efetivação”.

A alternativa D está correta. O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) - Decreto nº 7.037/2009 não menciona “Eixo promoção integral da saúde pública”.

A alternativa E está incorreta. O Eixo Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate Violência é mencionado no artigo 2º, inciso IV do PNDH-3. Vejamos: “Art. 2º O PNDH-3 será implementado de acordo com os seguintes eixos orientadores e suas respectivas diretrizes: [...] IV - Eixo Orientador IV: Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência: a) Diretriz 11: Democratização e modernização do sistema de segurança pública; b) Diretriz 12: Transparência e participação popular no sistema de segurança pública e justiça criminal; c) Diretriz 13: Prevenção da violência e da criminalidade e profissionalização da investigação de atos criminosos; d) Diretriz 14: Combate à violência institucional, com ênfase na erradicação da tortura e na redução da letalidade policial e carcerária; e) Diretriz 15: Garantia dos direitos das vítimas de crimes e de

proteção das pessoas ameaçadas; f) Diretriz 16: Modernização da política de execução penal, priorizando a aplicação de penas e medidas alternativas à privação de liberdade e melhoria do sistema penitenciário; e g) Diretriz 17: Promoção de sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo, para o conhecimento, a garantia e a defesa de direitos;”.

QUESTÃO 68. Em relação aos mecanismos de proteção de direitos humanos, a Constituição Federal de 1988 estabelece que

a) caberá ação civil pública para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

b) conceder-se-á mandado de injunção para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

c) os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

d) nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

e) conceder-se-á mandado de segurança sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema “mecanismos de proteção de direitos humanos”.

A alternativa A está incorreta. A ação civil pública não se destina à proteção de direito líquido e certo, mas sim à defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, segundo o art. 129, III, da CF/88 e a Lei nº 7.347/85. Assim: “Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: [...] III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”. A proteção de direito líquido e certo em face de abuso de autoridade pública é feita por mandado de segurança, na forma do art. 5º, LXIX, da CF/88: “LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público”.

A alternativa B está incorreta. O mandado de injunção, segundo o art. 5º, LXXI, da CF/88, é cabível quando a falta de norma regulamentadora torna inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais ou prerrogativas inerentes à nacionalidade, soberania ou cidadania. Vejamos: “LXXI - conceder-se-á mandado

de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”. A proteção ao acesso a informações pessoais de registros públicos se dá por meio do habeas data, na forma do art. 5º, LXXII, "a", da CF/88: “LXXII - conceder-se-á "habeas-data": a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público”.

A alternativa C está incorreta. O art. 5º, §3º, da CF/88 prevê que tratados internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados por quórum qualificado (dois turnos, por três quintos dos votos de cada casa do Congresso Nacional) terão status de emenda constitucional. Nesse sentido: “§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”.

A alternativa D está correta. O art. 109, §5º, da CF/88 prevê que, em caso de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República (PGR) pode suscitar o incidente de deslocamento de competência (IDC), remetendo o caso da Justiça Estadual para a Justiça Federal. Vejamos: “§ 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal”.

A alternativa E está incorreta. A proteção da liberdade de locomoção cabe ao habeas corpus, conforme o art. 5º, LXVIII, da CF/88: “LXVIII - conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder”. O mandado de segurança, de acordo com o art. 5º, LXIX, é destinado à proteção de direito líquido e certo violado ou ameaçado por ato de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de função pública. Assim: “LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público”.

QUESTÃO 69. É correto afirmar que os seguintes tratados foram incorporados no Brasil com status de emenda constitucional, na forma do Art. 5º, parágrafo 3º, da Constituição Federal de 1988:

a) Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura e Convenção Americana de Direitos Humanos.

b) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas com Deficiência Visual.

c) Convenção Americana de Direitos Humanos e Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

d) Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura e Convenção sobre os Direitos da Criança.

e) Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata dos tratados de direitos humanos com status de emenda constitucional.

Dispõe o art. 5º, §3º da CRFB/88: “§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”. Além disso, de acordo com o rol de “Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º da Constituição” possuem status de emenda constitucional:

- Decreto nº 10.932, de 10.1.2022, que promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013;
- Decreto Legislativo nº 1, de 18.2.2021, que aprova o texto da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, adotada na Guatemala, por ocasião da 43ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em 5 de junho de 2013;
- Decreto nº 9.522, de 8.10.2018, que Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013;
- Decreto Legislativo nº 261, de 25.11.2015, que aprova o texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), celebrado em Marraqueche, em 28 de junho de 2013;
- Decreto nº 6.949, de 25.8.2009, que Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007;
- Decreto Legislativo nº 186, de 9.7.2008, que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

Assim, a única alternativa que indica tratados incorporados no Brasil com status de emenda constitucional é a letra B, sendo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009) e o Tratado de Marraqueche de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas com Deficiência Visual (Decreto Legislativo nº 261/2015).

QUESTÃO 70. De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinale a afirmativa incorreta.

a) Os Estados-partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar o pleno desenvolvimento, avanço e empoderamento das mulheres, a fim de garantir-lhes o exercício e gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais estabelecidos na Convenção.

b) Os princípios da Convenção são o respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas.

c) Nos termos da Convenção, os Estados-partes proibirão qualquer discriminação baseada na deficiência e as medidas específicas para acelerar ou alcançar a igualdade das pessoas com deficiência serão consideradas discriminatórias.

d) Os Estados-partes se comprometem a adotar todas as medidas necessárias, inclusive legislativas, para modificar ou revogar leis, regulamentos, costumes e práticas vigentes, que constituírem discriminação contra pessoas com deficiência.

e) Os Estados-partes garantirão às pessoas com deficiência igual e efetiva proteção legal contra a discriminação por qualquer motivo.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão trata da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A alternativa A está correta. Dispõe o artigo 6.2 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: “6.2. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar o pleno desenvolvimento, o avanço e o empoderamento das mulheres, a fim de garantir-lhes o exercício e o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais estabelecidos na presente Convenção”.

A alternativa B está correta. De acordo com o artigo 3º, “a” da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: “Os princípios da presente Convenção são: a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas”.

A alternativa C está incorreta. O artigo 5.2 e 5.4 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência estabelece que medidas específicas destinadas a acelerar ou alcançar a igualdade de fato para as pessoas com deficiência não serão consideradas discriminatórias. Assim, a afirmativa contradiz o texto da Convenção. Vejamos: “5.2. Os Estados Partes proibirão qualquer discriminação baseada na deficiência e garantirão às pessoas com deficiência igual e efetiva proteção legal contra a discriminação por qualquer motivo” e “5.4. Nos termos da presente Convenção, as medidas específicas que forem necessárias para acelerar ou alcançar a efetiva igualdade das pessoas com deficiência não serão consideradas discriminatórias”.

A alternativa D está correta. Nos termos do artigo 4.1, “b” da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: “4.1. Os Estados Partes se comprometem a assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação por causa de sua deficiência. Para tanto, os Estados Partes se comprometem a: [...] b) Adotar todas as medidas necessárias, inclusive legislativas, para modificar ou revogar leis, regulamentos, costumes e práticas vigentes, que constituírem discriminação contra pessoas com deficiência”.

A alternativa E está correta. Segundo o artigo 5.1 e 5.2 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: “5.1. Os Estados Partes reconhecem que todas as pessoas são iguais perante e sob a lei e que fazem jus, sem qualquer discriminação, a igual proteção e igual benefício da lei” e “5.2. Os Estados Partes proibirão qualquer discriminação baseada na deficiência e garantirão às pessoas com deficiência igual e efetiva proteção legal contra a discriminação por qualquer motivo”.

QUESTÃO 71. A autoridade policial foi chamada para comparecer a um local de encontro de cadáver. Chegando ao local, deparou-se com um cadáver parcialmente esqueletizado, já sendo evidentes alguns acidentes ósseos. Com base em seus conhecimentos em Antropologia Forense, relacione os elementos listados a seguir às respectivas características.

1. Quarto arco costal.

2. Processo mastoide do crânio.

3. Arcada dentária.

4. Fêmur e ossos do pé.

5. Unhas e cabelos.

() Identificação comparativa.

() Estimativa de estatura.

() Estudo toxicológico.

() Estimativa de idade.

() Determinação do sexo.

Assinale a opção que apresenta a relação correta, segundo a ordem apresentada.

a) 2 - 1 - 5 - 4 - 3.

b) 3 - 1 - 5 - 2 - 4.

c) 3 - 5 - 4 - 2 - 1.

d) 3 - 4 - 5 - 1 - 2.

e) 5 - 2 - 3 - 4 - 1.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre antropologia forense e identificação de pessoas.

Para fazer a identificação comparativa faz-se o raio-x da arcada dentária.

Estimativa de estatura pode ser feita a partir do fêmur e ossos do pé. Para fragmentos ou ossos isolados existem tabelas comparativas da média das medidas em ambos os sexos. O fêmur, que é o osso mais longo e mais volumoso do corpo humano, passar ser de extrema importância para identificar a altura aproximada. Dessa forma, Lacassagne e Martin afirmam ser possível determinar a altura do indivíduo multiplicando-se o comprimento de um dos ossos longos por índices tabelados. O tema foi estudado no PDF da Aula 07 de Medicina legal, pg. 29. Estudo toxicológico utiliza-se unhas e cabelos. Segundo a Resolução do CONTRAN n.º 923/22, Exame Toxicológico de larga janela de detecção é um tipo de exame que utiliza amostras de cabelo, pelo ou unhas em sua análise destinado à verificação do consumo, ativo ou não, de substâncias psicoativas, com análise retrospectiva mínima de 90 (noventa) dias. Estimativa de idade pode ser feita com o quarto arco costal. Podemos observar na pg. 33 do Prof. Alexandre Herculano, no PDF da aula 07 que a ossada humana é utilizada para a determinação da idade do indivíduo. Determinação do sexo usa-se o processo mastoide do crânio. O crânio e o tórax propiciam elementos de presunção. O crânio feminino tem a frente mais vertical, a articulação frontonasal curva, saliências ósseas e as apófises mastoides e estiloides menos desenvolvidas que o crânio masculino. Podemos observar essa afirmação no PDF da Aula 07 de Medicina Legal do Prof. Alexandre Herculano, pg. 30.

QUESTÃO 72. A toxicologia Forense estuda o efeito de substâncias tóxicas nos seres humanos, o que pode se dar de modo intencional ou acidental.

Sobre o assunto, assinale a afirmativa correta.

- a) A síndrome do *body pusher* corresponde ao transporte de drogas no estômago ou intestino.**
- b) O envenenamento costuma ser acidental e corresponde a uma energia de ordem bioquímica.**
- c) A intoxicação é consequência de um ato sempre intencional e corresponde a energia de ordem química.**
- d) A síndrome do *body packer* corresponde ao transporte de drogas em orifícios naturais, como o ânus e a vagina.**
- e) Nas síndromes de *body pusher* ou *body packer*, quando alguma cápsula explode, pode ocorrer morte por overdose.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre tópicos relacionados ao transporte de drogas e ao efeito de substâncias tóxicas no corpo humano.

A alternativa A está incorreta. A síndrome do body pusher envolve o transporte de drogas de forma não ingerida, ou seja, o indivíduo transporta pequenas quantidades de droga nos orifícios naturais (ânus e

vagina). Essa é a definição dada por Wilson P. Ferreira (Medicina Legal, JusPodivm, 2020, cap.XXXVII, pg. 373). Portanto, alternativa errada.

A alternativa B está incorreta. O envenenamento pode ser tanto acidental, quando as cápsulas estouram acidentalmente dentro do organismo do indivíduo, quanto intencional. No mais, o envenenamento, segundo Genival França, é um conjunto de elementos caracterizadores da morte ocorrida pela ação de determinadas substâncias de forma acidental, criminosa ou voluntária, afirmando, ainda, que quase sempre ocorre de forma intencional - (Wilson P. Ferreira - Medicina Legal, JusPodivm, 2020, cap.XXXVII, pg. 370).

A alternativa C está incorreta. A intoxicação, segundo Genival França, tem origem acidental e esse fenômeno é estudado na parte de energias de ordem bioquímica - (Wilson P. Ferreira - Medicina Legal, JusPodivm, 2020, cap.XXXVII, pg. 370).

A alternativa D está incorreta. Segundo Genival França, a expressão “body packer” é utilizada para aqueles que conduzem a droga no interior de seu organismo, por meio da ingestão, fazendo o transporte dentro do estômago ou intestino (Wilson P. Ferreira - Medicina Legal, JusPodivm, 2020, cap.XXXVII, pg. 372).

A alternativa E está correta. O quadro da síndrome do body packer ou body pusher se torna mais perigoso à saúde quando alguma cápsula explode, produzindo uma situação de overdose, conforme explica Wilson P. Ferreira (Medicina Legal, JusPodivm, 2020, cap.XXXVII, pg. 373).

QUESTÃO 73. Desde o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), existe uma constante preocupação da Justiça com a proteção infantil. Sobre as síndromes de maus-tratos à criança e ao adolescente, analise as afirmativas a seguir.

I. O termo *battered child syndrome* significa violência contra a criança, negligência, abandono e abuso sexual.

II. A *síndrome de Silvermann* corresponde à presença de fraturas em diferentes idades evolutivas.

III. A *síndrome da criança sacudida* corresponde a lesões intraparenquimatosas no cérebro por sangramentos de pequenos vasos.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata sobre síndromes de maus-tratos à criança e ao adolescente.

O item I está correto. O termo battered child syndrome foi criado em 1971 para definir um quadro de violência contra a criança, que, diferentemente do que o nome sugere, não se restringe ao espancamento propriamente dito. - (Wilson P. Ferreira - Medicina Legal, JusPodivm, 2020, cap.XXIV, pg. 275).

O item II está correto. A síndrome de Silverman refere-se às lesões produzidas por ação contundente, com idades diferentes e com etiologias relacionadas à agressão. O médico que estudava a condição começou a perceber calos ósseos em diferentes idades, indicando que as fraturas ocorreram em datas diferentes. (Wilson P. Ferreira - Medicina Legal, JusPodivm, 2020, cap.XXIV, pg. 277).

O item III está correto. De fato, o estudo realizado pelo Dr. Caffey observou que a síndrome da criança sacudida corresponde a lesões intraparenquimatosas, no cérebro das crianças, em face da ruptura de canais vasculares pelo deslocamento enérgico da criança - criança sacudida. (Wilson P. Ferreira - Medicina Legal, JusPodivm, 2020, cap.XXIV, pg. 277).

QUESTÃO 74. As mortes por efeitos da energia elétrica são bastante comuns, muito embora pouco divulgadas. Sobre as energias de ordem física, do tipo elétrica, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() O sinal de *Lichtenberg* corresponde à saída da corrente elétrica.

() A fulminação acontece quando o indivíduo fica preso ao fio de alta tensão .

() A marca de *Jellineck* só ocorre nas lesões de entrada de corrente elétrica de energia industrializada.

As afirmativas são, respectivamente,

a) V - V - F.

b) F - V - F.

c) V - F - F.

d) F - F - V.

e) F - F - F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre traumatologia forense e seus agentes lesivos físicos, especialmente sobre energia elétrica.

Primeira afirmação está incorreta. O sinal de Lichtenberg não se refere à saída de descargas elétricas, mas sim de um fenômeno que ocorre com a entrada da descarga elétrica, causando um efeito visual de lesões externas com aspectos arboriformes, procedente de vasomotores. Essa marca surge cerca de uma hora depois da descarga e desaparece gradualmente em torno das 24 h subsequentes à descarga elétrica. A definição foi tratada na Aula 03 do Prof. Alexandre Herculano, pg. 71 do PDF da aula 03, 06/01/2025.

A segunda afirmação está incorreta. Segundo Genival França, a fulminação ocorre quando a ação de eletricidade natural atinge letalmente o ser humano. Portanto, a alternativa está incorreta, pois o fio de alta tensão é energia artificial ou industrial - (Aula 03, Prof. Alexandre Herculano, pg. 19 do PDF do Estratégia, 06/01/2025).

A terceira afirmação está correta. A lesão típica causada pela eletricidade (artificial ou industrial) é a marca elétrica de Jellinek. A definição foi tratada na Aula 03 do Prof. Alexandre Herculano, na pg. 70 do PDF 03, 06/01/2025). Portanto, essa é a única afirmação correta, o que torna o nosso gabarito ser a letra D.

QUESTÃO 75. Nos casos de crimes sexuais, os exames laboratoriais podem ser de grande utilidade na obtenção de provas periciais. Para os casos de crime de estupro, assinale a afirmativa correta.

- a) O PSA e a fosfatase ácida não são utilizados para o estudo de crimes sexuais.
- b) O material para a pesquisa de DNA só pode ser extraído até 48 horas após o ato.
- c) O tempo limite para se encontrar espermatozoides é de 24 horas após o ato sexual.
- d) A pesquisa de espermatozoides pode ser negativa no caso de o agressor ter azoospermia.
- e) A coleta de material para DNA só é possível se tiver ocorrido ejaculação no canal vaginal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre exames laboratoriais usados em investigações de crimes sexuais.

A letra A está incorreta. Ambos são usados para o estudo de crimes sexuais. Na mulher com vida sexual pregressa, a perícia deve buscar provas de ejaculação (sêmen), constatando-se a presença de espermatozoides e líquido seminal por meio do exame de Fosfatase ácida (que é um indício) e da Proteína P30 (PSA que é uma constatação). Essa explicação foi dada no PDF da Aula 08 de Medicina Legal, do prof. Alexandre Herculano, pg. 06, 06/01/2025.

A letra B está incorreta. Segundo o art. 161 do Código de Processo Penal, o exame de corpo e delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

A letra C está incorreta. A presença de espermatozoides pode ser encontrada por até 72 horas após o ato sexual no corpo das mulheres.

A letra D está correta. Segundo Genival França, a azoospermia refere-se à esterilidade masculina funcional, quando não há espermatozoides. Pode ser fisiológica (idade) ou patológica (azoospermia). Essa definição pode ser encontrada no livro de Medicina Legal de Wilson P. Ferreira, ed. JusPodivm, 2020, pg. 298.

A letra E está incorreta. A coleta de material para DNA pode ser realizada mesmo que não tenha ocorrido ejaculação no canal vaginal, uma vez que pode envolver qualquer aspecto do ser humano a ser levado para análise - (Wilson P. Ferreira, ed. JusPodivm, 2020, pg. 46).

QUESTÃO 76. No que se refere aos discursos criminológicos e seus ideólogos, analise as assertivas a seguir.

I. _____ é conhecido como o ideólogo da Teoria do Garantismo Penal.

II. _____ é o jurista que elaborou os postulados do Direito Penal do Inimigo.

III. _____ é considerado um dos principais adeptos do Abolicionismo Penal.

Assinale a opção que completa corretamente as lacunas das assertivas acima, na ordem em que são apresentadas.

a) Louk Hulsman – Luigi Ferrajoli – Gunther Jakobs

b) Luigi Ferrajoli – Gunther Jakobs – Louk Hulsman

c) Gunther Jakobs – Louk Hulsman – Luigi Ferrajoli

d) Louk Hulsman – Gunther Jakobs – Luigi Ferrajoli

e) Gunther Jakobs – Luigi Ferrajoli – Louk Hulsman

Comentários

A banca apontou como alternativa correta a **letra C**, sendo nítido o erro, pois, tendo em vista os fundamentos a seguir, a única alternativa correta é a **letra B**. Sendo assim, a questão é passível de recurso para que ocorra a troca de gabarito.

A alternativa A está incorreta. Louk Hulsman é um dos principais defensores do Abolicionismo Penal, que propõe a abolição do sistema penal por considerá-lo ineficaz e seletivo, conforme abordado em seu livro "Peines perdues: Le système pénal en question". No entanto, ele não está relacionado ao Garantismo Penal, cujo principal ideólogo é Luigi Ferrajoli. Este, por sua vez, não desenvolveu os postulados do Direito Penal do Inimigo, que é uma teoria de Gunther Jakobs.

A alternativa B está correta. Luigi Ferrajoli, em sua obra "Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal", fundamenta o Garantismo Penal, que busca limitar o poder punitivo estatal e proteger os direitos fundamentais do indivíduo frente ao sistema penal. Gunther Jakobs, em seu livro "Derecho Penal del Enemigo", elaborou os postulados do Direito Penal do Inimigo, que defende o tratamento mais rigoroso a

quem rompe com o pacto social. Louk Hulsman é uma referência no Abolicionismo Penal, que questiona a legitimidade e a eficácia do sistema penal, propondo métodos alternativos de resolução de conflitos.

A alternativa C está incorreta. Gunther Jakobs, embora seja o responsável pelo Direito Penal do Inimigo, não tem relação com o Garantismo Penal, que é atribuído a Luigi Ferrajoli. Além disso, a terceira posição deveria mencionar Louk Hulsman como um dos principais adeptos do Abolicionismo Penal, e não Ferrajoli.

A alternativa D está incorreta. Embora Louk Hulsman seja uma figura importante do Abolicionismo Penal, ele não é o responsável pelo Garantismo Penal, que foi desenvolvido por Luigi Ferrajoli. Gunther Jakobs aparece corretamente relacionado ao Direito Penal do Inimigo, mas sua posição na sequência está equivocada.

A alternativa E está incorreta. Gunther Jakobs, apesar de ser o ideólogo do Direito Penal do Inimigo, não tem relação com o Garantismo Penal, que é de autoria de Luigi Ferrajoli. Além disso, a terceira posição é corretamente ocupada por Louk Hulsman, relacionado ao Abolicionismo Penal.

QUESTÃO 77. Com relação aos estudos da Vitimologia, assinale a afirmativa correta.

a) Síndrome de Estocolmo se refere ao contexto em que uma mulher, ao ser rejeitada, acusa falsamente alguém da prática de crime sexual.

b) Síndrome de Londres é o fenômeno psicológico em que as vítimas de um sequestro ou de uma situação traumática desenvolvem sentimentos de empatia ou afeto pelos seus agressores.

c) Síndrome da mulher de Potifar é o fenômeno psicológico em que as vítimas de um sequestro adotam uma postura de desobediência em relação aos sequestradores.

d) Vitimização primária é o fenômeno que se refere ao sofrimento imposto à vítima de um crime em razão das frustrações oriundas do sistema de justiça criminal.

e) Vitimização terciária é o fenômeno que se refere à estigmatização imposta pelo meio social à vítima após o crime.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre conceitos de Vitimologia.

A alternativa A está incorreta. A Síndrome de Estocolmo é um fenômeno psicológico que ocorre quando a vítima de um sequestro ou situação traumática desenvolve sentimentos positivos, como empatia e até afeição, pelo seu agressor. Essa dinâmica é explicada pela tentativa da vítima de se identificar com o agressor como mecanismo de sobrevivência. A descrição apresentada na alternativa, que menciona falsas acusações após rejeição, na verdade se refere à Síndrome da Mulher de Potifar, baseada na narrativa bíblica em que a esposa de Potifar, após ser rejeitada, acusa falsamente José de tentativa de abuso sexual.

A alternativa B está incorreta. A Síndrome de Londres, ao contrário do que foi descrito, caracteriza-se por um comportamento oposto ao da Síndrome de Estocolmo — as vítimas desenvolvem sentimentos de ódio e rejeição em relação ao agressor, mesmo após o término da situação traumática.

A alternativa C está incorreta. A Síndrome da Mulher de Potifar, como já explicado na alternativa a, diz respeito à situação em que uma pessoa, geralmente uma mulher, faz uma falsa acusação de crime sexual contra alguém, normalmente em razão de ressentimento ou vingança.

A alternativa D está incorreta. A Vitimização primária é o sofrimento direto que a vítima experimenta como resultado do crime, por exemplo: danos físicos, psicológicos ou patrimoniais. Quando falamos de frustrações impostas pelo sistema de justiça criminal, como má condução do processo ou falta de apoio institucional, estamos tratando de Vitimização secundária, que ocorre após o crime, devido à revitimização ou tratamento inadequado por parte das instituições.

A alternativa E está correta. A Vitimização terciária refere-se ao impacto social negativo que a vítima sofre após o crime, como estigmatização, discriminação ou exclusão pelo meio social. Esse fenômeno pode intensificar o trauma, fazendo com que a vítima seja rotulada ou isolada, dificultando sua reintegração e recuperação. É uma problemática frequentemente abordada em estudos de vitimologia, destacando a importância do acolhimento social para a recuperação completa da vítima.

QUESTÃO 78. Acerca das Escolas da Criminologia, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

() A Escola Clássica da Criminologia tem, como objeto principal de estudo, o crime como um ente jurídico.

() A Escola da Criminologia Positiva tinha como principais adeptos Cesare Beccaria, Enrico Ferri e Raffaele Garofalo.

() A Escola da Criminologia Crítica recebe influência da Teoria do *Labelling Approach*.

As afirmativas são, respectivamente:

a) V – V – V.

b) V – V – F.

c) F – V – V.

d) V – F – V.

e) F – F – V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre as principais Escolas da Criminologia.

Afirmativa I: Verdadeira. A Escola Clássica da Criminologia, liderada por Cesare Beccaria e Jeremy Bentham, foca no crime como um fenômeno jurídico e nos princípios de justiça, proporcionalidade e racionalidade das leis. Beccaria, em sua obra "Dos Delitos e das Penas", enfatiza o papel das leis na prevenção do crime, tratando o criminoso como um agente racional e livre para decidir entre o certo e o errado.

Afirmativa II: Falsa. A Escola Positiva tem como principais expoentes Cesare Lombroso, Enrico Ferri e Raffaele Garofalo, sendo sua ênfase no estudo do criminoso como indivíduo biológico, psicológico e sociológico. Cesare Beccaria, no entanto, pertence à Escola Clássica, com foco no crime como ente jurídico. Lombroso é conhecido como o "pai da Criminologia Positiva" e desenvolveu a teoria do criminoso nato em sua obra "L'uomo delinquente".

Afirmativa III: Verdadeira. A Criminologia Crítica, influenciada por autores como Alessandro Baratta e Jock Young, recebe forte influência da Teoria do *Labelling Approach* (Teoria da Rotulação ou Etiquetamento), proposta por Howard Becker e Edwin Lemert. Essa teoria analisa como o sistema penal e a sociedade rotulam indivíduos, perpetuando estigmas e exclusões sociais, conforme descrito por Becker em "Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance".

A alternativa A está incorreta. A segunda afirmativa é falsa, pois Cesare Beccaria não foi representante da Escola Positiva, mas sim da Escola Clássica.

A alternativa B está incorreta. A segunda afirmativa é falsa, mas a terceira afirmativa é verdadeira.

A alternativa C está incorreta. A primeira afirmativa é verdadeira, pois a Escola Clássica realmente estuda o crime como ente jurídico.

A alternativa D está correta. A primeira afirmativa é verdadeira, pois a Escola Clássica tem o crime como objeto de estudo. A segunda é falsa, já que Beccaria não pertence à Escola Positiva. A terceira é verdadeira, pois a Criminologia Crítica recebe influência do *Labelling Approach*.

A alternativa E está incorreta. A primeira afirmativa é verdadeira, pois a Escola Clássica trata do crime como ente jurídico.

QUESTÃO 79. Analise o fragmento a seguir.

Questiona a heteronormatividade e a cisnormatividade e propõe uma nova releitura dos estudos criminológicos.

O fragmento se molda corretamente à seguinte tendência contemporânea da Criminologia:

- a) Criminologia Cultural.**
- b) Criminologia Feminista.**
- c) Criminologia Radical.**

d) Criminologia *Queer*.

e) Criminologia Racial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre as tendências contemporâneas da Criminologia Crítica.

A alternativa A está incorreta. A Criminologia Cultural investiga como os aspectos simbólicos, culturais e midiáticos moldam as percepções de crime e controle social. Seu foco está na relação entre cultura e criminalidade, analisando, por exemplo, a representação do crime na mídia e o papel da subcultura no comportamento desviante. Contudo, ela não aborda diretamente a desconstrução das normas heteronormativas e cisnormativas, que é um tema central da Criminologia *Queer*.

A alternativa B está incorreta. A Criminologia Feminista foca em compreender como as desigualdades de gênero e o patriarcado afetam tanto o comportamento criminoso quanto o tratamento dado às mulheres no sistema de justiça criminal. Embora aborde questões relacionadas ao gênero, como violência contra mulheres e discriminação, ela não se concentra de maneira específica na desconstrução da heteronormatividade e da cisnormatividade.

A alternativa C está incorreta. A Criminologia Radical analisa as desigualdades estruturais e os impactos do sistema capitalista na criminalidade, considerando o crime como resultado de condições sociais e econômicas injustas. Apesar de ser uma vertente crítica, ela não está diretamente relacionada à heteronormatividade e cisnormatividade.

A alternativa D está correta. A Criminologia *Queer* é uma vertente contemporânea que questiona as normas heteronormativas e cisnormativas dentro do sistema de justiça criminal e dos estudos criminológicos. Ela propõe uma nova perspectiva que destaca como as identidades LGBTQIA+ são marginalizadas e criminalizadas, promovendo uma releitura dos conceitos de criminalidade e controle social. Essa abordagem é fundamentada em obras como as de Matthew Ball e Carrie Buist, que discutem como o sistema penal perpetua desigualdades de gênero e sexualidade.

A alternativa E está incorreta. A Criminologia Racial, que integra a Criminologia Crítica, explora as desigualdades raciais no sistema de justiça criminal e o impacto do racismo estrutural na criminalização de grupos racializados. Embora seja uma abordagem fundamental para compreender a exclusão racial, ela não aborda diretamente as questões de heteronormatividade e cisnormatividade.

QUESTÃO 80. Com relação à definição de Criminologia Clínica, assinale a afirmativa correta.

a) Vale-se dos princípios e métodos de investigação médico-psicológicos para prevenir a reincidência criminal.

b) Tem, como objeto de estudo, o crime, o delinquente, o controle social e a vítima.

c) Tem enfoque nos reflexos do racismo estrutural no sistema de justiça criminal.

d) É baseada no paradigma da Reação Social, tendo enfoque macrossociológico.

e) Introduz o conceito criminológico de criminoso nato e a teoria da degenerescência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o conceito de Criminologia Clínica.

A alternativa A está correta. A Criminologia Clínica utiliza métodos médico-psicológicos e sociológicos para tratar o delinquente de forma individualizada, buscando sua reabilitação e a prevenção da reincidência criminal. Essa definição corresponde exatamente ao objetivo dessa vertente criminológica.

A alternativa B está incorreta. A definição apresentada é da Criminologia Geral, que aborda crime, criminoso, vítima e controle social como um todo. A Criminologia Clínica, por outro lado, tem foco exclusivo no estudo e tratamento do infrator.

A alternativa C está incorreta. O estudo dos reflexos do racismo estrutural no sistema de justiça criminal é característica da Criminologia Crítica, especialmente em vertentes como a Criminologia Racial. Essa abordagem busca evidenciar as desigualdades raciais no tratamento de indivíduos pelo sistema penal. A Criminologia Clínica, por sua vez, tem enfoque no tratamento individualizado do delinquente.

A alternativa D está incorreta. O paradigma da Reação Social é característico da Criminologia Crítica, especialmente em teorias como o *Labelling Approach* (Teoria da Rotulação ou Etiquetamento), que analisa os impactos sociais e institucionais do rótulo de criminoso. Já a Criminologia Clínica possui enfoque individualizado, sem adotar um paradigma macrossociológico.

A alternativa E está incorreta. O conceito de criminoso nato e a teoria da degenerescência pertencem à Escola Positiva, liderada por Cesare Lombroso, que sustentava a ideia de que o comportamento criminoso é determinado biologicamente. A Criminologia Clínica, por outro lado, baseia-se em métodos terapêuticos modernos para tratar infratores, sem adotar as teorias ultrapassadas de Lombroso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)